

DIÁRIO DA CÂMARA LEGISLATIVA

Órgão Oficial do Poder Legislativo do Distrito Federal

Ano XXXV - 9ª Legislatura

Suplemento do DCL Nº 121
Brasília, terça-feira, 16 de junho de 2026

Sumário

Seção 3

Ata Sucinta da 52ª Sessão Ordinária	3
Ata Circunstanciada da 50ª Sessão Ordinária	5
Ata Circunstanciada da 51ª Sessão Ordinária	64
Ata Circunstanciada da 52ª Sessão Ordinária	75
Ata Circunstanciada da 13ª Sessão Extraordinária .	77



**CÂMARA
LEGISLATIVA**
DISTRITO FEDERAL

Mesa Diretora

Presidente: Deputado Wellington Luiz

Primeiro Vice-Presidente: Deputado Ricardo Vale

Segunda Vice-Presidente: Deputada Paula Belmonte

Primeiro Secretário: Deputado Pastor Daniel de Castro - **Suplente:** Deputado Pepa

Segundo Secretário: Deputado Roosevelt Vilela - **Suplente:** Deputada Doutora Jane

Terceiro Secretário: Deputado Martins Machado - **Suplente:** Deputado Eduardo Pedrosa

Quarto Secretário: Deputado Robério Negreiros - **Suplente:** Deputado Jorge Vianna

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA		COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MEIO AMBIENTE E TURISMO	
Titulares	Suplentes	Titulares	Suplentes
Presidente: Thiago Manzoni Vice-Presidente: Chico Vigilante Robério Negreiros Fábio Felix Iolando	Joaquim Roriz Neto Gabriel Magno Martins Machado Max Maciel Hermeto	Presidente: Daniel Donizet Vice-Presidente: Paula Belmonte Doutora Jane Rogério Morro da Cruz Joaquim Roriz Neto	Thiago Manzoni João Cardoso Jaqueline Silva Jorge Vianna Martins Machado
COMISSÃO DE ECONOMIA, ORÇAMENTO E FINANÇAS		COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO, GOVERNANÇA, TRANSPARÊNCIA E CONTROLE	
Titulares	Suplentes	Titulares	Suplentes
Presidente: Eduardo Pedrosa Vice-Presidente: Joaquim Roriz Neto Paula Belmonte Jaqueline Silva Jorge Vianna	Martins Machado Daniel Donizet João Cardoso Doutora Jane Robério Negreiros	Presidente: Iolando Vice-Presidente: Paula Belmonte Robério Negreiros Dayse Amarílio Max Maciel	Martins Machado Roosevelt Vilela Jorge Vianna Pepa Fábio Felix
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS		COMISSÃO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE URBANA	
Titulares	Suplentes	Titulares	Suplentes
Presidente: Rogério Morro da Cruz Vice-Presidente: Max Maciel João Cardoso Martins Machado Dayse Amarílio	Robério Negreiros Fábio Felix Paula Belmonte Eduardo Pedrosa Jorge Vianna	Presidente: Max Maciel Vice-Presidente: Martins Machado Pepa Gabriel Magno Fábio Felix	João Cardoso Paula Belmonte Pastor Daniel de Castro Chico Vigilante Rogério Morro da Cruz
COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR		COMISSÃO DE PRODUÇÃO RURAL E ABASTECIMENTO	
Titulares	Suplentes	Titulares	Suplentes
Presidente: Chico Vigilante Vice-Presidente: Jorge Vianna Hermeto Daniel Donizet Iolando	Gabriel Magno João Cardoso Pepa Pastor Daniel de Castro Dayse Amarílio	Presidente: Pepa Vice-Presidente: Iolando Ricardo Vale Rogério Morro da Cruz Roosevelt Vilela	Pastor Daniel de Castro Jaqueline Silva Chico Vigilante Jorge Vianna Thiago Manzoni
COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA		COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER	
Titulares	Suplentes	Titulares	Suplentes
Presidente: Fábio Felix Vice-Presidente: Ricardo Vale João Cardoso Rogério Morro da Cruz Jaqueline Silva	Max Maciel Gabriel Magno Paula Belmonte Doutora Jane Iolando	Presidente: Doutora Jane Vice-Presidente: Dayse Amarílio Paula Belmonte Jaqueline Silva Pastor Daniel de Castro	Joaquim Roriz Neto Fábio Felix Chico Vigilante Jorge Vianna Thiago Manzoni
COMISSÃO DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS		COMISSÃO DE SAÚDE	
Titulares	Suplentes	Titulares	Suplentes
Presidente: Jaqueline Silva Vice-Presidente: Pepa Gabriel Magno Hermeto Joaquim Roriz Neto	Iolando Pastor Daniel de Castro Chico Vigilante Roosevelt Vilela Rogério Morro da Cruz	Presidente: Dayse Amarílio Vice-Presidente: Jorge Vianna Martins Machado Gabriel Magno Pastor Daniel de Castro	Max Maciel Robério Negreiros Roosevelt Vilela Chico Vigilante Thiago Manzoni
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA		CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR	
Titulares	Suplentes	Titulares	Suplentes
Presidente: Gabriel Magno Vice-Presidente: Ricardo Vale Thiago Manzoni Jorge Vianna Pastor Daniel de Castro	Chico Vigilante Paula Belmonte Roosevelt Vilela Robério Negreiros Rogério Morro da Cruz	Presidente: Hermeto Vice-Presidente: João Cardoso Thiago Manzoni Gabriel Magno Fábio Felix	Iolando Pepa Roosevelt Vilela Chico Vigilante Max Maciel
COMISSÃO DE SEGURANÇA			
Titulares	Suplentes		
Presidente: João Cardoso Vice-Presidente: Doutora Jane Roosevelt Vilela Hermeto Iolando	Jorge Vianna Pepa Thiago Manzoni Ricardo Vale Jaqueline Silva		

9ª Legislatura

Deputado Chico Vigilante
Deputado Pastor Daniel de Castro
Deputado Daniel Donizet
Deputada Dayse Amarílio
Deputado Eduardo Pedrosa
Deputado Fabio Felix

Deputado Gabriel Magno
Deputado Hermeto
Deputado Iolando Almeida
Deputada Doutora Jane
Deputada Jaqueline Silva
Deputado João Cardoso

Deputado Joaquim Roriz Neto
Deputado Jorge Vianna
Deputado Martins Machado
Deputado Max Maciel
Deputada Paula Belmonte
Deputado Pepa

Deputado Ricardo Vale
Deputado Robério Negreiros
Deputado Rogério Morro da Cruz
Deputado Roosevelt Vilela
Deputado Thiago Manzoni
Deputado Wellington Luiz

Corregedor: Deputado Joaquim Roriz Neto

Ouvidor: Deputado Jorge Vianna

Procuradora Especial da Mulher: Deputada Jaqueline Silva

Procuradora Adjunta Especial da Mulher: Deputada Paula Belmonte

Procurador Especial de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa: Deputado Chico Vigilante

Procurador Adjunto Especial de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa: Deputado Iolando

Procurador Especial da Defesa dos Direitos da Juventude: Deputado Joaquim Roriz Neto

Seção 3

Ata Sucinta da 52ª Sessão Ordinária



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA SECRETARIA
Diretoria Legislativa
Setor de Ata e Súmula



ATA DE SESSÃO PLENÁRIA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA
ATA SUCINTA DA 52ª (QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
EM 11 DE JUNHO DE 2026

SÚMULA

PRESIDÊNCIA: Deputado Pastor Daniel de Castro
LOCAL: Plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal
INÍCIO: 15 horas e 1 minuto
TÉRMINO: 15 horas e 2 minutos

Observação: A versão integral desta sessão encontra-se na ata circunstanciada.

1 ABERTURA

Presidente (Deputado Pastor Daniel de Castro)
– Declara aberta a sessão.

1.1 LEITURA DE EXPEDIENTE

– O Deputado Pastor Daniel de Castro procede à leitura do expediente sobre a mesa.

2 COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA

Presidente (Deputado Pastor Daniel de Castro)
– Informa que a presente sessão será destinada a debates, nos termos do comunicado publicado no Diário da Câmara Legislativa de 11 de junho de 2026.

3 ENCERRAMENTO

Presidente (Deputado Pastor Daniel de Castro)
– Declara encerrada a presente sessão.

Observação: O registro de presença dos parlamentares está dispensado, conforme o disposto no art. 114, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno da CLDF, e no art. 1º, § 1º, II, e no art. 3º, *caput*, do Ato da Mesa Diretora nº 49, de 2025.

Nos termos do art. 135, I, do Regimento Interno, lavro a presente ata.

TIAGO PEREIRA DOS SANTOS
Chefe do Setor de Ata e Súmula



Documento assinado eletronicamente por **TIAGO PEREIRA DOS SANTOS - Matr. 23056**, Chefe do Setor de Ata e Súmula, em 12/06/2026, às 18:38, conforme Art. 30, do Ato da Mesa Diretora nº 51, de 2025, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 62, de 27 de março de 2025.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
Código Verificador: **2702907** Código CRC: **2D803FAB**.

Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, Piso Inferior 1, Sala TI.2 - CEP 70094-902 - Brasília-DF - Telefone: (61)3348-9249
www.cl.df.gov.br - seas@cl.df.gov.br

00001-00022697/2026-99

2702907v2

Ata Circunstanciada da 50ª Sessão Ordinária



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA SECRETARIA
Diretoria Legislativa
Setor de Registro e Redação Legislativa



ATA DE SESSÃO PLENÁRIA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA ATA CIRCUNSTANCIADA DA 50ª SESSÃO ORDINÁRIA, DE 9 DE JUNHO DE 2026.	
INÍCIO ÀS 15H55	TÉRMINO ÀS 20H37

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Está aberta a sessão.

Convido o deputado Fábio Félix a secretariar os trabalhos da mesa

Sobre a mesa, expediente que será lido pelo secretário.

(Leitura do expediente.)

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Dá-se início ao comunicado de líderes.

Concedo a palavra ao deputado Rogério Morro da Cruz. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Wellington Luiz. (Pausa.)

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Concedo a palavra.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL) – Presidente, eu não venho muito à tribuna ou a esta casa para falar sobre situações internas da Câmara Legislativa do Distrito Federal ou sobre a dimensão das relações parlamentares, mas eu queria, obviamente, prestar minha solidariedade ao deputado Wellington Luiz, presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal. Não quero me imiscuir em problemas partidários ou de outra ordem sobre qualquer pessoa, mas eu preciso dar um testemunho sobre as relações internas que foram estabelecidas.

Eu tenho muitas divergências políticas e programáticas com o deputado Wellington Luiz. E muitas delas já foram alvo de disputa nesta casa. Disputas duras, divergências em relação a temas importantes, já que ele, como presidente desta casa, liderou um projeto político a que eu faço oposição. Então, nós tivemos muitas divergências. Mas eu posso dizer que todas elas ocorreram no campo da lealdade.

As divergências acontecem. Acontecem olhando no olho, acontecem no microfone desta casa, disputando diferenças políticas, mas sempre no campo da lealdade. Acho que é assim que se deve conduzir a política institucional. As divergências são naturais no processo político, até porque o Legislativo é eivado de pluralidade e de diversidade. Acho que a lealdade, o diálogo e o olho no olho são sempre muito importantes.

Eu não posso falar de todas as posturas, de todos os projetos, de todos os momentos,

porque quem vai testemunhar sobre sua vida é o próprio deputado, para os seus eleitores e para os seus pares, mas posso dizer daquilo com que eu tive algum contato e algum diálogo. Em todos os momentos, a presidência da casa, liderada pelo deputado Wellington Luiz, ouviu-nos, ouviu nossas pautas, deu condução e encaminhamento a elas de forma absolutamente leal e serena. É disso que eu posso falar.

As nossas divergências vão seguir. Nós ainda vamos brigar muito em relação às pautas em que nós temos diferenças, mas acho que sempre pautados pela lealdade.

Esse é um testemunho que eu posso dar sobre a presidência e sobre a forma como ele tem conduzido as coisas.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Obrigado, deputado Fábio Félix.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Concedo a palavra.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB) – Presidente, eu queria corroborar a fala do deputado Fábio Félix.

Eu conheci vossa excelência, presidente deputado Wellington Luiz, ainda como sindicalista. E o senhor sempre foi um homem de palavra, vossa excelência nunca teve meias-verdades. Então, eu queria testemunhar também que, como parlamentar, não tenho o que falar sobre a sua condução como presidente desta casa.

Temos também divergências, mas o senhor sempre as respeitou. Independentemente de qual fosse a pauta, nós sempre tivemos muito respaldo e segurança para poder lutar e nos posicionar como nós acreditamos.

Então, eu queria também declarar isto: o senhor tem o meu respeito e a minha admiração.

Acredito, sim, que uma das principais características da política é palavra e lealdade. Pode contar com a minha palavra e com a minha lealdade.

Obrigada, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Obrigado, deputada Dayse Amarilio.

Concedo a palavra ao deputado Wellington Luiz.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB. Como líder.) – Obrigado, presidente deputado Ricardo Vale.

Primeiramente, permita-me saudar todos os servidores e servidoras que aqui se encontram. Hoje nós vamos votar a Proposta de Emenda à Lei Orgânica que trata das carreiras típicas de Estado. Conforme foi acordado, presidente, será o primeiro item da ordem do dia.

Da mesma maneira, quero cumprimentar todos os bancários do BRB, com os quais nós temos um compromisso muito forte.

Agradeço, de forma muito especial, à deputada Dayse Amarilio, ao deputado Fábio Félix e a todos aqueles de quem recebi inúmeras ligações com relação aos últimos episódios. E hoje, de fato, eu não tenho intenção de usar a palavra para tratar disso. Estou extremamente tranquilo, convicto de que tomei a decisão certa ao não trair as minhas convicções. E aqueles que o fazem respondam, em algum momento, pelos seus atos. Estou extremamente tranquilo.

Hoje eu poderia falar de traições, de tentativas de golpe e de outras coisas mais. Mas não farei isso. Conforme foi bem colocado pelo deputado, isso tem um palco para ser discutido, e nós o faremos.

Eu queria que passassem um vídeo, porque esse, sim, faz valer a pena, na qualidade de político, quando temos uma causa dessa natureza. Depois de assistirmos ao vídeo, eu faço meu pronunciamento, presidente, se me permitir, muito rapidamente.

Peço que passem o vídeo por gentileza. Peço a todos que prestem atenção nele.

(Apresentação de vídeo.)

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB. Como líder.) – Todos os que aqui se encontram, quem não teve a oportunidade de conhecer a vila, eu acho que deveria, porque ali há uma transformação de conceito de vida, deputado Ricardo Vale.

Quero me dirigir aos meus colegas deputados e deputadas diante desse quadro. Meu líder, deputado Pepa, quando você se depara com essas pessoas, elas não têm família, não têm voz, não têm voto, não têm nada disso! Elas dependem única e exclusivamente da bondade humana para que continuem vivas. E nem todos os olhares são voltados para elas – são pessoas praticamente invisíveis. Quando você encontra uma instituição dessa natureza, que acolhe essas pessoas com tanto carinho e amor... Com certeza, deputado Pastor Daniel de Castro, em poucas instituições veremos a limpeza, o carinho, o respeito. Ela é quase um hospital.

Alguns meses atrás, por decisão judicial, determinou-se que 20 assistidos fossem para a vila. Eram 80 pessoas; passaram para 100 pessoas. Agora são mais 4, também por decisão judicial. Dessa vez, são crianças, crianças que não têm familiares. Daqui a pouco, por exemplo, eu vou para casa ver meus netos, pegá-los no colo e acolhê-los com muito amor. Essas crianças não têm nada disso.

Aí aparece um infeliz desse, sem qualquer sensibilidade, inconsequente, e simplesmente entende que precisa interditar a vila. Então, eu pergunto à Vigilância Sanitária: para onde vão esses 104 seres humanos? Para a casa dele? Para onde é que vão levá-los? Ou vão para a rua? Não tem sentido uma decisão dessa natureza. Se dependesse de mim e se eu pudesse, eu demitiria esses funcionários. Ele teria que estar lá ajudando, porque ele está representando o Estado. O que ele faz? Interdita. E agora? Interdita, fecha as portas?

Então, a Câmara Legislativa precisa se pronunciar. Eu vou fazer uma manifestação extremamente dura.

Quero agradecer ao Irone, ao Jorginho, à Cássia, a todos aqueles que se dedicam todos os dias e quero parabenizá-los. A vila vive praticamente de doações, de apoio daquelas pessoas de bem.

Quando se vê um servidor público, que deveria cuidar do ser humano com carinho e respeito, tomar uma decisão covarde dessa natureza...

Então, quero pedir apoio aos meus pares para que nós adotemos providências extremamente rigorosas contra quem age contra aqueles que precisam de ajuda. Eu, inclusive, vou convocar esse servidor. Eu vou fazer um requerimento de convocação para que ele venha se justificar. Só para vocês terem ideia, um dos motivos da interdição é que a janela estava baixa. A criança que ele disse que podia ir para o lado da janela, ela não sai da cama, ela não se movimenta, ela mal respira. Portanto, faltou sensibilidade humana, faltou respeito com a vida.

A Câmara Legislativa não pode ficar calada. Nós precisamos reagir para que coisas como essa não aconteçam. A vila tem quem fale por ela, mas há muitos outros lares, muitas outras instituições que não têm isso. Essas pessoas, lamentavelmente, são invisíveis aos olhos do Estado. É inaceitável que a população, que o povo do Distrito Federal se cale diante de uma covardia, de uma atrocidade dessa natureza.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Obrigado, deputado Wellington Luiz.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Concedo a palavra.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL) – Presidente, quero só me somar ao deputado

Wellington Luiz nas palavras dele.

A Vila do Pequenino Jesus – não só ela, mas também outras instituições como ela – faz um trabalho que o Estado, pela Constituição federal, é obrigado a fazer, mas não dá conta de fazer. Então, essas pessoas estão fazendo o que é obrigação do governo, o que é obrigação do Estado brasileiro, e o fazem voluntariamente. Elas abrem mão, muitas vezes, do seu tempo, da sua vida, do tempo com a família, do lazer, de uma série de satisfações pessoais ou de escolhas pessoais, fazendo um sacrifício próprio para atender essas pessoas que tanto precisam. E o Estado deveria ajudar; no mínimo, não atrapalhar. Se não ajuda, ao menos não atrapalhe.

Faço minhas as palavras do deputado Wellington Luiz. É realmente inaceitável, inadmissível!

Eu parablenzo vossa excelência, deputado, não só pelo discurso, mas pela ajuda que eu sei que vossa excelência oferece à Vila do Pequenino Jesus.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Dando continuidade ao comunicado de líderes, concedo a palavra ao deputado Max Maciel.

DEPUTADO MAX MACIEL (Bloco PSOL-PSB. Como líder.) – Boa tarde, presidente deputado Wellington Luiz e vice-presidente deputado Ricardo Vale, que preside a sessão neste momento.

Quero saudar todos que nos acompanham pela TV Câmara Distrital e os presentes no plenário e na galeria desta casa. Tenham certeza de que o primeiro item da ordem do dia, a Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 20, já está na pauta. Havendo quórum regimental, ela irá avançar.

Gostaria de saudar também os trabalhadores do Banco de Brasília, o BRB. Queremos dizer a eles que o Governo do Distrito Federal precisa enviar a esta casa, além do projeto relativo ao empréstimo, um projeto que assegure o emprego de quem está no BRB e que assegure as políticas sociais que o BRB executa, caso isso não dê certo.

Nós temos muita responsabilidade política com o tema. Eu sei que alguns colegas do sindicato e do BRB, às vezes, não concordam com a nossa fala. Isso é natural na política e é natural na democracia.

A questão central é: eu vou buscar um empréstimo. O primeiro item é saber as regras as quais eu vou me submeter com esse empréstimo. Qual será a taxa de juros? Qual é o prazo que eu terei para fazer o pagamento? Quais são as garantias que eu poderei oferecer, caso eu não consiga honrar esse empréstimo? Infelizmente, a taxa de juros, o prazo final, a carência e o cronograma de pagamento não vieram nesse novo projeto que pede um empréstimo de R\$6,6 bilhões para – é o que eles dizem – salvar o BRB.

Mesmo não sabendo o meu futuro político nesta casa, por responsabilidade com o Distrito Federal, eu não tenho condições de votar um projeto do qual nem sequer sei o básico. O básico! Eu não sei qual é a garantia do Estado e nem a garantia dos trabalhadores.

A consultoria desta casa levantou uma questão central. Ao mesmo tempo em que o STF assina esse acordo dos R\$6,6 bilhões conjuntamente, a operação tem que se limitar a 16% da Receita Corrente Líquida do Distrito Federal. Do ponto de vista real, isso reduz o empréstimo para R\$4,7 bilhões, R\$4,9 bilhões. Ou seja, nós estamos pegando os R\$6 bilhões, mas não vamos poder utilizar os R\$6 bilhões pelo regime prudencial.

Nós estamos falando de responsabilidade política com o futuro desta cidade. Eu não sei quem vai governar o DF, eu sei quem vai sofrer por aqueles que vão governar: é a população do Distrito Federal que precisa de creche, que precisa de atendimento no hospital, que precisa de mais professores capacitados – estão aqui os alunos visitando a nossa casa, que são o futuro.

Nós precisamos ter tudo isso dito pelo Governo do Distrito Federal. Eu não quero expor nenhum colega desta casa. Se esse projeto do BRB entrar na pauta, por uma defesa do governo,

que alguém do governo então venha a esta tribuna e apresente a justificativa que nos faça votá-lo. Votar sem debate para nós é muito ruim.

O estudo compara os encargos da dívida com os programas públicos e conclui que os juros anuais são superiores ao que nós gastamos hoje, por ano, com mobilidade urbana, infraestrutura, segurança pública, programa Prato Cheio – que é a soberania e a segurança alimentar na ponta para aqueles que não têm –, alimentação escolar e o que destinamos para o PDAF – o Programa de Descentralização Administrativa e Financeira, e para o PDPAS – o Programa de Descentralização Progressiva de Ações de Saúde.

O que nos resta então agora? O Bloco PSOL-PSB pede que, antes de votarmos esse projeto, o presidente do banco, Nelson, venha a esta casa, e não ao Senado Federal, que não vota esse projeto. Ele tem que vir à CLDF apresentar, justificar e indicar onde estão essas informações que estamos pedindo, por responsabilidade política, e, assim, votarmos e darmos tranquilidade aos trabalhadores.

Presidente, para concluir, dentro do regime prudencial de 16%, infelizmente esse projeto não salva o BRB. Ele dá um respiro ao banco de, no mínimo, 8 meses.

O próprio presidente acabou de anunciar no Senado Federal que o rombo é de R\$8,8 bilhões. Nós temos R\$30 bilhões de negociação com o Master; R\$20 bilhões ficaram por ali e conseguiram recuperar, R\$12 bilhões estão perdidos, mas R\$8 bilhões é o valor do rombo. Nós sequer sabemos, de fato, qual é o tamanho do rombo.

Esse empréstimo, lá na frente, pode não dar certo. Até agora, só ouvimos o Banco do Brasil, porque os outros agentes privados não botaram a cara. Sabe-se também que os estados podem entrar na justiça para não pagarem a dívida, porque não se pode sacrificar o ente federativo. Todos não querem assinar esse cheque, porque não há segurança de receber.

É uma sinuca de bico em que entramos, mas não entramos nisso por nossa culpa. Nós avisamos, desta tribuna, que não era para ter feito assim, denunciemos que havia risco, denunciemos que havia uma série de processos mal explicados. Naquela época, eu falei que havia algum acordo mal explicado que o governador Ibaneis fez para dizer publicamente que tinha que comprar o Master e que não abriria mão. Hoje, sabemos possivelmente o que estava em jogo. Espero que as delações aconteçam e todos aqueles envolvidos naquilo que lesou um banco público paguem à população pelo dano feito.

Presidente, quero aproveitar a presença do deputado Pastor Daniel de Castro. Eu quero dizer que, assim como o governo suspendeu parte da licitação que atinge uma parcela de Vicente Pires, que o governo restrinja toda a licitação, e que isso sirva para todos, e não apenas para uma parcela, a fim de beneficiar o conjunto daquela população. Deputado Pastor Daniel de Castro, quero falar da sua luta para que haja respeito à comunidade de Vicente Pires, que não se exime de pagar, mas quer pagar um preço justo.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Obrigado, deputado Max Maciel.

Quero registrar a presença dos estudantes e professores da Escola Classe 6 de Brazlândia. Peço à TV Câmara Distrital que mostre os estudantes. Nós agradecemos a presença de vocês, que participam do programa Conhecendo o Parlamento, sob a coordenação da Escola do Legislativo. Sejam todos bem-vindos, professores, profissionais da escola e estudantes.

Informo que o deputado Chico Vigilante não se encontra presente ainda na sessão. Ele, que é o líder do PT nesta casa, está em uma atividade no Palácio do Planalto, relativa aos vigilantes de todo o país, discutindo um projeto de lei do governo federal. Assim que acabar o evento, ele virá para esta sessão.

DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Concedo a palavra.

DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL) – Presidente, eu gostaria de me solidarizar com as empresárias e os empresários do restaurante Pinella. Ele é um restaurante, um bar da 408 Norte, com 15 anos de história no Distrito Federal e está anunciando que vai fechar as portas porque, de tanta multa, de tanta notificação, interdição devido à Lei do Silêncio, a operação ficou impossibilitada. Nós temos que ter um Distrito Federal que tenha como regra nenhum emprego a menos, deputado Ricardo Vale.

Nós apresentamos, nesta casa, o projeto de lei sobre o Distrito Criativo para que reorganizemos a cidade e para que refaçamos a Lei do Silêncio nas áreas comerciais, deputado Ricardo Vale. Não pode haver apenas uma única denúncia e, às vezes, essa denúncia desmobilizar 40 empregos, 50 empregos e 15 anos de história.

Fica aqui o nosso registro sobre restaurante Pinella e a tantos outros bares que estão sofrendo interdição.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Parabéns, deputado Max Maciel.

Realmente essa Lei do Silêncio precisa ser revista. É papel desta casa fazer essa discussão. Infelizmente, muitos parlamentares têm medo de fazer esse debate, e essa Lei do Silêncio tem desempregado muitos músicos, muitas cozinheiras, muitos garçons; tem fechado os bares e destruído a vida de muitos empresários – como é o caso agora do Pinella, que acabou de fechar as portas. Fica registrada minha solidariedade ao estabelecimento. Já deve ser o 100º estabelecimento fechado por essa lei inexequível, que nem deveria existir.

Dando continuidade ao comunicado de líderes, concedo a palavra ao deputado Gabriel Magno.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (Minoria. Como líder.) – Boa tarde, deputado Ricardo Vale e deputado Wellington Luiz. Boa tarde aos estudantes da nossa querida escola pública do Distrito Federal, às professoras, aos monitores, aos educadores sociais voluntários e a toda a turma que constrói a escola no dia a dia. Boa tarde a esta galeria, que hoje está de novo cheia de servidores da carreira PPGG, que esperam que esta casa vote a Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 20/2026, deputado Ricardo Vale. A Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 15 já foi votada e aprovada em primeiro turno, mas nós fizemos esse acordo para votar a Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 20/2026, e é necessária a presença de 15 parlamentares. Esse é o primeiro ponto urgente da pauta hoje, para fazer justiça a esses servidores. (Palmas.)

Estão presentes também os trabalhadores do BRB e servidores públicos de outros sindicatos. Eu já vou dialogar com a pauta, talvez, mais importante da cidade; mas, antes, deputado Ricardo Vale, quero dizer que nós estivemos, pela manhã, na Fazenda Sálvia, em Planaltina, no mais novo acampamento do MST: o Acampamento Chico Mendes, fruto de uma ação articulada do MST em todo o Brasil em razão do dia 5 de junho, Dia Mundial do Meio Ambiente.

O MST ocupa uma gleba da Fazenda Sálvia, fazenda que pertence à União e é, portanto, terra pública. Ainda bem que o Lula ganhou a eleição, porque o Bolsonaro já teria feito um acordo com o Ibaneis para transferir a Sálvia para a Terracap, com o objetivo de fazer especulação imobiliária e favorecer grileiros e a grilagem de terras, como essa empresa faz hoje em Vicente Pires e como tentou fazer com a Serrinha do Paranoá. Nós temos denunciado, várias vezes, nesta tribuna, os desmandos na Terracap, que hoje, infelizmente, não apoia aquilo para o qual foi criada, mas, sim, os interesses da grilagem de terras e da especulação imobiliária.

Depois das CPIs que estão na fila, como a CPI do Master e do BRB, cuja aprovação é urgente, esta casa deve instaurar a CPI da Terracap, abrir esta caixa-preta e apurar para onde estão indo milhões de reais do patrimônio público e a que interesses particulares eles estão atendendo.

Pois bem, o MST ocupa hoje a Fazenda Sálvia para pressionar o Estado brasileiro a fazer aquilo que está previsto na Constituição federal: cumprir a função social da terra. Eu quero alertar

para os números da reforma agrária no Distrito Federal. O DF tem 578 mil hectares de terra, dos quais 420 mil são áreas rurais. Desses 420 mil hectares, 140 mil são destinados à preservação ambiental. Assim, restam 280 mil hectares para a agricultura e a pecuária.

O ZEE, Zoneamento Ecológico-Econômico do DF, deputado Wellington Luiz, aponta, em seus estudos, a existência de 204 mil hectares de terras improdutivas no Distrito Federal. Eu vou descontar o pasto, que os grandes donos de terra, especuladores, grileiros e latifundiários muitas vezes o utilizam para dizer que estão produzindo alguma coisa. Assim, dos 240 mil hectares improdutivos, restariam 60 mil hectares de terras improdutivas aptas à agricultura. Se nós fizéssemos uma reforma agrária séria no DF, distribuindo 10 hectares por família, esses 60 mil hectares poderiam beneficiar 6 mil famílias. Vocês sabem quantos sem-terra nós temos no Distrito Federal? Aproximadamente 4.500. Resolveríamos o problema da reforma agrária do Distrito Federal.

Então, estamos pedindo novamente para a Seagri-DF dar continuidade ao Prat, que foi interrompido neste governo da especulação, no governo dos ricos. E estamos pedindo aos responsáveis pela pasta da segurança pública – deputado Wellington Luiz, peço sua solidariedade aos processos e seu apoio nisto – que as forças de segurança não cometam, na Fazenda Sálvia, no Acampamento Chico Mendes, a tentativa de retirada, porque é terra pública.

O próprio Incra já pediu o interesse social da área para fins de reforma agrária, e que os agentes de segurança pública garantam a segurança das famílias que estão lá – são mais de 300. Estamos oficiando também o secretário de Segurança sobre o caso.

Outra questão sobre a qual eu gostaria de falar é a do BRB, sobre o Projeto de Lei nº 2.363/2026, que está nesta casa, mas não salva o BRB.

Mais uma vez, o governo Celina Leão e Ibaneis mandam para esta casa um projeto sem números, sem dados; um projeto sem nenhuma garantia, nenhum documento, nenhuma informação e pedem para esta casa, de novo, confiar em um governo que não é confiável. Pedem para ela confiar, inclusive, em uma turma que roubou o BRB. Nós temos que dizer aqui o que aconteceu com esta cidade: roubaram o Distrito Federal! O ex-presidente do BRB está preso em uma operação criminosa com o Vorcaro – outro bandido! E agora querem que a população pague a conta!

Deputado Ricardo Vale, reiteramos este pedido: queremos, antes de qualquer deliberação deste Plenário, que o secretário de Economia e o presidente do BRB encarem a população do Distrito Federal em audiência pública, respondendo aos questionamentos e apresentando os dados.

Quero dialogar com esta aguerrida categoria dos bancários, os empregados do BRB. Não há, até agora, uma única palavra, um único documento por parte do Governo do Distrito Federal que garanta o emprego de mais de 5 mil trabalhadores. Queremos debater como o GDF garantirá o emprego desses 5 mil trabalhadores. Isso não está no projeto de lei.

Nós já apresentamos, deputado Ricardo Vale, uma série de possibilidades e instrumentos com os quais o governo poderia garantir esses empregos – seja com o BRB público ou com qualquer solução para o banco, mesmo que fosse a pior. Não sabemos o que vai acontecer com o BRB. Mesmo com o BRB liquidado, é possível e necessário um compromisso do governo com o emprego desses 5 mil trabalhadores. Mas, até agora, a Celina não falou nada, o Ibaneis não falou nada. Esse é o compromisso da bancada do Partido dos Trabalhadores.

Chamam atenção os números – e concluo com isso. Hoje, o Nelson, no Senado – ele só compareceu ao Senado quando foi convocado, porque se nega ao debate público, democrático e transparente – afirmou, sem explicar como, que o DF pagará pelo menos R\$540 milhões por ano nesse acordo. Pelo que a Celina assinou, são R\$540 milhões do orçamento do DF. Pelos próximos 15 anos, não haverá nenhuma nomeação de médicos, enfermeiros, professores ou assistentes sociais, e a população do Distrito Federal pagará uma conta que ninguém aqui assumiu: um empréstimo e uma operação que utilizaram o BRB para negociar com o crime organizado.

Encerro, presidente, também me solidarizando não apenas com o Pinella mas também com

todo o setor cultural desta cidade. É lamentável a política cultural do governo Celina e Ibaneis. É uma política de ataque aos artistas, aos trabalhadores da cultura; uma política de desrespeito. Não há política de fomento, de equipamentos culturais, de produção e formação de plateia.

É por isso que não apenas o Pinella, mas também vários bares estão fechando, várias casas estão sendo penalizadas com multas impagáveis; e, até hoje, deputado Ricardo Vale, sequer temos o calendário das escolas de samba. Um silêncio total de um governo inimigo da cultura.

Então, fica a nossa solidariedade, mas também a nossa luta. Esta casa precisa mesmo fazer um debate sério e rever a Lei do Silêncio. Ela precisa apresentar, como temos apresentado, uma política séria para garantir o direito cultural da cidade.

Obrigado, deputado.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Muito obrigado, deputado Gabriel Magno.

Registro também a presença dos estudantes e professores da Escola Classe 6 de Brazlândia. Sejam todos bem-vindos.

Solicitei à TV Câmara Distrital que mostrasse vocês. Sejam bem-vindos. Cumprimento os professores e os profissionais da escola. Parabéns! Eles são participantes do programa Conhecendo o Parlamento, sob coordenação da Escola do Legislativo.

Agora passo a presidência ao presidente desta casa, deputado Wellington Luiz, para iniciarmos a votação dos projetos. Pela ordem, o primeiro é a Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 20/2026.

(Assume a presidência o deputado Wellington Luiz.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado Ricardo Vale, pela condução da presidência.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL) – Presidente, na verdade, são 2 pedidos que eu queria fazer a vossa excelência. Primeiro, que fosse aberto o comunicado de parlamentares, porque há alguns parlamentares – poucos, acredito – que querem se manifestar, como eu e a deputada Dayse Amarílio. Esse é o primeiro pedido para vossa excelência avaliar se seria possível.

Segundo, apresentei um requerimento de convocação do presidente do BRB ao Plenário desta casa. E por que faço isso? Não é para tensionar a questão. É porque, hoje, deputados, o presidente do BRB estava no Senado. No Senado, ele apresentou uma série de dados, elementos, números, quantidade de transações e os objetivos da operação do projeto de lei. E olhe que o Senado Federal não vai votar nada sobre o tema.

Para a Câmara Legislativa, nada foi apresentado. Não há anexos, e sequer o presidente do BRB veio a esta casa e se sentou nesta bancada para se explicar ou assumir compromisso público com a população do Distrito Federal. É óbvio que queremos salvar o BRB, mas não queremos votar nada no escuro.

Faço um pedido a esta casa – um pedido de grandeza, para que o Poder Legislativo local continue na estatura que deveria estar; não dá para votar mais um projeto de lei às escuras, precisamos fazer essa votação com transparência –: vamos trazer amanhã o presidente do BRB para se sentar aqui e apresentar à sociedade a situação e os dados, a fim de que os parlamentares tenham o mínimo de dignidade e subsídio para votar essa matéria. Já se votou a autorização da compra do Master nesta casa, a concessão dos terrenos – que me parece já ter virado pó –, e agora querem votar uma terceira alternativa sem qualquer explicação para a população?! É necessário um compromisso público. É o que ele fez no Senado, é esse mínimo que queremos solicitar a vossa excelência.

Portanto, a questão de ordem é que se pautem o requerimento de convocação do presidente do BRB, que ele seja votado ainda hoje e que a sessão ordinária de amanhã seja transformada em comissão geral, a fim de que ele venha a esta casa prestar esclarecimentos não apenas a nós mas a toda a população.

Que fique claro isto: quem vai pagar essa conta não é quem roubou o BRB. Quem vai pagar essa conta não é o ex-governador Ibaneis. No empréstimo, o fiador dessa conta é o orçamento público do Distrito Federal. Quem vai pagar a conta é o povo, por isso queremos ter acesso às informações.

Muito obrigado, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Deputado Fábio Félix, por conta do horário, vou abrir e encerrar o comunicado de parlamentares; mas não vou cercear o direito à palavra dos senhores. Vossa excelência, a deputada Dayse Amarílio e os demais que quiserem se manifestar terão a palavra.

Dá-se início ao comunicado de parlamentares.

Está encerrado o comunicado de parlamentares.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB) – Presidente, queria agradecer a oportunidade de fala e dizer que nós temos decisões importantes a tomar, considerando o meu respeito a todos os trabalhadores que estão presentes, seja em razão da Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 20, seja os bancários.

Presidente, eu estou em uma situação muito desconfortável, porque sou trabalhadora, coloco-me no lugar dos bancários, dos trabalhadores do banco. No entanto, eu queria destacar que nós não estamos falando dos verdadeiros responsáveis pela solução em si. Nós sabemos quem foram os responsáveis, inclusive pela depreciação e pela situação deficitária que estamos vivendo hoje.

A grande verdade é que começamos com o orçamento no negativo; e não se fala como os verdadeiros culpados – entre eles o próprio governador do Distrito Federal, que indicou o presidente do BRB, que está preso – serão responsabilizados, isso para dar uma resposta, inclusive, aos trabalhadores do BRB.

Eu queria trazer algumas questões importantes sobre as quais seria importante pensarmos. Quando falamos de empréstimo – e nós, como trabalhadores, já recorremos a empréstimos –, sabemos que existem condições para isso. Quero deixar claro que quem está contraindo esse empréstimo é o Governo do Distrito Federal. Esse empréstimo tem como contragarantia o aval de bancos privados. Não sei se vocês sabiam disso, mas ele tem esse aval de bancos privados. Outra questão é que, se atrasarmos as parcelas, os bancos terão o direito de reter recursos do DF provenientes dos impostos que nós pagamos. Esses recursos compõem, inclusive, o Fundo Constitucional mínimo para a saúde, educação e assistência social.

Além disso, o DF comprometeu-se voluntariamente, por meio de acordo, a trancar todo tipo de alteração em relação aos congelamentos. Sabemos que isso está no art. 167 da Constituição federal, mas o que o GDF fez foi, voluntariamente, assinar no acordo o congelamento de concursos, criação de cargos, nomeações, reestruturações e investimentos. E o pior é que estamos autorizando um empréstimo sem sequer conhecermos a taxa de juros. Para aqueles que estão nos acompanhando, a taxa de juros, na melhor das hipóteses, pode variar de R\$700 milhões a R\$1,1 bilhão, sem que haja dados dessa taxa.

Se seremos nós a pagar essa conta – sabemos que na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças não houve alteração da LDO para prever esse acordo –, esse valor pode, sim, ser retirado

de áreas mínimas e essenciais, como saúde, educação e assistência social.

Presidente, precisamos buscar alguma forma de nos blindarmos. Esta casa parece estar vivendo um *déjà vu*, como se estivéssemos voltando à primeira situação, do primeiro projeto, quando falamos: "Não sabíamos, parecia uma oportunidade".

Para finalizar, presidente, quero deixar claro que, como esse orçamento sairá dos cofres do GDF, não podemos deixar de falar que estamos vivendo uma situação muito difícil. O que vamos dizer à dona Maria, que por 3 dias, com o braço infeccionado, transitou por UBS, hospital e UPA, durante todo o fim de semana, para conseguir atendimento? O que vamos dizer ao senhor Sebastião, que estava ontem na UPA de Vicente Pires, internado há 5 dias, sentado em uma cadeira? O que vamos dizer aos profissionais de saúde que estão trabalhando em condições precárias, com dimensionamento sub-humano? Esse orçamento pode e vai sair da saúde e da educação!

O que queremos, presidente, é blindar esta casa, e isso me parece razoável. Portanto, peço que o requerimento seja o primeiro item a ser votado. Se o presidente do BRB esteve no Senado – que não votará sobre o futuro do Distrito Federal –, por que nós deputados distritais devemos nos expor e expor o futuro do banco? Isso talvez nem resolva o problema!

O próprio sindicato não sabe responder, se houver liquidação, qual será o valor dela e nem o que será feito. Os valores são realmente esses? Ele falou, na comissão do Senado, que o valor é de R\$8 bilhões. O projeto fala de R\$6,6 bilhões, enquanto só poderemos pegar R\$4 bilhões. Os dados não batem.

Querem resolver o problema? Vamos resolvê-lo com transparência e responsabilidade; inclusive por meio de CPIs: a que trataria do caso da saúde e a do Master. Vamos mandar congelar os bens do governador Ibaneis, os bens de quem quer que seja responsável. É por isso que devemos lutar, inclusive pelo trabalho dos próprios bancários, porque as vítimas foram os trabalhadores do BRB, e não a alta gestão do banco. As vítimas são os trabalhadores do BRB.

Outra vítima foi, sim, esta casa, que acabou sendo exposta. Nós vamos nos expor novamente e não vamos deixar esse projeto ser aprovado. Nós vamos votar "não" a esse projeto, porque nós não temos conhecimento dos dados.

(Manifestação na galeria.)

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB) – Sabem por que nós vamos votar "não" a esse projeto? Porque o nosso dever constitucional é proteger a população do Distrito Federal, e não dar resposta a um grupo político.

Obrigada, presidente.

(Manifestação na galeria.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputada Dayse Amarilio.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL) – Presidente, pedi a fala porque há a Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 20/2026 para ser votada, mas eu queria que vossa excelência considerasse minha solicitação para votarmos o requerimento, pois há a necessidade de escutarmos o presidente do BRB nesta casa. Sugiro a vossa excelência que isso seja apreciado no momento da escuta dos líderes sobre a matéria do BRB.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Perfeitamente. Acolho a solicitação do deputado Fábio Félix. Peço que o requerimento seja apreciado no momento da decisão da inclusão do projeto para votação.

Dá-se início à ordem do dia.

(As ementas das proposições são reproduzidas conforme ordem do dia disponibilizada pela Secretaria Legislativa; as dos itens extrapauta, conforme PLe.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Consulto os líderes sobre existência de acordo para superarmos o sobrestamento decorrente dos 152 vetos do quadro demonstrativo da ordem do dia e votar as demais proposições das sessões ordinárias e extraordinárias.

(Os líderes se manifestam favoravelmente.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Não houve manifestação contrária.

Deixem-me fazer um esclarecimento. O primeiro item, que é a Pelo, precisa de 15 votos favoráveis para ser aprovado. É preciso saber se já há 15 votos. Se não houver os 15, eu pulo o item.

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB) – Presidente, há acordo para a Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 20/2026. Eu acho que nós não podemos nos precipitar. Vamos fazer a verificação de presença para ver se há quórum. É a minha sugestão, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Se os senhores concordarem, nós podemos fazer o seguinte: nós vamos votando os outros itens até que haja a quantidade mínima de 15 votos para votar a Pelo. Nós podemos ir votando os outros itens enquanto isso – se vocês concordarem, claro.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Deputado Fábio Félix, um deles é um projeto de decreto legislativo de minha autoria, acordado no Colégio de Líderes, sobre uma sessão a ser realizada amanhã. O outro é sobre crédito. Há ainda o projeto do BRB, que ainda não está incluído na ordem do dia. São um projeto de lei e um projeto de decreto legislativo.

Em respeito aos servidores que se encontram nesta casa, solicito aos parlamentares que estejam na Câmara Legislativa que venham ao plenário para iniciarmos o processo de votação.

Não há quórum, assim atendo o pedido da deputada Dayse Amarilio de verificação de presença.

Solicito que os deputados registrem a presença nos terminais.

(Realiza-se a verificação de presença.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – A deputada Doutora Jane registrou presença. Com isso, há quórum.

Item da ordem do dia.

Discussão e votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei nº 1.910/2025, de autoria do deputado Wellington Luiz, que *Inclui no Calendário Oficial de eventos do Distrito Federal o dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas no Distrito Federal*.

(Assume a presidência o deputado Ricardo Vale.)

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Aprovado o parecer da Comissão de Educação e Cultura, a CCJ deverá se manifestar sobre o projeto e a emenda aprovada na Comissão de Educação e Cultura.

Na ausência do presidente da CCJ, deputado Thiago Manzoni, designo o deputado Fábio Félix como relator pela CCJ.

Solicito ao relator, deputado Fábio Félix, que apresente parecer sobre a matéria.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL. Para apresentar parecer.) – Parecer da CCJ ao Projeto de Lei nº 1.910/2025, de autoria do deputado Wellington Luiz, que *Inclui no Calendário Oficial de eventos do Distrito Federal o dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas no Distrito Federal.*

No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, não vemos nenhum óbice de juridicidade e constitucionalidade. Portanto, somos pela aprovação na forma da emenda modificativa.

É o voto.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Em discussão os pareceres em bloco.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados favoráveis aos pareceres que permaneçam como estão e aos contrários que se manifestem.

Os pareceres estão aprovados com a presença de 15 deputados. Esse é o resultado da votação.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 1.910/2025.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados favoráveis ao projeto que permaneçam como estão e aos contrários que se manifestem.

O projeto está aprovado em primeiro turno com a presença de 15 deputados. Esse é o resultado da votação.

(Assume a presidência o deputado Wellington Luiz.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Agora, com 15 parlamentares presentes, consulto se todos são favoráveis. Uma proposta de emenda à Lei Orgânica do Distrito Federal precisa de 15 votos favoráveis.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Presidente, neste momento, só há 14 deputados presentes.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Então vamos chamar outro item.

Item da ordem do dia.

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 339/2025, de autoria do deputado Wellington Luiz, que *Concede o título de Cidadão Benemérito do Distrito Federal ao Senhor Wagner Gonçalves da Silveira Junior.*

(Assume a presidência o deputado Ricardo Vale.)

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – A proposição não recebeu o parecer das comissões. Foi apresentada uma emenda na CAS. A CAS e a CCJ deverão se manifestar sobre o projeto e a emenda.

Solicito ao presidente da CAS, deputado Rogério Morro da Cruz, que designe relator ou avoque a relatoria.

DEPUTADO ROGÉRIO MORRO DA CRUZ (PSD) – Avoco a relatoria.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Solicito ao relator, deputado Rogério Morro da Cruz, que apresente parecer sobre a matéria.

DEPUTADO ROGÉRIO MORRO DA CRUZ (PSD. Para apresentar parecer.) – Parecer da CAS ao Projeto de Decreto Legislativo nº 339/2025, de autoria do deputado Wellington Luiz, que *Concede*

o título de Cidadão Benemérito do Distrito Federal ao Senhor Wagner Gonçalves da Silveira Junior.

Presidente, no âmbito desta comissão, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo com a Emenda nº 1.

É o voto, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Solicito ao vice-presidente da CCJ, deputado Fábio Félix, que designe relator ou avoque a relatoria.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL) – Avoco a relatoria.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Solicito ao relator, deputado Fábio Félix, que apresente parecer sobre a matéria.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL. Para apresentar parecer.) – Parecer da CCJ ao Projeto de Decreto Legislativo nº 339/2025, de autoria do deputado Wellington Luiz, que *Concede o título de Cidadão Benemérito do Distrito Federal ao Senhor Wagner Gonçalves da Silveira Junior.*

No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, somos pela admissibilidade do projeto, acolhendo a emenda.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Em discussão os pareceres em bloco.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados favoráveis aos pareceres que permaneçam como estão e aos contrários que se manifestem.

Os pareceres estão aprovados com a presença de 16 deputados. Esse é o resultado da votação.

Em discussão, em turno único, o Projeto de Decreto Legislativo nº 339/2025.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados que aprovam o projeto que votem “sim” e aos que o rejeitam que votem “não”.

(Realiza-se a votação nominal.)

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Votação encerrada.

O Projeto de Decreto Legislativo nº 339/2025 está aprovado com 16 votos favoráveis. Esse é o resultado da votação.

Nos termos do art. 208, inciso II, do Regimento Interno, declaro aprovada a redação final.

(Assume a Presidência o deputado Wellington Luiz.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Mais uma vez, agradeço ao deputado Fábio Félix e ao deputado Rogério Morro da Cruz, bem como a todos que contribuíram para a aprovação do PDL.

Item da ordem do dia.

Discussão e votação, em primeiro turno, do Proposta de Emenda à Lei Orgânica do Distrito Federal nº 20/2026, de autoria do Poder Executivo, que *Acréscenta o inciso XXIV ao art. 19 da Lei Orgânica do Distrito Federal, para reconhecer a carreira Políticas Públicas e Gestão Governamental como típica de Estado, integrante do Ciclo de Gestão do Distrito Federal.*

A proposição não recebeu parecer das comissões. A CCJ e a CAS deverão manifestar-se sobre o projeto e as emendas.

Solicito ao vice-presidente da CCJ, deputado Fábio Félix, que designe relator ou avoque a relatoria.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL) – Presidente, estou nesta sessão como único membro titular da Comissão de Constituição e Justiça. Não participei do debate sobre o acordo com relação a essa proposta.

Na Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 20/2026, há a definição da PPGG como carreira típica de Estado. Todos nós temos acordo em relação a isso. Nós sabemos que inserir isso na Lei Orgânica tem importância, ainda que, lá na frente, isso não garanta a prevenção pretendida em relação a reformas administrativas. Haverá outros debates, mas se trata de uma tentativa e de uma luta dos servidores nesse sentido. Também há outras emendas aditivas que incluem outras categorias – e temos um mandato a favor do serviço público como um todo.

Assim, o nosso parecer será pelo acatamento dessas emendas apresentadas, tanto pelo deputado Pastor Daniel de Castro quanto pelo deputado Wellington Luiz, bem como da Emenda nº 5, se não me engano, de autoria do deputado Rogério Morro da Cruz, da CLDF e controle externo. Essas são as emendas. Quero saber qual foi o encaminhamento dado pelo Colégio de Líderes. Qual é o encaminhamento?

Todas as emendas apresentadas são aditivas. Portanto, não colocam em xeque a juridicidade nem a constitucionalidade do projeto, porque, posteriormente, isso pode ser sanado pelo próprio Poder Executivo. Elas não criam problema para o projeto. Contudo, como não estive presente, por não ser líder, no momento do acordo, pergunto a vossa excelência qual foi o acordo traçado. Não há problema de mérito em acolhermos todas as emendas. Qual foi o acordo e qual o direcionamento dos autores das emendas em relação ao debate? Eu vou seguir, na CCJ, aquilo que foi acordado. Quanto ao mérito, não há problema. Nós somos favoráveis a que as carreiras designadas na proposta sejam reconhecidas como carreira típica de Estado, especialmente a idealizadora do texto original: a PPGG. Mas quero seguir aquilo que foi acordado no Colégio de Líderes, escutando as lideranças.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Deputado Fábio Félix, vossa excelência foi extremamente feliz quando tratou da condição das emendas. Todas são aditivas. Se eventualmente houver alguma discussão em relação à constitucionalidade, o próprio Poder Executivo pode propor os vetos.

Houve acordo no sentido da inclusão dessas emendas, com esse cuidado e com essa ressalva que vossa excelência muito bem colocou. Havendo qualquer tipo de questionamento, obviamente o Poder Executivo discutirá isso.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL) – Está certo. Avoco a relatoria.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito ao relator, deputado Fábio Félix, que apresente parecer sobre a matéria.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL. Para apresentar parecer.) – Parecer da CCJ à Proposta de Emenda à Lei Orgânica do Distrito Federal nº 20/2026, de autoria do Poder Executivo, que *Acrésceta o inciso XXIV ao art. 19 da Lei Orgânica do Distrito Federal, para reconhecer a carreira Políticas Públicas e Gestão Governamental como típica de Estado, integrante do Ciclo de Gestão do Distrito Federal.*

No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, somos pela admissibilidade da Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 20/2026, com o acatamento das emendas apresentadas. Lembro que as Emendas nºs 3 e 4 foram canceladas.

É o parecer, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito ao presidente da CAS, deputado Rogério Morro da Cruz, que designe relator ou avoque a relatoria.

DEPUTADO ROGÉRIO MORRO DA CRUZ (PSD) – Avoco a relatoria.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito ao relator, deputado Rogério Morro da Cruz, que apresente parecer sobre a matéria.

DEPUTADO ROGÉRIO MORRO DA CRUZ (PSD. Para apresentar parecer.) – Parecer da CAS à Proposta de Emenda à Lei Orgânica do Distrito Federal nº 20/2026, de autoria do Poder Executivo, que *Acréscenta o inciso XXIV ao art. 19 da Lei Orgânica do Distrito Federal, para reconhecer a carreira Políticas Públicas e Gestão Governamental como típica de Estado, integrante do Ciclo de Gestão do Distrito Federal.*

No âmbito desta comissão, somos pela aprovação da Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 20/2026, com as Emendas nºs 1, 2 e 5, lembrando que as Emendas nºs 3 e 4 foram canceladas.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Em discussão os pareceres em bloco.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados favoráveis aos pareceres que permaneçam como estão e aos contrários que se manifestem.

Os pareceres foram aprovados com a presença de 17 deputados. Esse é o resultado da votação.

Em discussão, em primeiro turno, a Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 20/2026.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Esta presidência informa que a proposição necessita de 15 votos favoráveis para sua aprovação.

Solicito aos deputados que aprovam a proposta de emenda à Lei Orgânica que votem “sim” e aos que a rejeitam que votem “não”.

(Realiza-se a votação nominal.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Votação encerrada.

A Pelo nº 20/2026, está aprovada, em primeiro turno. Esse é o resultado da votação.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT) – Presidente, eu quero não só cumprimentar vossa excelência, como os 16 parlamentares que votaram “sim” à Pelo nº 20/2026, mas quero registrar que é uma vitória da luta dos servidores da carreira PPGG e dos sindicatos, o SINDPPGG, o Sindireta, o Sindser, as associações que os representam, que os mobilizaram.

Há 2 anos, a PELO nº 15/2024 tramita nesta casa. O governo tentou barrar, não conseguiu porque a pressão dos servidores foi maior, e mandaram a Pelo nº 20/2026. Sem problema, fez-se justiça, e agora, respeitando o regimento, os 10 dias de interstício, já deixemos marcada a votação do segundo turno da Pelo nº 20/2026, para fazer justiça à carreira PPGG.

Obrigado.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado Gabriel Magno.

Justiça seja feita. Esta proposta de autoria do deputado Gabriel Magno iniciou-se com a Pelo nº 15/2024. Quando eu procurei o deputado, ele me disse que não haveria problema nenhum se

fosse substituída pela Pelo nº 20/2026, desde que atendesse todos os servidores. E assim o fez.

Obrigado, deputado Gabriel Magno. Parabéns a todos os servidores e servidoras que lutaram para que chegássemos a isso.

Muito obrigado.

DEPUTADO JORGE VIANNA (DEMOCRATA) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO JORGE VIANNA (DEMOCRATA) – Presidente, eu gostaria de registrar o meu voto. Eu não consegui fazer o registro, porque estava conversando com a governadora. Passou batido, foi muito rápido. PPGG, não tenham dúvidas. Sempre estarei com vocês.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Registro o voto “sim” do deputado Jorge Vianna.

Obrigado, deputado.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB) – Presidente, parabenizo os servidores, que foram muito guerreiros, foram muito resilientes. Parabenizo a iniciativa do deputado Gabriel Magno. Depois o projeto foi encaminhado. Eu venho da luta sindical, por isso, parabenizo os sindicatos. Esta vitória é de vocês, servidores, que muitas vezes estiveram aqui. O projeto já tramitava havia 2 anos, mas a luta de vocês vinha de muito mais tempo. O meu sonho agora é que haja mais PPGGs em todas as administrações, secretarias, porque precisamos de vocês.

Parabéns pela luta. Parabéns aos sindicatos envolvidos.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP) – Presidente, parabenizo os servidores da carreira PPGG. É uma vitória de todos, sedimentada pela sensibilidade da nossa governadora Celina, porque vivemos um momento importante para o fortalecimento do Estado brasileiro e para a proteção dos cidadãos. E a inclusão da carreira de defesa do consumidor entre as carreiras típicas de Estado representa o reconhecimento de uma atividade essencial para a garantia de direitos e para o equilíbrio das relações de consumo.

Parabenizo os 17 deputados que deram seu voto a favor da carreira PPGG e cumprimentar todos os servidores e sindicatos presentes.

Parabéns.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL) – Presidente, parabenizo a PPGG por esta luta importante por legitimidade na Lei Orgânica dos servidores públicos e dos serviços públicos do Distrito Federal. Parabenizo todos os servidores incluídos neste processo.

Sabemos que tem acontecido uma série de reformas ou tentativas de reformas administrativas para desmontar o serviço público. Nós, lá atrás, fizemos a frente parlamentar de enfrentamento à PEC nº 32. Conseguimos derrubar aquela PEC nº 32, no Congresso Nacional. Era uma PEC que queria destruir, desmontar a estabilidade do serviço público brasileiro, e isso tem impacto nos estados e municípios.

Não podemos permitir que esse tipo de projeto avance. Garantir que as nossas carreiras

estratégicas sejam reconhecidas como carreiras típicas de Estado é muito importante para não permitir que essas reformas administrativas atinjam o serviço público e para fortalecer essas categorias. Assim, esta casa dá um passo importante ao dar legitimidade a esses segmentos e categorias. Parabéns aos servidores pela luta.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado Fábio Félix. Parabéns.

Lembro que o regimento determina o interstício de 10 dias. Portanto, na terça-feira, de hoje a 15 dias, votaremos o segundo turno. Parabéns aos nossos representantes por toda a luta.

DEPUTADO JORGE VIANNA (DEMOCRATA) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO JORGE VIANNA (DEMOCRATA) – Presidente, desde o início do ano, venho recebendo reclamações e atendendo, em meu gabinete, moradores de Vicente Pires que não aguentam a pressão do Estado e da Terracap em relação ao preço do metro quadrado. Fui informado de que há pessoas adoecendo e, inclusive, cometendo o autoextermínio por não saberem como lidar com o valor cobrado pela Terracap, de R\$1.500 por metro quadrado. Há pessoas com dinheiro em Vicente Pires, mas muitas não têm condições de pagar.

Presidente, acabei de protocolar um PDL que susta os efeitos dos chamamentos de venda da Terracap em relação ao metro quadrado.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – É da área comercial?

DEPUTADO JORGE VIANNA (DEMOCRATA) – A área de toda Vicente Pires. Do trecho 2 da UV 26.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Tenho uma dúvida, deputado Jorge Vianna. A pedido do deputado Pastor Daniel de Castro, a governadora determinou ontem a revogação desse edital. Parece que ele já foi revogado.

DEPUTADO JORGE VIANNA (DEMOCRATA) – É o Chamamento nº 3/2026.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Se me permite, gostaria de consultar o deputado Pastor Daniel de Castro. Estive com a governadora ontem, em Ceilândia, e ela reuniu lideranças. O deputado Pastor Daniel de Castro não esteve presente, por estar de licença médica, mas, atendendo ao pedido dele, a governadora determinou a revogação do edital, que deve ser publicada hoje ou amanhã. Inclusive, o presidente da Terracap já está ciente disso e nos comunicou.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP) – Presidente, esse mesmo PDL do deputado Jorge Vianna já está protocolado por mim. Ontem, apresentei uma representação no Tribunal de Contas do Distrito Federal. Estive com o presidente daquela corte, conversamos com ele e entregamos um memorial. Ontem, a governadora teve um gesto extremamente sensível, deputado Jorge Vianna. Na hora em que ela encontrou as lideranças – agradeço a vossa excelência por se somar a esse processo de Vicente Pires, porque até este deputado que vos fala está doente –, a governadora cancelou o edital e vai republicar outro, que ainda não tem prazo. Já solicitamos antecipadamente que nenhum edital seja publicado sem diálogo com a comunidade, porque é ela que sabe o preço que pode pagar.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado Pastor Daniel de Castro e deputado Jorge Vianna, pela sensibilidade. Conforme informado, atendendo ao pedido do deputado Pastor Daniel de Castro, a governadora Celina Leão chamou a mim e ao presidente da Terracap e determinou a revogação do edital.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP) – Presidente, não seria justo de minha parte deixar de registrar esse agradecimento à governadora. Quero reconhecer esse gesto humano da governadora. Não foi justo da minha parte porque a governadora estava convalescente, em recuperação de uma cirurgia, e não pude falar com ela, mas precisávamos agir. Quero agradecer especialmente a vossa excelência, que se somou a mim nessa luta. Não faltou de vossa excelência nenhum apoio, e Vicente Pires reconhece isso. Peço que continuemos nessa luta em prol da população de Vicente Pires. Faço esse pedido a vossa excelência.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado. Mais uma vez, parabéns por toda a luta em favor e em respeito à sua comunidade.

Incluo na extrapauta o Projeto de Lei nº 2.330/2026, de autoria do Poder Executivo, que abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, no valor de R\$69.277.912 milhões e dá outras providências.

DEPUTADA PAULA BELMONTE (PSDB) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADA PAULA BELMONTE (PSDB) – Presidente, quero fazer um elogio ao cancelamento desse edital de Vicente Pires. É muito importante que a Terracap tenha mais humanidade. Parabéns ao governo, que recua de uma falta de humanidade mesmo com as pessoas. Eu faço um pedido: que esse cancelamento do edital aconteça em Arniqueira também. Aquela população sofre com essa situação, pois o valor é imenso, e o governo não recua.

Então, parabéns ao governo. Que ele possa ter essa humanidade, esse amor às pessoas, com a população de Arniqueira, que paga um absurdo. Nós temos idosos ali em Arniqueira, pessoas que construíram as suas casas e as estão deixando porque não têm condições de pagar o edital da Terracap, que já é o terceiro. É uma pouca-vergonha o governo e a Terracap não terem essa humanidade com a população de Arniqueira também, assim como tiveram com a de Vicente Pires.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Item extrapauta.

Discussão e votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei nº 2.330/2026, de autoria do Poder Executivo, que *abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, no valor de R\$69.277.912,00, e dá outras providências*.

A proposição não recebeu o parecer das comissões. Foram apresentadas 190 emendas. A CEOF deverá se manifestar sobre o projeto e as emendas.

Solicito ao relator, deputado Eduardo Pedrosa, que apresente parecer sobre a matéria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO. Para apresentar parecer.) – Parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 2.330/2026, de autoria do Poder Executivo, que *abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, no valor de R\$69.277.912,00, e dá outras providências*.

Foram apresentadas 190 emendas à proposição, destinadas à realocação de recursos oriundos de emendas parlamentares de autoria dos próprios proponentes.

Estão canceladas as Emendas nºs 3, 132 e 133.

Diante do cumprimento dos requisitos legais e constitucionais e considerando que a matéria contribui para a implementação de políticas públicas relevantes, manifesto voto pela admissibilidade do projeto de lei, com as emendas apresentadas.

É o parecer.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Em discussão o parecer.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados favoráveis ao parecer que permaneçam como estão e aos contrários que se manifestem.

O parecer foi aprovado com a presença de 20 deputados. Esse é o resultado da votação.

Em discussão o Projeto de Lei nº 2.330/2026, em primeiro turno.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados favoráveis ao projeto que permaneçam como estão e aos contrários que se manifestem.

O projeto está aprovado em primeiro turno com a presença de 20 deputados. Esse é o resultado da votação.

Agora, conforme havíamos combinado no Colégio de Líderes, vou fazer a consulta aos líderes com relação à inclusão extrapauta do Projeto de Lei nº 2.363/2026.

Como se manifesta o deputado Iolando?

DEPUTADO IOLANDO (MDB. Como líder.) – Somos pela votação do projeto, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – O MDB é pela votação. Esse é o projeto que trata do BRB.

Como se manifesta o deputado Roosevelt Vilela? (Pausa.) Pela votação.

Como se manifesta, pelo PT, o deputado Ricardo Vale?

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Como líder.) – Presidente, conforme discutimos no Colégio de Líderes, o PT considera extremamente precipitado votar esse projeto hoje. Portanto, somos contrários à sua votação nesta data.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Como se manifesta o deputado Max Maciel?

DEPUTADO MAX MACIEL (Bloco PSOL-PSB. Como líder.) – Presidente, pelo Bloco PSOL-PSB, votamos “não”.

Eu gostaria de solicitar que, antes da votação desse projeto, votássemos o requerimento do deputado Fábio Félix, que transforma a sessão em comissão em geral.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Ok, deputado. Faremos isso.

Como se manifesta o deputado Pastor Daniel de Castro?

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Como líder.) – Pela votação, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Deputada Paula Belmonte, como se manifesta? Pela votação ou não?

DEPUTADA PAULA BELMONTE (PSDB. Como líder.) – Presidente, acredito que, antes de realizarmos a votação, precisamos de esclarecimentos. Qual é o prejuízo do BRB? Não sabemos.

Estou ciente de que há um requerimento de convocação do presidente do BRB. A minha posição é que o presidente do BRB compareça e, após explicar qual é o prejuízo, votemos esse projeto.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Como se manifesta o deputado Rogério Morro da Cruz?

DEPUTADO ROGÉRIO MORRO DA CRUZ (Bloco União Democrático. Como líder.) – Presidente, designo o deputado Martins Machado para se manifestar.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Como se manifesta o deputado Martins Machado?

DEPUTADO MARTINS MACHADO (Bloco União Democrático. Como líder.) – Sim, pela votação.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (Minoria. Como líder.) – Presidente, conforme previsão assegurada no Regimento Interno, quero deixar registrada a posição da Minoria, que é também não votar hoje. Sugerimos a votação do requerimento do deputado Fábio Félix, convocando o presidente do BRB.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Ok, deputado.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL) – Presidente, eu gostaria apenas de reiterar o meu pedido para votarmos o requerimento a fim de que tenhamos a oportunidade de discutir antes de votar. Considero isso importante. Posteriormente, a partir da decisão, que me parece já estar clara, faremos o debate sobre o tema com a sociedade.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Acolho o pedido, deputado. Conforme acordado, antes da votação do projeto, votaremos o requerimento de convocação.

A Maioria deseja se pronunciar também? (Pausa.) Não.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Com 17 votos favoráveis e 7 contrários, o projeto de lei está incluído na ordem do dia.

(Manifestação na galeria.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Antes, porém, conforme acordo firmado, incluo, como item extrapauta, o Requerimento nº 2.774/2026, de autoria do deputado Fábio Félix, que *Requer a convocação do Senhor Nelson Antônio de Souza, Presidente do Banco de Brasília S.A. – BRB, para comparecer à Câmara Legislativa do Distrito Federal, a fim de prestar esclarecimentos sobre a situação econômico-financeira do Banco e sobre a operação de crédito proposta pelo Poder Executivo para integralizar capital.*

Corrigindo, o número do requerimento é “2.974”.

Discussão e votação do Requerimento nº 2.974/2026, de autoria do deputado Fábio Félix, que *Requer a convocação do Senhor Nelson Antônio de Souza, Presidente do Banco de Brasília S.A. – BRB, para comparecer à Câmara Legislativa do Distrito Federal, a fim de prestar esclarecimentos sobre a situação econômico-financeira do Banco e sobre a operação de crédito proposta pelo Poder Executivo para integralizar capital.*

Em discussão o requerimento.

Concedo a palavra à deputada Paula Belmonte.

DEPUTADA PAULA BELMONTE (PSDB. Para discutir.) – Presidente, peço que se proceda à votação nominal, por gentileza.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Acolho o pedido de vossa excelência.

Continua a discussão.

Concedo a palavra ao deputado Fábio Félix.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL. Para discutir.) – Para discutir o requerimento, presidente, eu queria apenas traçar um pouco do que nós enfrentamos nesta casa no último ano em relação ao

tema do BRB e do Master.

Os colegas parlamentares me conhecem e sabem que nós temos muitas diferenças aqui. Nós nos tratamos com respeito, fazemos o debate político e, em muitos momentos, os parlamentares alegaram corretamente que foram enganados pelo presidente do BRB, o ex-presidente Paulo Henrique, porque não houve explicação em relação a outros projetos.

Por que eu proponho a convocação do presidente do BRB? Porque, desta vez, presidente, ninguém poderá dizer que foi enganado, pois eles sequer vieram aqui tentar enganar alguém. Nós estamos votando um projeto de lei sem nenhuma informação.

Se amanhã um deputado subir à tribuna para dizer que foi enganado, ele estará mentindo, porque eles nem vieram aqui enganar deputado. Estão votando esse projeto sem nenhuma informação da situação real do BRB.

Então, que fique claro que a Câmara Legislativa, neste momento – e eu preciso ser muito sério –, não está sendo enganada. Ela está votando, por livre e espontânea vontade, um projeto de lei sobre o qual não tem o devido conhecimento, que não tem consistência. É importante que isso fique claro.

Cada um pode votar como quiser e tem sua consciência, mas eu vou mencionar um ditado que os deputados falam muito aqui: “O mais besta virou deputado distrital”. Foi bem votado, foi eleito, está aqui e sabe o que está fazendo. Cada um deve assumir a sua responsabilidade pelo que foi colocado aqui hoje.

O que eu pedi com a convocação, deputados, foi que nós tivéssemos uma escuta. Hoje, deputados, o presidente do BRB foi ao Senado e lá ele deu vários dados, e o Senado sequer vai votar essa matéria. Nós deveríamos tê-lo trazido aqui a esta bancada, feito perguntas, realizado o debate público. Essa é a nossa responsabilidade sobre uma matéria que nós vamos votar.

Então, hoje, muito claramente, nós estamos nos abstendo do nosso papel quando colocamos em pauta um projeto sem que haja a devida discussão, sabendo da envergadura das consequências disso para o estado do Distrito Federal.

Esse meu senso de responsabilidade não é apenas com o BRB, mas com o estado, com o conjunto da população do Distrito Federal. Por isso, o requerimento. Aqui, hoje, ninguém está sendo enganado, porque sequer vieram aqui, desta vez, enganar alguém. Estão votando esse projeto porque querem. A história poderá cobrar a responsabilidade de quem está aqui hoje.

(Manifestação na galeria.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Continua a discussão.

Concedo a palavra à deputada Dayse Amarílio.

Senhores, peço apenas 1 minuto para garantir a palavra à deputada Dayse Amarílio.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB. Para discutir.) – Presidente, o que nós estamos pedindo aqui é uma medida muito razoável. Se existe urgência para a votação deste projeto, nós precisamos entender essa urgência para pensarmos conjuntamente.

Nós estamos aqui à disposição, inclusive hoje. Se o presidente do BRB quisesse vir aqui hoje prestar esclarecimentos, nós estaríamos disponíveis para ouvi-lo e, com esses esclarecimentos, teríamos algum dado para votar.

Nós ficamos extremamente desconfortáveis, porque algumas matérias que vamos votar aqui impactarão o Distrito Federal por muitos anos. Nós passaremos, e o DF permanecerá.

E algumas perguntas que fiz, inclusive na CEOF, não foram respondidas. Nós encaminhamos requerimentos de informação, mas continuam sem resposta. Temos que ter responsabilidade.

Vou perguntar novamente aqui, se alguém souber, me responda: Qual é o valor real da

dívida? No projeto, fala-se de R\$6,6 bilhões. Fala-se que nós só podemos pegar 16%, o que dá mais ou menos R\$4 bilhões. Hoje se falou no Senado Federal que a dívida é de R\$8 bilhões. Qual é a taxa de juros? Fala-se de R\$700 milhões a R\$1,1 bilhão. Qual é o impacto real disso na fonte mínima de investimento em áreas como saúde e educação?

Há deputados aqui que defendem muito a saúde; eu sei que todos estão preocupados com a saúde. Eu quero que vocês me respondam: como vai ficar a situação das UPAs que foram construídas pela metade? Vão ficar paradas? Porque não há, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, orçamento para isso. Não sabemos o impacto desse acordo na saúde. O hospital ortopédico vai ser construído? O hospital oncológico vai ser construído? O que nós vamos falar sobre os serviços que estão sem psicólogos, sem fisioterapeutas, sem nutricionistas? Não vai haver concurso, e já não há concurso há 10 anos.

O que nós vamos falar para os enfermeiros, técnicos em enfermagem, médicos que estão atendendo, presidente? Há 1 enfermeiro para 70 pacientes. Isso tem impacto, sim. Quem está fazendo o compromisso da dívida é o GDF.

Nós somos trabalhadores. Quando nós fazemos uma dívida, um empréstimo, nós temos que deixar uma reserva porque, se nós não conseguirmos pagá-lo, o dinheiro tem que sair de algum lugar. Ninguém sabe nos responder de onde vai sair o pagamento dessa dívida.

Há deputado fazendo emenda para chamar não sei quantas mil pessoas para nomeação, sendo que, se esse projeto for votado, não vai haver nomeação. Isso é brincar com o povo do Distrito Federal. Para terminar, presidente...

(Manifestação na galeria.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Gente, por favor. Vou retornar o tempo de fala à deputada. Enquanto ela estiver falando, eu gostaria que a respeitassem. Depois, vocês podem aplaudir, vaiar, fazer o que quiserem.

Deputada, por favor.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB. Para discutir.) – Eu queria terminar falando aos trabalhadores do BRB: eu tenho muito respeito por vocês, só que, infelizmente, as vítimas aqui são vocês e a população do DF. E eu não vejo um compromisso real com o emprego de vocês, de fato. Se eu fosse vocês, gostaria de saber qual é a dívida real. Eu gostaria de saber qual é o plano do BRB porque, na pior das situações, se não for feito um depósito de devolução do que roubaram do BRB, como ficará o emprego de vocês?

Presidente, eu não sei se alguém, algum deputado, se vossa excelência, com todo o respeito, tem alguma informação diferente da que nós, da oposição, temos. Não é questão de ser base ou oposição. Nós só queremos entender o que estamos votando. E é razoável a presença do presidente do BRB aqui.

(Manifestação na galeria.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Continua a discussão.

Concedo a palavra ao deputado Roosevelt Vilela.

DEPUTADO ROOSEVELT VILELA (PL. Para discutir.) – Presidente, obrigado. Quero cumprimentar os colegas da galeria, os servidores do BRB, boa tarde; podem contar com o nosso apoio.

Presidente, eu não ia nem me pronunciar, mas, diante da fala dos 2 colegas parlamentares que nos antecederam, quero dizer que é costume, na Câmara Legislativa, os parlamentares de esquerda atribuírem os votos contra as benesses aos servidores, ao GDF e aos outros parlamentares. Eles atribuem a nós parlamentares, que temos responsabilidade com a população, uma política ideológica que eles têm. (Palmas.)

Os parlamentares de esquerda, de oposição, nesta casa, trabalham no sentido do “quanto pior, melhor”.

(Manifestação na galeria.)

DEPUTADO ROOSEVELT VILELA (PL. Para discutir.) – O colega que me antecedeu, presidente, falou: “Os parlamentares da Câmara Legislativa estão cientes do que vão votar”.

Nós estamos cientes, sim. Eu estou ciente. Eu estou ciente, presidente, de que, se nós não votarmos esse projeto, mais de 6 mil famílias, que são servidores do BRB, terão um futuro incerto. Milhares e milhares de empresários que buscam recursos no BRB para fomentar o seu negócio, gerar emprego e pagar os seus impostos na cidade terão um futuro incerto.

No entanto, da mesma forma que eu sei isso, eu também tenho certeza de que os deputados que vão votar contra o projeto do BRB têm ciência de que o voto deles significa o desemprego de vocês, significa menos recursos na nossa cidade. Então, eu vou votar esse projeto seguro do que estou fazendo, da minha responsabilidade com a população do DF.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Continua a discussão.

Concedo a palavra ao deputado Gabriel Magno.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT. Para discutir.) – Presidente, nós estamos discutindo o requerimento do deputado Fábio Félix de convocação do presidente do BRB. Eu já disse várias vezes: o Governo do Distrito Federal, além de ter vários indícios de corrupção, de estar sob investigações na Polícia Civil, na Polícia Federal e sofrendo ações no Tribunal de Contas e no Ministério Público, é um governo covarde, porque não tem coragem de enfrentar a população, não tem coragem de apresentar aqui, nesta casa, dados. Nós estamos votando um requerimento que convoca o presidente do BRB para que ele preste explicações publicamente.

Agora, eu vou responder ao deputado que me antecedeu. Quem colocou o BRB nessa situação foi o governo Celina-Ibaneis, que ele apoiou. Quem colocou o BRB nessa situação foi o governo que ele apoia e que indicou o presidente do BRB, Paulo Henrique, que está preso. Aliás, o partido dele tem relações com o Vorcaro, que promoveu as relações do Master com o BRB. Hoje, inclusive, saiu mais uma denúncia de que Eduardo Bolsonaro recebia mesada de R\$1.000.000 por mês do Vorcaro. É isso que nós estamos debatendo. E ele vem aqui agora querer posar de quem apresenta uma solução. Eles não têm legitimidade. Este governo quebrou a cidade. Este governo quebrou o BRB e agora quer fazer que a população pague a conta.

Nós vamos debater o projeto, mas não venham dizer agora que quem quebrou o DF – e quebrou, sim, porque roubaram o Distrito Federal, porque roubaram o BRB – tem legitimidade para apresentar solução. Esse projeto não salva o BRB. Esse projeto não salva esses empregos. Aliás – eu vou debater isso depois, deputado Ricardo Vale –, o projeto assinado pela Celina condena a cidade. São 15 anos sem reajuste para 79.000 servidores públicos: professores, carreira PPGE, enfermeiros, médicos, técnicos em enfermagem, assistentes sociais. São 15 anos sem reajuste para mais de 79.000 servidores.

(Manifestação na galeria.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Gente, eu vou compensar o tempo de fala do deputado Gabriel Magno. Enquanto o deputado estiver falando, nós precisamos respeitá-lo. Então, peço mais uma vez a colaboração de vocês. Depois, vocês podem aplaudir ou vaiar, se vocês quiserem.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT. Para discutir.) – Obrigado, presidente.

Nós vamos ter tempo para debater, sem o Governo do Distrito Federal, que é covarde, que gosta de reunião em salinha, de portas fechadas, por meio das quais apresentaram vários números que não se comprovaram, não se sustentaram. Este é um governo covarde, que vai colocar o rombo

nas costas da população do DF. Tentaram fazer isso uma vez, vendendo a Serrinha, vendendo a CEB, vendendo a Caesb, vendendo terrenos públicos. Aí, depois, quando o escândalo apareceu, voltaram atrás. Esta é a terceira vez que o governo manda para esta casa um projeto de lei que diz que agora vai salvar o BRB. Não vai. O primeiro não salvou, o segundo não salvou, este terceiro não salva.

E, como bem disseram alguns parlamentares, desta vez esta casa não vai poder dizer, ao sair deste plenário, que votou sem saber que votou contra professores e escolas, que votou contra médicos, enfermeiros e a saúde pública, que votou contra assistentes sociais, os Cras, os restaurantes comunitários, que votou contra a mobilidade, que votou contra a moradia. Esta é a terceira vez que o governo do Distrito Federal manda um projeto, e esta casa assina embaixo, de novo, um cheque em branco.

Quanto ao requerimento, presidente, eu voto "sim", pelo requerimento, para que, pelo menos, o presidente do BRB se sente nessa cadeira e apresente alguma explicação para a sociedade do DF. Que se acabe essa covardia que caracteriza o governo Celina-Ibaneis, que responde a várias denúncias na justiça, e ainda há investigações abertas sobre esse governo na Polícia Civil e na Polícia Federal!

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Continua a discussão.

Concedo a palavra ao deputado Ricardo Vale.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Para discutir.) – Presidente, servidores do BRB presentes, nós estamos votando um requerimento do deputado Fábio Félix que convoca o presidente do BRB para vir prestar esclarecimento sobre essa transação.

Eu não consigo entender o porquê de tanta vaia, de tanta revolta. Nós parlamentares temos a obrigação de fiscalizar as contas do governo, de fiscalizar as contas do BRB e de todos os órgãos. Não vejo nenhum problema com relação a isso.

Eu me lembro de vocês nos vaiando na votação em que nós da oposição perdemos aqui, quando a maioria dos deputados resolveu apoiar a compra do Banco Master. Nós falamos: "Isso está errado. Isso é um problema sério para o banco. Isso vai ser um grande problema para vocês servidores e para o Distrito Federal."

E aí vocês vaiaram todos nós.

E no que deu? O que aconteceu? O que aconteceu foi que o Banco Central, felizmente, vendo a corrupção do Banco Master com o BRB, impediu aquela transação. Aí vocês, evidentemente, calaram-se, ficaram decepcionados. Depois, o governo veio com outra proposta, que era vender terrenos das nossas empresas públicas e da Serrinha. Esse era outro plano que nós sabíamos que não iria dar certo. Nós avisamos vocês. E, naquele momento, vocês nos vaiaram de novo. Vocês acreditavam que nós estávamos contra o banco, como vocês estão fazendo agora. Moral da história: a justiça disse que estava errado e que aquilo não poderia seguir em frente.

E, no que deu? Pela segunda vez, vocês ficaram decepcionados. Agora, a população do Distrito Federal, o banco, todo mundo está nessa situação. E, pela terceira vez, nós estamos dizendo que essa operação está errada, que o projeto está cheio de erros, e vocês, de novo, estão nos vaiando no desespero. Eu entendo muito bem que vocês querem trabalhar, precisam trabalhar. Nós queremos também o banco firme, forte, porque ele é estratégico para o povo do Distrito Federal.

Então, quando nós falamos aqui que isso está errado, que esse projeto tem que ser mais bem elaborado, que há outras formas de salvar o banco, nós não estamos indo contra o banco, nós não estamos indo contra vocês. Quero deixar isso bem claro, porque alguns de vocês ficam querendo insinuar que nós somos contra o BRB. Pelo contrário, se há alguém aqui que sempre defendeu o banco foi a esquerda do Distrito Federal. Por várias vezes, tentaram privatizar esse

banco, e fomos nós quem impedimos: os deputados do PT, os deputados do PSOL, os deputados de esquerda.

Para finalizar, eu espero que, desta vez, nós estejamos errados e vocês certos. Vamos aguardar. Mas, na nossa avaliação, na avaliação dos técnicos daqui e de todo mundo que nos avisou das outras vezes, infelizmente, esse é mais um projeto para enganar o povo do Distrito Federal e vocês.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Continua a discussão.

Concedo a palavra ao deputado Hermeto.

DEPUTADO HERMETO (MDB. Para discutir.) – Presidente, eu vou pedir um tempo para recapitularmos algumas coisas.

Nós votamos, sim; nós fomos crucificados; nós fomos expostos. Nós erramos quando votamos a favor do projeto do Master e nós assumimos isso. Agora, deputado Fábio Félix, o que nós vamos fazer?

Hoje eu cheguei atrasado ao plenário porque fiquei assistindo à reunião do presidente do BRB com o senador Renan Calheiros no Senado Federal. Eu ouvi praticamente toda a reunião, inclusive vossa excelência esteve lá em uma parte dela. E fiquei ouvindo. Se não houver esse socorro, o BRB vai quebrar. O BRB vai quebrar! Vai quebrar! Todos os projetos sociais que o BRB conduz no Distrito Federal vão entrar em colapso. Mas, diferentemente do que estão dizendo, nós não estamos dando um cheque no escuro. Não estamos.

Esse acordo foi homologado por diversas pessoas no Supremo Tribunal Federal. Vou ler os nomes: ministro do Supremo Tribunal Federal Luiz Fux; procurador-regional da República, Ubiratan Cazetta; ministro da Fazenda do presidente Lula, Dario Carnevalli Durigan; nossa governadora, Celina Leão; procuradora-geral do Distrito Federal, Diana de Almeida Ramos; advogado-geral da União substituto, Flávio José Roman; diretor de Fiscalização do Banco Central do Brasil, Ailton de Aquino Santos e presidente do Banco de Brasília, Nelson Antônio de Souza.

Olhem, se nós estamos aqui agora ouvindo mais uma destas falas, dizendo que vamos entregar o BRB, que vamos quebrar o BRB... Muitas pessoas estão dizendo informações por aí, principalmente faltando 4 meses para as eleições, falando mentiras, como a de que não haverá concursos públicos. Parem de mentir! Parem de mentir! Ninguém fez a previsão disso. Nada disso está escrito.

Então, nós do MDB, nosso partido, vamos estar juntos, votando juntos, para salvar o BRB. A história vai dizer se nós estamos errados ou não.

Há outra questão: que venha a delação do Paulo Henrique. Que ele mostre quem ganhou, quem roubou, quem ocultou recursos, quem levou vantagem. Que ele entregue um por um, para apodrecer na cadeia.

Porém, eu, deputado Hermeto, não vou me furtar de votar para salvar o BRB, para salvar os empregos. Eu estou votando, porque até o ministro da Fazenda está no acordo, um ministro do presidente Lula!

Então, esta é a minha posição, esta é a posição do meu partido, o MDB, esta é a posição dos nossos deputados. Estamos unidos, juntos, para salvar o BRB.

(Manifestação na galeria.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Pessoal, só um minutinho, por favor. Só quero lembrar aos deputados que nós ainda estamos discutindo o requerimento. Nós não estamos ainda analisando o projeto. Quanto mais tempo demorar para apreciarmos o requerimento, pior para a análise do projeto. Acho que poderíamos avançar nisso. Porém, existem vários inscritos; nós vamos respeitá-los.

O primeiro deles é o deputado Pastor Daniel de Castro.

Nós estamos discutindo ainda o requerimento.

Continua a discussão.

Concedo a palavra ao deputado Pastor Daniel de Castro.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Para discutir.) – Presidente, eu vou pedir licença para usar o nome do deputado Fábio Félix. Acho isso importante, porque ele fez uma fala chamando a atenção desta casa para a responsabilidade com Brasília, com os empregos, com a economia do Distrito Federal. Isso foi muito correto conosco, porque nós votamos o que não sabíamos num primeiro momento. Isso é uma verdade. Nós fomos enganados pelo ex-presidente do BRB.

Porém, o que me assusta e o que não acho justo é ouvir membros da esquerda colocarem a conta no colo da Celina. A Celina não era governadora. Ela era vice-governadora, ela não tinha caneta. Ela assumiu o governo e ela assumiu um compromisso: salvar o BRB e os empregos do BRB. (Palmas.) Pelo amor de Deus, ela está fazendo uma ação justa! Diga-se de passagem que a ação perante o Supremo Tribunal Federal foi ideia dela.

Eu vou repetir uma informação, deputado Hermeto, porque isso estava no meu *script* para falar. Eu estou com o termo de audiência que houve no Supremo Tribunal Federal. Ontem conversei, por 1 hora, à noite, com o presidente do BRB, porque eu queria ter, mais do que nunca, consciência desse voto hoje, líder deputado Pepa, porque votei nas outras 2 vezes enganado. Eu tenho convicção disso e não tive nenhum benefício, mas vim a essa tribuna pedir a prisão do ex-presidente do BRB.

Agora, não. Vou votar com consciência, porque membros do Governo do Distrito Federal, do Supremo Tribunal Federal, da Procuradoria – o procurador-geral do Distrito Federal –, da Advocacia-Geral da União, da Diretoria de Fiscalização do Banco Central, o presidente do Banco de Brasília e o ministro da Fazenda do governo do presidente Lula assinam um termo de compromisso nessa perspectiva de salvar o banco e os empregos dessas pessoas. (Palmas.) A governadora Celina está pagando um preço altíssimo para tentar salvar o banco. Não se pode imputar a ela a culpa do passado.

O que me deixa alegre é que acompanhei também a entrevista do Nelson, na comissão. Ele citou realmente o deputado Fábio Félix, que estava presente, diligente como o deputado é, assistindo à oitiva. Ele disse assim: “O BRB vai processar ex-administradores envolvidos no caso do Banco Master”. Essa eu quero ver. (Palmas.) Terão que buscar todos aqueles que deram causa a esse rombo do Distrito Federal.

Discordo, presidente, com muita vênia, neste momento, do pedido de convocação do deputado Fábio Félix. Esta casa possui um compromisso entre nós. Uma convocação é um termo extremamente forte para chamar alguém que não tem culpa, que está tentando salvar o banco. Que seja um convite para que o presidente do BRB venha a esta casa urgentemente a fim de prestar esses esclarecimentos a nós. Vossa excelência pode fazer esse papel, o líder deputado Pepa pode fazer esse papel, para que ele venha a esta casa por um convite.

Obrigado, presidente. (Palmas.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Continua a discussão.

Concedo a palavra ao deputado Pepa.

DEPUTADO PEPA (PP. Para discutir.) – Presidente, considerando o Requerimento nº 2.725/2026, já apresentado pelo deputado Thiago Manzoni e aprovado nesta casa, considerando a disposição do presidente do BRB, o senhor Nelson, de comparecer a esta casa, nossa orientação é pelo voto “não” ao requerimento.

Inclusive, adianto o meu voto.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Continua a discussão.

Concedo a palavra ao deputado Fábio Félix.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL. Para discutir.) – Presidente, eu fui citado, então, pedi a vossa excelência para falar novamente.

Vejam bem, nós estamos apreciando um requerimento para consolidar e garantir uma escuta ao presidente do banco, o qual não sabemos a real situação. Ele apresentou um projeto de lei nesta casa – é o segundo projeto, porque o primeiro deu errado – para salvar o BRB, e nós não queremos fazer a escuta.

Eu o escutei um pouco no Senado Federal hoje, porque estive lá pela manhã, mas tenho muitas dúvidas. Há vários documentos de perguntas a que queremos ter acesso a fim de obtermos informações, inclusive a garantia desse salvamento, a garantia dos termos do acordo e a garantia dos empregos da instituição. Nós queremos uma discussão muito consistente, correta, diligente sobre esse tema. É isso que queremos.

Quando falei que ninguém poderá dizer amanhã que foi enganado, não foi para atacar ninguém, mas foi para dividirmos e explicitarmos, de forma muito clara, as responsabilidades. Eu não me sensibilizo mais, deputado Hermeto, com discurso com relação a esse tema, porque esta casa já foi achacada, enganada, atacada com o debate do BRB, e estamos no centro de um escândalo nacional.

Estamos pedindo, presidente, o mínimo: escutar o presidente do banco para que, depois, possamos deliberar sobre um tema de uma envergadura tão grande. Eu entendo o desespero de todos, porque realmente o governador Ibaneis colocou esta cidade numa situação deplorável, lamentável. Um banco saudável virou um banco no centro de um escândalo da maior fraude financeira e esquema de corrupção deste país. Eu entendo o desespero, mas o nosso compromisso é de responsabilidade com a população do DF como um todo. Por isso, nós queremos escutar o presidente do banco. Peço aos parlamentares que votem a favor deste requerimento, para que possamos receber o presidente Nelson nesta casa antes da deliberação do projeto de lei.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado Fábio Félix.

Continua a discussão.

Concedo a palavra ao deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para discutir.) – Presidente, eu desafio uma pessoa, de qualquer canto do Distrito Federal ou do Brasil, a dizer que eu não defendi o Banco de Brasília. Quando queriam retirar do BRB as contas do Governo do Distrito Federal – o que, naquele momento, quebraria o BRB, porque só o que havia de importante eram essas contas –, eu defendi a sua permanência, e elas permaneceram.

Presidente, o que eu não aceito é engodo e não me iludo com isso. Estão dizendo que esse projeto conta com o apoio do governo federal, mas essa afirmação é mentira. Estive há pouco com o presidente Lula, no Palácio do Planalto. Peço que a imprensa que está presente escreva estas palavras, que são minhas e cuja responsabilidade também é minha: esse projeto é um jogo do ministro Luiz Fux para salvar 5 tribunais que enterraram bilhões de reais no BRB.

Deputado Eduardo Pedrosa, vossa excelência apresentará o parecer daqui a pouco. O presidente do BRB disse, nessa audiência realizada hoje, que o valor do BRB é de R\$4 bilhões. Deputada Paula Belmonte, foi o que ele disse na reunião: R\$4 bilhões. Se o rombo é de R\$8 bilhões e meio, a conta não fecha.

(Vaias na galeria.)

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para discutir.) – Eu gostaria, presidente, que as pessoas na galeria ouvissem ou se candidatassem, ganhassem a eleição e viessem disputar a palavra no plenário.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Vou pedir, mais uma vez, que respeitem a palavra do deputado. Caso contrário, eu vou recompor o tempo dele – aliás, já vou recompô-lo. Enquanto o deputado estiver falando, eu gostaria que houvesse respeito, independentemente da sua posição.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para discutir.) – O que acontece é o seguinte: o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão aplicou dinheiro do tribunal no BRB, sem consultar os demais – o que, inclusive, resultou em uma confusão e, se quiserem, eu mostro o vídeo –; o presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia colocou dinheiro no BRB sem autorização do tribunal; e o mesmo fizeram o presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins e o presidente do Tribunal de Justiça da Paraíba, que veio, desesperado, pedir ao deputado federal Hugo Motta que o ajudasse.

Nesse contexto, vamos aprovar o projeto? O governo vai tomar o empréstimo? Os tribunais vão sacar a grana, e onde ficará a salvação do BRB? Escutem o que eu estou falando. Deputado Jorge Vianna, vá aos tribunais e veja o desespero. O acordo proposto pelo ministro Fux – e, aliás, o tribunal não deveria fazer acordos – é para salvar as cabeças e os pescoços dos presidentes dos tribunais, e não para salvar o BRB. Por isso, eu proponho a convocação do presidente Nelson. Se ele foi ao Senado, por que não veio à Câmara Legislativa? Ele já foi chamado uma vez, e não veio. Estamos o convocando. O que está em votação é justamente a sua convocação. Por que votar contra a convocação?

Portanto, o nosso encaminhamento, presidente, é pela convocação, para votar “sim” à convocação do senhor Nelson.

(Vaias na galeria.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado Chico Vigilante.

Continua a discussão.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados que aprovam o requerimento que votem “sim” e aos que o rejeitam que votem “não”.

(Realiza-se a votação nominal.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Votação encerrada.

O requerimento está rejeitado com 11 votos “não”, 8 votos “sim” e 1 abstenção. Esse é o resultado da votação.

Item extrapauta.

Discussão e votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei nº 2.363/2026, de autoria do Poder Executivo, que *Altera a Lei nº 7.845, de 10 de março de 2026, que “dispõe sobre as medidas a serem adotadas pelo Distrito Federal, na condição de acionista controlador, para o restabelecimento e fortalecimento das condições econômico-financeiras do Banco de Brasília S.A. – BRB”, ratifica os termos do acordo homologado pelo Supremo Tribunal Federal na Ação Cível Originária nº 3755, autoriza o Poder Executivo do Distrito Federal a celebrar operação de crédito com o Fundo Garantidor de Créditos – FGC, prestar contragarantias e dá outras providências.*

A proposição não recebeu parecer das comissões. Foram apresentadas 11 emendas de plenário. A CEOF e a CCJ deverão se manifestar sobre o projeto e sobre as emendas.

Solicito ao presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, deputado Eduardo Pedrosa, que designe relator ou avoque a relatoria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO) – Avoco a relatoria.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito ao relator, deputado Eduardo Pedrosa, que apresente parecer sobre a matéria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO. Para apresentar parecer.) – Parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 2.363/2026, de autoria do Poder Executivo, que *Altera a Lei nº 7.845, de 10 de março de 2026, que "dispõe sobre as medidas a serem adotadas pelo Distrito Federal, na condição de acionista controlador, para o restabelecimento e fortalecimento das condições econômico-financeiras do Banco de Brasília S.A. – BRB", ratifica os termos do acordo homologado pelo Supremo Tribunal Federal na Ação Cível Originária nº 3755, autoriza o Poder Executivo do Distrito Federal a celebrar operação de crédito com o Fundo Garantidor de Créditos – FGC, prestar contragarantias e dá outras providências.*

Presidente, o voto é pela admissibilidade do Projeto de Lei nº 2.363/2026, com as Emendas nº 4; nº 5; nº 6; nº 7; nº 8 e nº 9. Houve rejeição das Emendas nº 1; nº 2; nº 3; nº 10 e nº 11.

É o parecer.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito ao vice-presidente da Comissão de Constituição e Justiça, deputado Chico Vigilante, que designe relator ou avoque a relatoria.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Avoco a relatoria.

Presidente, adianto a vossa excelência que o parecer é longo, mas o lerei na íntegra para que Brasília inteira e para que o Brasil tome conhecimento do que está acontecendo aqui. Eu não vou apresentar falácia. Eu vou apresentar um parecer escrito, fundamentado. Que cada deputado, depois de informado efetivamente, resolva o que fazer conforme a sua consciência.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito ao relator, deputado Chico Vigilante, que apresente parecer sobre a matéria.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para apresentar parecer.) – Parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 2.363/2026, de autoria do Poder Executivo, que *Altera a Lei nº 7.845, de 10 de março de 2026, que "dispõe sobre as medidas a serem adotadas pelo Distrito Federal, na condição de acionista controlador, para o restabelecimento e fortalecimento das condições econômico-financeiras do Banco de Brasília S.A. – BRB", ratifica os termos do acordo homologado pelo Supremo Tribunal Federal na Ação Cível Originária nº 3755, autoriza o Poder Executivo do Distrito Federal a celebrar operação de crédito com o Fundo Garantidor de Créditos – FGC, prestar contragarantias e dá outras providências.*

O projeto de lei de iniciativa do Poder Executivo foi protocolado na Câmara Legislativa às 18 horas e 40 minutos do dia 3 de junho de 2026 em substituição ao Projeto de Lei nº 2.261/2026, que havia sido discutido no Colégio de Líderes no dia anterior, com a presença do secretário de Economia do DF.

O governo não explicou o porquê da substituição do projeto, e o texto é exatamente o mesmo do projeto anterior, mas agora incluído na Lei nº 7.845/2026, de 10 de março de 2026, que autoriza a alienação de imóveis da Novacap, CEB, Caesb e Secretarias de Economia, Educação e Saúde para tapar o rombo do BRB.

Eles colocam novamente os terrenos.

Isso é o que está escrito no projeto, deputado Hermeto, para depois vossa excelência não dizer que está sendo enganado.

O projeto inclui 2 artigos novos na Lei nº 7.845/2026, com o teor seguinte:

"Art. 2º-A. Para a garantia do pagamento do principal, juros, tarifas bancárias e outros encargos da operação de crédito de que trata o inciso III do art. 2º desta lei, o Poder Executivo fica autorizado a contratar fiança junto a instituições financeiras, públicas ou privadas, inclusive em estrutura de sindicato, bem como outras garantias admitidas em direito.

Art. 2º-B. O Poder Executivo fica autorizado a ceder a modo *pro solvendo* ou a ceder fiduciariamente, bem como vincular, como contragarantia às garantias de que trata o art. 2º-A desta lei, em caráter irrevogável e irretratável, os recursos do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal e do Fundo de Participação dos Municípios, ou outros recursos que, com idêntica finalidade, venham a substituí-los, bem como constituir outras contragarantias admitidas em direito.

Parágrafo único. Fica autorizado, exclusivamente para os fins da operação de crédito, objeto do inciso III do art. 2º desta lei, que a contragarantia de que trata o *caput* deste artigo seja prestada também às instituições financeiras privadas garantidoras."

Observação: esta expressão latina, *pro solvendo*, significa que o DF vai continuar responsável por honrar o empréstimo, caso o concessionário do crédito não quite a dívida.

Os senhores deputados estão entendendo? Está todo mundo entendendo.

O projeto de lei também traz um artigo para ratificar o acordo firmado no Supremo Tribunal Federal:

"Art. 2º. Ficam ratificados, para todos os fins de direito, os termos do acordo homologado pelo Supremo Tribunal Federal na Ação Cível Originária, ACO nº 3755, firmado entre a União Federal, o Distrito Federal, o Banco Central do Brasil e o Banco de Brasília, que prevê a contratação de operação de crédito com Fundo Garantidor de Créditos, FGC, destinada ao Distrito Federal, exclusivamente para a realização de aporte de capital no Banco de Brasília S.A. – BRB, observadas as condições estabelecidas no referido ajuste e nos instrumentos dele decorrentes."

Na Exposição de Motivos, a Secretaria de Economia – prestem atenção na afirmação da secretaria – afirma: "A minuta ora apresentada contempla autorização legislativa para a contratação de operação de crédito no valor de até R\$6 bilhões e 600 milhões, bem como para a constituição das garantias e contragarantias necessárias à sua formalização, mediante vinculação de receitas provenientes do Fundo de Participação dos Estados, FPE, e do Fundo de Participação dos Municípios, FPM, dispensada a prestação de garantia pela União, em conformidade com as condições pactuadas entre as partes e homologadas pelo Supremo Tribunal Federal".

A proposição também estabelece mecanismo expresso de ressarcimento ao Distrito Federal, determinando que o BRB restitua integralmente os valores aportados, inclusive os encargos de ressarcimento. Tal ressarcimento poderá ocorrer mediante distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre capital próprio ou qualquer outro instrumento admitido pela legislação societária e financeira aplicável.

Adicionalmente, prevê-se a possibilidade de ressarcimento mediante alienação de participação acionária do Distrito Federal no BRB, desde que preservado o controle estatal da instituição e mantida a participação mínima correspondente a 52% das ações com direito a voto, assegurando-se, assim, a continuidade do controle público sobre a instituição.

(...)

Registro, ainda, que o impacto orçamentário-financeiro do presente anteprojeto de lei consta no próprio texto legislativo, com previsão de ressarcimento aos cofres do Distrito Federal pelo BRB, conforme descrito anteriormente.

Essa disposição a que a secretaria se refere não consta do projeto de lei.

Portanto, escreveram uma coisa que não consta do projeto!

Compete à Comissão de Constituição e Justiça a análise da admissibilidade do projeto, quanto à sua constitucionalidade, juridicidade, tecnicidade e redação.

O projeto de lei, porém, apresenta óbices de natureza formal e de natureza material. Alguns não sanáveis; outros são insanáveis. E isso o impede de prosperar.

Presidente, se continuarem me interrompendo, eu vou levar mais tempo. Toda vez que

falarem, eu vou parar de ler, e o parecer é longo.

São várias irregularidades. Entre elas, e talvez a mais grave, é que esse projeto de lei está autorizando a prática de crime comum e de crime de responsabilidade, conforme demonstrarei à frente.

2.1 – Aspectos formais.

Começemos pelos aspectos formais.

1º) Ao projeto de lei foi anexado o Termo de Audiência, mas dele não constam as assinaturas. No processo disponível no *site* do Supremo Tribunal Federal, acessível apenas por advogados, esse termo está devidamente assinado.

Portanto, deputado Gabriel Magno, ele está assinado, mas não trouxeram para cá com as assinaturas.

Logo, o Poder Legislativo não pode homologar um acordo que não se encontra assinado e cujo texto não é de acesso público.

2º) O secretário de Economia afirma, em sua Exposição de Motivos, que a "minuta apresentada contempla autorização legislativa para contratação da operação de crédito no valor de até R\$ 6.600.000.000,00 (seis bilhões e seiscentos milhões de reais)."

No entanto, não foi cumprida a Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei nº 7.735/2025, de 22 de julho de 2025, que faz as seguintes – está na lei, e não cumpriram – exigências:

"Art. 93. Os projetos de lei visando à autorização da contratação de operação de crédito interna ou externa pelo Governo do Distrito Federal devem ser acompanhados de:

I – cópia da última revisão do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal – PAF/DF;

II – documento que demonstre a adequação orçamentária da operação;

III – documento que evidencie as condições contratuais;

IV – demonstrativo atualizado da observância dos limites e condições de endividamento fixado pelas Resoluções do Senado Federal nº 40 e 43, de 2001;

V – demonstrativo do comprometimento de receitas, bens e direitos com a garantia e contragarantia das operações de crédito;

VI – cópia da carta-consulta referente ao empréstimo, ou instrumento similar, no formato requerido pelo agente financiador.

Parágrafo único. Em caso de alterações em condições de leis já aprovadas, devem ser encaminhados apenas os documentos que fundamentem a referida alteração."

Nenhum desses documentos foi apresentado.

Deputado Hermeto, não apresentaram nada.

Ministério Público, que está acompanhando esta sessão, está aí a senha para vocês: é inconstitucional.

Presidente deputado Wellington Luiz, eu vou esperar vossa excelência voltar à mesa, porque o art. 284 se refere diretamente à responsabilidade de vossa excelência.

"Art. 284. O presidente da Câmara Legislativa deve devolver ao gabinete do autor, para manifestação em 5 dias, a proposição que deixar de atender aos requisitos do art. 149."

Isso todos os deputados que estão aqui sabem. Qualquer projeto apresentado por um de nós que feriu esses requisitos foi devolvido.

O art. 149, § 1º, inciso V, do Regimento Interno não permite receber a proposição que estiver desacompanhada dos demonstrativos, documentos ou estudos exigidos pela legislação para

apreciar a matéria.

Se o projeto não tem os documentos exigidos pela legislação, deve ser devolvido ao autor.

Quando um projeto de deputado não está acompanhado da cópia de uma lei, por exemplo, a Secretaria Legislativa devolve ao autor para a correção.

A mesma regra vale para os projetos do Poder Executivo. Não podemos admitir 2 pesos e 2 medidas e com desprestígio para os deputados.

3º) O secretário de Economia, na Exposição de Motivos, informa que o impacto orçamentário-financeiro consta do próprio texto legislativo.

Não consta. O que consta da lei a ser alterada é uma autorização de até R\$6,6 bilhões, mas isso não atende ao que determina a Lei de Responsabilidade Fiscal, que assim dispõe:

"Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I – estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

II – declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias."

Ora, o projeto de lei não traz: o valor da despesa a ser paga neste ano, nem nos 2 anos seguintes; o valor a ser pago para os bancos concederem a fiança bancária; a declaração do ordenador de despesa.

Logo, também por aqui o projeto precisa ser devolvido ao autor para cumprir o Regimento Interno.

4º) Na mesma Exposição de Motivos, o secretário de Economia informa que "a proposição também estabelece mecanismo expresso de ressarcimento ao Distrito Federal, determinando que o BRB restitua integralmente os valores aportados, inclusive os encargos financeiros e demais custos associados à operação de crédito."

Nada há no projeto de lei sobre essa matéria. E a afirmação do secretário é desprovida de fundamentos. Se o Distrito Federal vai aportar recursos para aumentar o capital social do banco, não cabe receber o dinheiro de volta. O DF vai trocar dinheiro por ações. Ele é que terá de pagar o dinheiro de volta. O DF vai trocar dinheiro por ações. Ele é que terá de pagar o empréstimo de R\$6,6 bilhões.

5º) O mesmo secretário também informa que está prevista, no Projeto de Lei, a possibilidade de ressarcimento mediante alienação de participação acionária federal no BRB, mas não há uma só linha no projeto sobre essa matéria.

Portanto, senhores, para aqueles que estão dizendo que estão salvando o BRB, na verdade o projeto está autorizando a privatização do BRB. Está aqui, deputado Gabriel Magno. Eu não inventei isso. Está no projeto. O governo vai poder privatizar sem ter que passar pela Câmara Legislativa. Os senhores entenderam isso? Leram? Eu li. Por isso, produzi o parecer.

6º) Na nossa reunião de líderes do dia 2 de junho deste ano, o Secretário de Economia disse, ainda, que a aprovação do projeto foi uma exigência do governo federal. Não apresentou o documento com essa exigência.

Cadê o documento, deputado Gabriel Magno? Não existe.

7º) Pelo Regimento Interno, mesmo o projeto em regime de urgência não dispensa o prazo para emendas.

"Art. 158.

[...]

§ 1º Não são dispensáveis, na tramitação em regime de urgência, as seguintes exigências:

[...]

IV – cumprimento dos interstícios e prazos definidos neste Regimento Interno para matéria urgente, inclusive o prazo de emendas a que se refere o art. 163.”

Conforme publicado no *Diário da Câmara Legislativa*, o prazo de emendas teve início no dia 8 de junho e termina no dia 12 de junho. Logo, só poderá ser votado depois do dia 12 de junho. Mais um motivo para a nulidade da lei, se for aprovada.

2.2 – Juridicidade.

1º) Vedação constitucional.

A Constituição federal não permite a aprovação da operação de crédito aqui analisada, pelo menos neste momento, pois:

“Art. 167. São vedados:

[...]

III – a realização de operações de crédito que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta.”

Na Lei Orçamentária para 2026, estão previstos R\$ 2.678.392.845 de despesas de capital. Portanto, a operação de crédito é superior ao dobro das despesas de capital. Mais uma ilegalidade. Ministério Público, vocês que estão de olho, está aqui mais uma ilegalidade sendo apontada.

Assim, não é possível apreciar o projeto sem cumprir a Constituição federal.

2º) Vedação da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Quanto aos vícios materiais, inicialmente observo que o projeto de lei afronta a Lei de Responsabilidade Fiscal.

“Art. 42. É vedado ao titular de Poder ou órgão referido no art. 20, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito.”

O Distrito Federal fechou o primeiro quadrimestre deste ano com um déficit de R\$1,9 bilhão. Mesmo a Secretaria de Economia reclassificando despesa corrente por despesa de capital para maquiar a contabilidade e melhorar a poupança corrente, não vai conseguir arrumar espaço contábil para um volume tão expressivo de dinheiro.

Além disso, o Código Penal tipifica como crime essa proibição da Lei de Responsabilidade Fiscal.

“Art. 359-C. Ordenar ou autorizar a assunção de obrigação, nos dois últimos quadrimestres do último ano do mandato ou legislatura, cuja despesa não possa ser paga no mesmo exercício financeiro ou, caso reste parcela a ser paga no exercício seguinte, que não tenha contrapartida suficiente de disponibilidade de caixa.

Pena - reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos.”

Prestem atenção para essa pena para quem descumprir essa norma.

A lei dos crimes de responsabilidade do governador também tipifica a proibição como crime.

“Art. 10. São crimes de responsabilidade contra a lei orçamentária:

[...]

9) ordenar ou autorizar, em desacordo com a lei, a realização de operação de crédito com qualquer um dos demais entes da Federação, inclusive suas entidades da administração indireta, ainda que na forma de novação, refinanciamento ou postergação de dívida contraída anteriormente.”

Aí podem dizer: “Não, mas é do Fundo Garantidor de Créditos”. Mas esse fundo, na sua maioria, é mantido pela Caixa Econômica e pelo Banco do Brasil. Esse é o crime que será praticado se essa lei for aprovada.

Nós, com muita luta, conquistamos a autonomia política do Distrito Federal e, com o Fundo Constitucional, também conquistamos a autonomia financeira. O projeto de lei torna inviável a administração pública do Distrito Federal e, por consequência, a própria economia local.

O DF já tem de cobrir o déficit de R\$1,9 bilhão do primeiro quadrimestre deste ano. Se contrair o empréstimo, terá de arrumar quase R\$1 bilhão a mais por ano para pagar esse empréstimo, além da taxa da fiança bancária, que pode chegar a 7% ao ano. Tudo isso para tentar cobrir o rombo causado no BRB.

Mas o pior é o reflexo disso nos compromissos assumidos pela governadora Celina Leão. Ela firmou, no STF, o compromisso de congelar – está escrito – a administração pública, cumprindo integralmente todas as proibições previstas no art. 167-A da Constituição federal.

“I – concessão, a qualquer título, de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração de membros de Poder ou de órgão, de servidores e empregados públicos e de militares, exceto dos derivados de sentença judicial transitada em julgado ou de determinação legal anterior ao início da aplicação das medidas de que trata este artigo;

II – criação de cargo, emprego ou função que implique aumento de despesa;

III – alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;

IV – admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, ressalvadas:

a) as reposições de cargos de chefia e de direção que não acarretem aumento de despesa;

b) as reposições decorrentes de vacâncias de cargos efetivos ou vitalícios;

c) as contratações temporárias de que trata o inciso IX do caput do art. 37 desta Constituição; e

d) as reposições de temporários para prestação de serviço militar e de alunos de órgãos de formação de militares;

V – realização de concurso público, exceto para as reposições de vacâncias previstas no inciso IV deste caput;

VI – criação ou majoração de auxílios, vantagens, bônus, abonos, verbas de representação ou benefícios de qualquer natureza, inclusive os de cunho indenizatório, em favor de membros de Poder, do Ministério Público ou da Defensoria Pública e de servidores e empregados públicos e de militares, ou ainda de seus dependentes, exceto quando derivados de sentença judicial transitada em julgado ou de determinação legal anterior ao início da aplicação das medidas de que trata este artigo;

VII – criação de despesa obrigatória;

VIII – adoção de medida que implique reajuste de despesa obrigatória acima da variação da inflação, observada a preservação do poder aquisitivo referida no inciso IV do caput do art. 7º desta Constituição;

IX – criação ou expansão de programas e linhas de financiamento, bem como remissão, renegociação ou refinanciamento de dívidas que impliquem ampliação das despesas com subsídios e subvenções;

X – concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária.”

Por outras palavras, os servidores públicos do Distrito Federal não terão reajustes salariais por vários anos; os concursados não serão nomeados; não haverá novos concursos.

A consequência desse arrocho todos conhecem: redução drástica do poder aquisitivo dos servidores públicos e, por consequência, redução do consumo, com graves prejuízos para a economia distrital. Isso reduz rapidamente a arrecadação dos tributos, fragilizando ainda mais as finanças distritais.

Alerto, ainda, que tais exigências permanecerão vigentes durante todo o prazo do empréstimo, estimado em 15 anos, ou até que o Distrito Federal alcance nota *a* em sua Capacidade de Pagamento, Capag. Contudo, o DF jamais obteve essa classificação desde o início da série histórica, em 2018. Sabem qual é a nota do DF hoje? Nota *c*. Alguém acha que vai chegar à nota *a* rapidamente?

2.3 – Fiança bancária.

Outro problema sério do projeto é a autorização para o GDF contratar fiança junto a instituições financeiras para garantir o empréstimo de R\$6,6 bilhões. Como contragarantia, o projeto empenha as transferências que o DF recebe da União pelo Fundo de Participação dos Estados e pelo Fundo de Participação dos Municípios.

Para 2026, a Lei Orçamentária do DF prevê receber R\$1.426.947.148 pelo FPE e R\$497.790.833 pelo FPM. Só que essa fiança bancária não faz o menor sentido e contraria os princípios do interesse público, da economicidade e da legalidade. Ela serve apenas para onerar ainda mais as frágeis finanças do Distrito Federal e aumentar a riqueza dos bancos, que cobram taxas de 2% a 7% ao ano para prestar essa fiança.

Se o Distrito Federal não pagar o empréstimo ao Fundo Garantidor de Créditos, executa-se a fiança dada pelos bancos. Assim, os bancos, em ação regressiva, executam a contragarantia dada pelo DF; isto é, eles ficam com o dinheiro da União a que o Distrito Federal tem direito por meio desses 2 fundos. O risco para os bancos é zero. Deputado Gabriel Magno, essa fiança pode custar até R\$132 milhões.

A resposta é simples. O Conselho de Administração do FGC tem 7 membros, todos designados pela Confederação Nacional das Instituições Financeiras. Logo, o Fundo Garantidor de Créditos vai proteger o apetite dos bancos por lucros astronômicos, aproveitando-se das fragilidades de quem precisa de empréstimo para sobreviver. É mais uma operação descabida, que serve apenas para afundar ainda mais o Distrito Federal nesse buraco sem fundo em que o senhor Ibaneis Rocha o meteu.

O governo Celina, por sua vez, quer tirar o dinheiro da população para dar aos banqueiros, quer deixar os servidores sem reajuste algum, quer que os concursados fiquem sem nomeação e, com isso, quer acabar com as possibilidades de o Distrito Federal melhorar a vida da população.

III. Conclusão.

Como visto, o projeto de lei não pode tramitar, e, se tramitar, precisa ser inadmitido. Isso porque:

Primeiro, o projeto de lei deve ser devolvido ao Poder Executivo para que o instrua adequadamente, na forma do Regimento Interno, cumprindo as regras da LRF e da LDO.

Segundo, a Constituição federal não permite operação de crédito que supere as despesas de capital. O empréstimo é mais do que o dobro das despesas de capital da lei orçamentária deste ano.

Terceiro, juridicamente, ele contraria a Lei de Responsabilidade Fiscal, que proíbe despesa nova sem dinheiro em caixa nos últimos 8 meses do mandato do governador.

Quarto, o descumprimento dessas proibições, inclusive, é crime, com pena de até 4 anos de cadeia, e pode levar ao *impeachment* da governadora.

Quinto, economicamente, a operação com fiança bancária não faz sentido algum, porque os recursos do Fundo de Participação dos Estados e do Fundo de Participação dos Municípios já dão 100% de garantia ao financiamento com o fundo garantidor. Logo, a fiança bancária serve apenas para criar uma despesa adicional. Sabe a quanto isso pode chegar, deputado Ricardo Vale? Pode chegar a R\$462 milhões, sem necessidade nenhuma de pagar isso. São R\$462 milhões tirados do nosso bolso, do contribuinte, do pagador de impostos.

Portanto, voto para que o projeto seja devolvido ao autor, a fim de que ele instrua o projeto de acordo com as normas regimentais desta casa. Feita a instrução adequada, que o projeto seja rejeitado, por não atender ao interesse público e por contrariar a Constituição federal, a Lei de Responsabilidade Fiscal, o Código de Penal e a Lei dos Crimes de Responsabilidade.

Deputado Ricardo Vale, que preside a sessão neste momento, este é o voto da CCJ.

Presidente, eu desafio qualquer deputado a vir aqui e dizer que isso não é verdadeiro. Há deputado economista, há deputado advogado, mas, deputada Paula Belmonte, nós temos a melhor assessoria desta casa, que produziu este documento. Eu desafio o plenário e qualquer deputado a vir aqui com dados e dizer que isso não é verdadeiro. Não adianta vir aqui sem dados. Façam o que eu fiz e tragam os dados. Portanto, isso não é um jogo de intenções. Aqui é a lei.

Por isso, o nosso voto é pela inconstitucionalidade do projeto.

(Assume a presidência o deputado Ricardo Vale.)

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Obrigado, deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Concedo a palavra.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, para que conste nos anais e para as medidas que certamente serão tomadas, eu peço a vossa excelência a publicação, na íntegra, do meu voto nos anais da Câmara Legislativa do Distrito Federal, inclusive no *Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal*.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Acato a solicitação e peço que isso seja encaminhado ao GMD.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Esse é o voto da CCJ. Eu atuei como presidente da CCJ, tendo em vista que o titular não está; como eu sou o vice, assumi a presidência.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Em discussão o parecer.

Concedo a palavra à deputada Dayse Amarílio.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB. Para discutir.) – Presidente, quero parabenizar o deputado Chico Vigilante pelo voto. Quem prestou atenção percebeu que foi um voto muito importante e esclarecedor. Com todo o respeito, farei um breve resumo.

Quero esclarecer, para quem nos acompanha pela TV Câmara Distrital – você, que é usuário do SUS, que utiliza os serviços públicos de saúde, educação e assistência social –, que estamos dando como garantia o dinheiro que pagamos como contribuintes. Falo “nós” porque sou trabalhadora, sou enfermeira e professora.

Pagamos nós e também os pequenos e médios empresários, porque, infelizmente, o governo Ibaneis foi feito para os ricos e para os amigos. Este governo foi o que mais concedeu isenções às grandes fortunas na história do Distrito Federal.

É o dinheiro que deveria manter as UBS, as UPAs, as escolas, os hospitais, as creches, os Cras e os Creas que estamos oferecendo como garantia. Que isso fique claro! E por quanto tempo? Não consegui identificar por quanto tempo, deputado Chico Vigilante. Pode ser que seja por 15 anos. Não sabemos quanto vamos pagar, até quando vamos pagar nem como vamos pagar, porque o BRB

não apresenta o plano de pagamento.

Então, quero deixar registrado que estamos decidindo sem essas informações e comprometendo o presente e o futuro do Distrito Federal. Estamos comprometendo o futuro do meu filho e do meu neto, considerando que os próximos 15 anos podem sofrer as consequências do que vamos votar aqui, colocando ao colocarmos a nossa digital nessa decisão.

Eu tenho muita responsabilidade e não vou deixar a minha digital nisso. Independentemente de base ou oposição, tentam desqualificar nosso argumento, que é técnico e legítimo, levando a questão para o campo ideológico. Estamos aqui para cumprir um dever constitucional, que é proteger o Distrito Federal e as pessoas que mais precisam. Hoje, quem precisa é o seu Zé, a dona Maria, a mãe crecheira que está na fila por uma vaga, as pessoas que estão sem acesso à saúde e à educação. O nosso dever aqui é proteger essas pessoas. Infelizmente, não há uma proposta que nos permita votar "sim", presidente.

(Assume a presidência o deputado Wellington Luiz.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Continua a discussão.

Concedo a palavra ao deputado Fábio Félix.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL. Para discutir.) – Presidente, deputados, deputadas e quem acompanha esta importante votação na galeria e pela TV Câmara Distrital, obviamente, como parlamentares, não podemos nos abster desta discussão tão relevante para a cidade, especialmente nós, que não temos nenhuma responsabilidade pela situação em que o ex-governador Ibaneis e seu grupo político, dentro do BRB, colocaram o Banco de Brasília.

Temos o compromisso de fazer a discussão pública sobre o que ocorre hoje, mas só podemos fazê-la com as informações que temos. É muito fácil fazer elucubrações sobre o que acontecerá no dia seguinte com base em achismos, sem dados ou informações, mas nós só podemos fazer a discussão com base no que está escrito.

Quero ler o que consta, por exemplo, na cláusula terceira do acordo firmado no Supremo Tribunal Federal, porque os servidores e a população do Distrito Federal precisam compreender o que está escrito. Esse acordo foi firmado com várias pessoas à mesa, mas a responsabilidade pelo seu cumprimento recai apenas sobre um ente: o Governo do Distrito Federal.

Quem está contraindo o empréstimo não é o BRB; é o GDF. E, na cláusula terceira, há referência ao art. 167 da Constituição federal, com suspensão de medidas como a contratação de servidores públicos, a reestruturação de carreiras e o aumento de remuneração, inclusive de verbas indenizatórias. É importante repetir o que está escrito, para que servidores e servidoras saibam que o que está colocado trará um resultado objetivo para o financiamento dos serviços públicos.

O texto diz que, ou por 15 anos, com a quitação do empréstimo, ou pelo prazo de quitação, ou quando a Capag do DF for $a+$. Esse é o compromisso que está sendo firmado pelo governo. Só que a Capag do DF nunca foi $a+$. Nunca foi sequer a desde 2017. Nós vamos ter que esperar um milagre ser operado na Capag, para que os nossos serviços públicos sejam regularizados. Essa é a conta que está colocada.

Eu acho que a sociedade civil, os bancários, os servidores públicos e os parlamentares deveriam ter estado na mesa de negociação para que retirássemos a cláusula terceira.

Essa era a luta na qual nós deveríamos ter sido envolvidos, para defender o Estado, para defender o Distrito Federal. Infelizmente, nós fomos excluídos dessa discussão e desse debate, porque a pressão que está sendo colocada hoje para que se vote esse projeto deveria ter sido feita também no Supremo, não só pelas categorias, mas por todo o conjunto do serviço público do DF, para que as condições fossem diferentes das atuais.

Gente, vamos falar a verdade. O que aconteceu com o BRB, deputados, foi assalto à mão armada. O que aconteceu com o BRB não tem graça. O que fizeram com o BRB teve o aval de muita

gente da classe política desta cidade, e nós não podemos nos omitir em relação à nossa responsabilidade.

Depois, é muito fácil falar que fomos enganados. Depois, é muito fácil dizer que não sabíamos de nada do que estava acontecendo aqui na Câmara Legislativa do DF, porque as pessoas têm responsabilidade pelo que acontece aqui.

Esse voto de hoje vai ser cobrado. Há poucos dias, o ex-governador Ibaneis Rocha enviou um projeto de lei para esta casa, dizendo, deputados, que ia salvar o BRB, que era a solução para todos os problemas. O projeto foi enterrado. A questão dos terrenos não vai salvar nada. Está claro.

Mais uma vez, nós vamos dizer que fomos enganados, sem nenhuma informação? Não dá para votar assim. É preciso ter responsabilidade, é preciso ter seriedade. Nós fomos eleitos pelo povo. Nós estamos votando um projeto de lei sem sequer ouvirmos o presidente do BRB.

Gente, isto aqui é o Poder Legislativo. Nós não tivemos uma escuta com o presidente do banco. Nós não podemos nem dizer, deputados, que fomos enganados desta vez, porque eles nem se dispuseram a vir aqui enganar ninguém. Eles nem bateram à nossa porta para tentar explicar alguma coisa. A falta de compromisso é tão grande que eles nem bateram a essa porta para explicar algo ao parlamento, para entregar documentos.

Não há como votar um projeto como esse, comprometendo o Distrito Federal. Não há como. É preciso responsabilidade. Isso não tem nada a ver com o salvamento do BRB em si. Isso não tem nada a ver com a luta dos empregados do BRB, que obviamente estão emparedados, estão lutando, estão do lado certo em que deveriam estar, com certeza. Eu não tenho dúvida disso. Isso tem a ver com o compromisso como legisladores e fiscalizadores do poder público.

O mínimo de escuta, o mínimo de documentação para se posicionar. Esse é o nosso pedido aqui hoje. Votar dessa forma, presidente, é lamentável, é absurdo, é inaceitável.

Pessoal, o tempo vai acabar. De fato, o meu tempo vai acabar, mas o que nós estamos passando não vai passar tão cedo, infelizmente.

Seja qual for o resultado do que nós vamos enfrentar aqui, nós já recebemos, como o deputado Chico Vigilante falou – e eu recebo com muita tranquilidade, com muita generosidade –, vaias e críticas. Isso faz parte do jogo político.

O que nós queremos é pensar na população do Distrito Federal com seriedade. Eu, como parlamentar, independentemente da minha posição ideológica, independentemente da minha posição política, jamais me prestaria a votar um projeto de lei sobre o qual não há qualquer informação e explicação na Câmara Legislativa. Eu não poderia fazer isso, porque isso significaria uma traição àqueles que me colocaram aqui, ao eleitor que decidiu me colocar aqui na Câmara Legislativa para fiscalizar o poder público. Jamais eu faria isso.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado Fábio Félix.

Continua a discussão.

Concedo a palavra ao deputado Gabriel Magno.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT. Para discutir.) – Presidente, primeiramente, eu gostaria de pedir destaque das Emendas nºs 10 e 11 da CCJ para que possamos votá-las separadamente.

Eu quero iniciar respondendo aqui, presidente, ao ex-líder do governo, que disse, na votação passada, que era mentira essa história dos concursos públicos e dos reajustes. Ele citou um documento assinado e protocolado no Supremo Tribunal Federal. Vou ler o documento que ele citou:

Cláusula 3.1 do documento: Compromisso de adotar todas as vedações previstas nos incisos I a X do art. 167-A da Constituição federal.

A cláusula 3.2: As vedações continuarão a ser aplicadas até a quitação integral da operação de crédito ou até que o DF atinja Capag $\alpha+$.

Capag $a+$ o DF nunca teve. O secretário de Economia, parece-me, na salinha fechada, porque não tem coragem de vir aqui, disse que ele é o encantador de Capag, que nós podemos confiar. Ele é o gênio da lâmpada da Capag. Disse que, em agosto, vai haver Capag $a+$. Hoje é c . O DF nunca teve a ; é c e b , deputado Chico Vigilante. E, de repente, ele quer, sem nenhum documento, sem sequer mostrar como vai acontecer, que nós vamos ter Capag $a+$. Ele é o gênio da lâmpada da Capag, deputada Paula Belmonte. Não vai haver.

As vedações do art. 167-A são durante 15 anos; está no documento. Eu vou ler para o deputado Hermeto as vedações do art. 167-A.

Vedação 1: concessão, a qualquer título, de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração de membros de Poder ou de órgão, de servidores e empregados públicos e de militares.

Vedação 3: alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa.

Vedação 4. admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título.

Vedação 5: realização de concurso público.

Serão 15 anos sem aumento salarial para 80 mil servidores – professores, enfermeiros, técnicos de enfermagem, assistentes sociais, policiais. Todos os servidores públicos ficarão 15 anos sem reajuste e sem concurso público. Está aqui na vedação.

Sabe o que isso significa, deputado Ricardo Vale? Quero falar com o jovem de 16 anos que vai dar o seu primeiro voto, ou com o pai e a mãe desse jovem que está estudando para concurso público no DF. Esse jovem só vai poder fazer concurso público quando tiver 31 anos. O jovem de 16 anos que, hoje, tem o sonho de ser servidor público não ingressará no serviço público até os 31 anos de idade. Nós estamos condenando esta cidade e uma geração inteira do DF. Quero dialogar com as famílias do DF. Tudo isso ocorre por conta de um rombo causado por quem roubou o BRB. É isso que está no acordo, deputado. É isso que está no acordo assinado, que vossa excelência leu.

Esta casa vai votar mais um cheque em branco, condenando o Distrito Federal, condenando a população do DF, e não vai salvar companheiros e companheiras do BRB, não vai salvar o BRB e não vai salvar os empregos. O governo Celina não se comprometeu com os 5 mil empregos dos bancários trabalhadores do BRB. Por isso, nós não temos a menor condição de votar esse projeto.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Continua a discussão.

Concedo a palavra ao deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para discutir.) – Presidente, acho importante nós pontuarmos uma coisa aqui. Eu conheço o Nelson. O Nelson é uma pessoa correta. Porém, a proposta que está sendo colocada aqui definitivamente não resolve o problema do Banco de Brasília.

Para aqueles, deputado Gabriel Magno, que estão nos vaiando, é bom nós lembrarmos que o próprio Nelson já disse que o Banco de Brasília vai ficar menor. Se ele vai ficar menor, vai demitir um monte de gente, não é? Ele disse isso. Portanto, os mesmos que estão aqui hoje, deputado Ricardo Vale, vaiando, depois vão estar na galeria por terem sido demitidos.

Na Bahia, na Paraíba, no Maranhão, já começaram as demissões. Estão sendo demitidos.

Eu sempre defendi o BRB. Vossa excelência sabe dos ataques que eram feitos aqui; eu e vossa excelência estávamos na linha de frente defendendo o banco. Porém, hoje, o que está em jogo é a população do Distrito Federal. O que está em jogo é a saúde. O que está em jogo é a educação.

Queriam meter a mão no Fundo Constitucional, e vossa excelência se levantou dignamente contra isso; os delegados, que têm um peso danado, e os policiais militares também. Aí esqueceram o Fundo Constitucional. Então foram ao fundo dos municípios, ao fundo dos estados, que aparentemente não têm ninguém para defender o povo. Mas esse é o povo que usa os hospitais,

que usa as escolas. É esse povo que está sendo atingido na tarde de hoje.

Deputado Hermeto, vossa excelência sabe do respeito que eu lhe tenho. Eu posso, deputada Jaqueline Silva, fazer uma afirmação neste momento: com a aprovação desta lei, a Celina não será candidata a governadora. Não será! Ela vai tentar passar para a opinião pública que foi uma mulher corajosa, leoa, que tentou salvar o BRB. Mas não vai ser candidata a governadora, porque ela sabe o tamanho do buraco em que o Distrito Federal está sendo metido.

Deputado Gabriel Magno, eu tenho uma história – já a contei aqui em plenário e vou contá-la de público agora – de quando eu era deputado federal. Eu tinha uma amiga deputada federal, a Sandra Starling. Um dia, havia umas pessoas na galeria nos vaiando. Ela falou: “Chiquinho, não se preocupe com vaia, não. Vamos usar o método Nelinho”. Nelinho era um jogador famoso, acho que era do Atlético Mineiro, que se tornou deputado de Minas. Ela disse que certa vez havia umas 200 pessoas na galeria vaiando, e ele perguntou: “Sandra, estão nos vaiando?” Ela disse: “Estão”. Ele perguntou: “São quantas pessoas?” Ela respondeu: “200”. Aí ele falou: “Eu sou acostumado a receber vaia de 200 mil lá no Mineirão”.

A maioria dos bancários me conhece e sabe da defesa que eu sempre fiz. O que me deixa triste hoje, presidente, é que pessoas que são trabalhadoras, sindicalistas, estejam com uma visão de direita, de dilapidação do Estado.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Continua a discussão.

Concedo a palavra ao deputado Pastor Daniel de Castro.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Para discutir.) – Presidente, quero só fazer uma pequena contribuição, porque me preocupam determinadas falas. Parece que o GDF vai contrair empréstimo para salvar banco, para salvar emprego, para salvar família. Pensem bem, esse povo aqui tem 15 anos, 20 anos, 30 anos...

(Manifestação na galeria.)

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP) – Cale a sua boca! Não estou pedindo sua opinião, não. Estou falando. Você me respeite!

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Por gentileza, respeitem enquanto o deputado estiver falando.

Eu vou pedir que os policiais legislativos ajam, se o senhor não se contiver.

(Manifestação na galeria.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Então, por gentileza, podem retirá-lo.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP) – Obrigado, presidente. Pois bem, presidente, aqui há gente que tem 20 anos, 30 anos de história de concurso público. Será que eles não merecem que se pense neles também? Quando fazem um discurso, presidente, dizendo que vão pegar um empréstimo e, daqui a 15 anos, vai haver concurso público, isso não é justo. É achar que o povo não é inteligente.

Por exemplo, o ministro André Mendonça está trabalhando a delação de Daniel Vorcaro. Se isso for aceito, ele tem uma obrigação: fazer um Pix de R\$60 bilhões na hora. Feito esse Pix, esse dinheiro vem para o BRB e já se começa a quitar essa conta.

Vocês acham que essa conta será quitada ao longo de 15 anos? Gente, pelo amor de Deus, não é crível. Deputado Chico Vigilante, está escrito “compromisso total”. Todo compromisso total tem começo, meio e fim. Presidente, essa conta pode ser paga em 2 anos, 3 anos. No entanto, o importante, gente, pelo amor de Deus...

Olhem só o que está acontecendo: vocês estão tomando vaia de gente de vocês. Por quê? Esse pessoal, dos quais muitos são do espectro da esquerda, está pedindo: “Salvem o nosso banco, salvem o nosso emprego”. É isso que eles estão pedindo, deputado Chico Vigilante, nada mais do

que isso.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Continua a discussão.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal, para não haver dúvida.

DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL) – Quero só explicar que, neste momento, nós estamos votando os pareceres, não ainda o projeto.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Isso é verdade. Vamos votar o parecer da CCJ.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL) – Eu queria pedir a vossa excelência o destaque das Emendas nºs 3 e 5, de minha autoria. Eu já tinha até comunicado o pedido à equipe da mesa.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Estão destacadas as Emendas nºs 3 e 5, a pedido de deputado Fábio Félix. As Emendas nºs 10 e 11 já estavam destacadas.

Em votação.

Solicito aos deputados que aprovam o parecer que votem “sim” e aos que o rejeitam que votem “não”.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL) – Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL) – Peço autorização do nosso líder para dizer que o nosso voto é “sim” ao parecer do deputado Chico Vigilante, que é um parecer técnico, sério, que olha para a discussão e para o debate feito por esta casa. Então, o nosso bloco, PSOL-PSB, vota “sim”.

DEPUTADO PEPA (PP) – Presidente, solicito o uso da palavra para orientar a bancada.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO PEPA (Governo. Como líder. Para orientar a bancada.) – A orientação de voto da base é “não” ao parecer da CCJ.

(Realiza-se a votação nominal.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Votação encerrada.

O parecer está rejeitado com 12 votos “não”, 8 votos “sim” e 1 abstenção. Esse é o resultado da votação.

Designo o deputado Iolando como relator substituto e solicito que apresente novo parecer sobre a matéria.

DEPUTADO IOLANDO (MDB. Para apresentar parecer.) – Parecer da CCJ ao Projeto de Lei nº 2.363/2026, de autoria do Poder Executivo, que *Altera a Lei nº 7.845, de 10 de março de 2026, que “dispõe sobre as medidas a serem adotadas pelo Distrito Federal, na condição de acionista controlador, para o restabelecimento e fortalecimento das condições econômico-financeiras do Banco de Brasília S.A. – BRB”, ratifica os termos do acordo homologado pelo Supremo Tribunal Federal na Ação Cível Originária nº 3755, autoriza o Poder Executivo do Distrito Federal a celebrar operação de crédito com o Fundo Garantidor de Créditos – FGC, prestar contragarantias e dá outras providências.*

Presidente, conforme decisão manifesta no plenário, o voto no parecer do vencido é pela

admissibilidade do projeto e das Emendas nºs 4, 5, 6, 7, 8 e 9 e pela inadmissibilidade das Emendas nºs 1, 2, 3, 10 e 11. Houve pedido de destaque para as Emendas nºs 10 e 11.

Esse é o parecer, presidente.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Esse é o parecer do vencido, deputado. Não é para discutir, não, deputado.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – A população está assistindo a esta sessão na TV Câmara Distrital, presidente, que está com uma boa audiência. A população está vendo o voto que eu produzi e está vendo o antivoto. O antivoto não tem absolutamente nada, não fundamenta nada. Eu queria ouvir argumentos, queria ouvir dizerem por que o meu parecer estava errado. Não há nada. A população está assistindo. É importante a população assistir.

Eu quero, neste momento, presidente, colocar a nossa bancada, a bancada do Partido dos Trabalhadores, em obstrução.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Em obstrução o Partido dos Trabalhadores. Obrigado, deputado.

Em votação o parecer.

Solicito aos deputados favoráveis ao parecer que permaneçam como estão e aos contrários que se manifestem.

O parecer está aprovado com 21 deputados presentes, sendo votos contrários os do deputado Fábio Félix, da deputada Paula Belmonte, do deputado Chico Vigilante, do deputado Max Maciel, da deputada Dayse Amarílio, do deputado Ricardo Vale e do deputado Gabriel Magno. Houve 2 abstenções, do deputado Rogério Morro da Cruz e da deputada Doutora Jane. Esse é o resultado da votação.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – É por maioria simples, deputado. Já fizemos, deputado, não temos como voltar atrás. A votação já foi feita.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Deputado, eu sempre concedo, mas nesse caso já tínhamos votado. Não precisaríamos de 13 votos, é por maioria simples. Temos 21 deputados presentes no plenário; com obstrução, 3.

Em discussão o parecer da CEOF.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados favoráveis ao parecer que permaneçam como estão e aos contrários que se manifestem.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – O parecer da CEOF já foi discutido. Não foi votado, mas foi discutido, porque nós entramos na CCJ com a manifestação do deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL) – Presidente, quero comunicar que o Bloco PSOL-PSDB está em obstrução.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – O Bloco PSOL-PSB está em obstrução.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – O PT está em obstrução.

DEPUTADA PAULA BELMONTE (PSDB) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADA PAULA BELMONTE (PSDB) – Presidente, solicito a verificação do quórum para sabermos realmente quem está aqui.

Comunico que o PSDB também está em obstrução.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Acato a solicitação de vossa excelência.

Solicito que os deputados registrem a presença nos terminais.

(Realiza-se a verificação de presença.)

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB) – Presidente, com todo respeito, eu ouvi alguns deputados e queria fazer um desabafo, porque considero desnecessário o que estamos passando. Eu vejo que há um desconforto e, no fundo, ninguém – nem quem está defendendo o projeto – sabe responder ao que estamos perguntando. O próprio deputado Pastor Daniel de Castro, que respeito muito, afirmou que pode ser que paguemos em 2 anos, pode ser que paguemos em 3 anos. Não precisaríamos estar fazendo obstrução. Presidente, se tivéssemos essas informações, não precisaríamos estar passando por isso.

Eu quero registrar meu respeito à governadora Celina Leão, que fez vários apontamentos, demonstração de alguns investimentos e algumas mudanças, inclusive uma ruptura com a continuidade de algumas coisas que o governador Ibaneis fazia, mas, infelizmente, não sabemos o que estamos votando. Essa é a realidade de hoje.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Nos já solicitamos a verificação do quórum. Quantos deputados estão presentes?

Quem está em obstrução precisa registrar a presença, senão vai constar como ausência.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, na obstrução, registra-se a presença, mas não conta como quórum.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Exatamente. Não conta como quórum, mas é preciso registrar a presença. Vossa excelência tem razão. No painel, a obstrução fica marcada na cor roxa. (Pausa.)

(Intervenções fora do microfone.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – A discussão já acabou. Estamos apreciando o parecer da CEOF. A discussão do projeto será com a votação em primeiro turno.

Nós faremos a votação do parecer da CEOF.

DEPUTADO PEPA (PP) – Presidente, solicito o uso da palavra para orientar a bancada.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO PEPA (Governo. Como líder. Para orientar a bancada.) – Presidente, eu oriento a base a votar favoravelmente ao parecer da CEOF.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Voltamos à votação.

Solicito novamente aos deputados que aprovam o parecer da CEOF que votem “sim” e aos que o rejeitam que votem “não”.

(Realiza-se a votação nominal.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Votação encerrada.

O parecer está aprovado com 11 votos “sim”, 1 voto “não” e 2 abstenções, ressalvados os destaques das Emendas nº 3, nº 5, nº 10 e nº 11. Esse é o resultado da votação.

Passa-se à apreciação, em separado, das emendas destacadas.

Em discussão a Emenda nº 3, destacada.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados que aprovam a Emenda nº 3 que votem “sim” e aos que a rejeitam que votem “não”.

Informo que a Emenda nº 3 foi rejeitada e inadmitida pelas comissões.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL) – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL) – Presidente, só quero explicar aos parlamentares que apresentamos algumas emendas ao projeto. Algumas delas têm objetivos muito claros: preservar os concursos públicos, as contratações e a transparência. Delas, 2 são aditivas. São emendas importantes para serem aprovadas, porque preservam o Estado no Distrito Federal.

Gostaria de pedir aos parlamentares que votassem “sim”. Nós já estamos votando um projeto que tem um impacto absurdo no Distrito Federal. Nós apresentamos destaque para que possamos fazer a discussão e votar. Então, peço aos parlamentares que votem favoravelmente às emendas.

DEPUTADO PEPA (PP) – Presidente, solicito o uso da palavra para orientar a bancada.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO PEPA (Governo. Como líder. Para orientar a bancada.) – Presidente, a orientação é pela rejeição da Emenda nº 3. A liderança do governo apresentou a Emenda nº 9 com o mesmo teor, com base nos estudos da casa.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, o líder do governo disse que apresentou uma emenda com o mesmo teor da Emenda nº 3. Se ele apresentou uma emenda com o mesmo teor, é porque a Emenda nº 3 é correta. Portanto, eu tenho certeza de que deveríamos votar e aprovar a Emenda nº 3. Vão ficar de birra só porque é uma emenda da oposição? Só por isso não a aprovam? Nós já tivemos líderes mais compreensivos. Na época do deputado Hermeto, nós acertávamos as coisas e votávamos.

Eu acho que o líder do governo deveria fazer o gesto de retirar a Emenda nº 9 e chamar a votação da Emenda nº 3, para que todos a votemos . Inclusive, sairemos da obstrução para votarmos a Emenda nº 3.

DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL) – Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL) – Presidente, o PSOL e o PSB saem da obstrução para votarmos as emendas.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Então, saem da obstrução o PSOL, o PSB e o PT.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – A deputada Paula Belmonte também retira a obstrução.

O PT também já retirou a obstrução. Falta retirar do painel, a pedido do deputado Chico Vigilante.

A orientação do líder do governo é “não”.

(Realiza-se a votação nominal.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Votação encerrada.

A emenda nº 3 está rejeitada, com 8 votos “sim”, 11 votos “não” e 1 abstenção. Esse é o resultado da votação.

Passamos agora à segunda votação.

Em discussão a Emenda nº 5, destacada.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados que aprovam a Emenda nº 5 que votem “sim” e aos que a rejeitam que votem “não”.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL) – Presidente, eu gostaria de retirar o destaque da Emenda nº 5.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Foi retirado o destaque.

Retirado o destaque, passamos à terceira votação.

Em discussão a Emenda nº 10, destacada.

Informo que a emenda foi rejeitada e inadmitida pelas comissões.

Concedo a palavra ao deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para discutir.) – Presidente, quero chamar a atenção das pessoas que estão assistindo à sessão pela TV Câmara Distrital. Essa emenda diz o seguinte: “[...] Parágrafo único. Fica excluída da ratificação prevista neste artigo a Cláusula 3ª dos termos do acordo homologado pelo Supremo Tribunal Federal [...]”, originário da ação com que o próprio GDF ingressou no Supremo.

Essa é a emenda que desobriga o Distrito Federal de cumprir aquele arrocho. Essa emenda é desnecessária, não há por que estar colocada aqui.

Vejo que, todos os dias, deputados fazem aqui discursos em defesa do serviço público, discursos de apoio aos servidores. Agora é a hora da verdade. Quem efetivamente defende o servidor público vai votar a favor dessa emenda. Senão, é falácia o que é dito aqui: “Estou

defendendo o servidor público, sou o maior defensor de servidor público". Agora é a hora da verdade.

Quem defender efetivamente o servidor público vai votar a favor da emenda. Quem votar contra não está a favor de servidor público coisa nenhuma. É isso. A emenda é simples, direta, autoexplicativa.

Portanto, eu chamo o voto a essa emenda e permaneço para defender a próxima.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Continua a discussão.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados que aprovam a emenda que votem "sim" e aos que a rejeitam que votem "não".

DEPUTADO PEPA (PP) – Presidente, solicito o uso da palavra para orientar a bancada.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO PEPA (Governo. Como líder. Para orientar a bancada.) – Pela rejeição.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Pela rejeição; então, voto "não".

(Realiza-se a votação nominal.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Votação encerrada.

A Emenda nº 10 está rejeitada com 11 votos "não", 8 votos "sim" e 2 abstenções. Esse é o resultado da votação.

Em discussão a Emenda nº 11, destacada.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados que aprovam a emenda que votem "sim" e aos que a rejeitam que votem "não".

DEPUTADO PEPA (PP) – Presidente, solicito o uso da palavra para orientar a bancada.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO PEPA (Governo. Como líder. Para orientar a bancada.) – A orientação é pela rejeição da emenda.

(Realiza-se a votação nominal.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Votação encerrada.

A Emenda nº 11 foi rejeitada com 11 votos "não", 8 votos "sim" e 2 abstenções. Esse é o resultado da votação.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 2.363/2026.

Concedo a palavra ao deputado Gabriel Magno.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT. Para discutir.) – Presidente, esta casa vai aprovar agora mais um cheque em branco para aqueles que quebraram o DF e quebraram o BRB, porque roubaram esse banco. Esta casa está autorizando um cheque em branco.

Chama a atenção que o governo não tem maioria nem entre a própria base. Ele tem 11 votos de um total de 24 deputados, deputado Chico Vigilante. Nem a própria base confia mais que o governo Celina-Ibaneis consiga tirar o DF e o BRB do buraco que eles mesmos criaram. Nós estamos condenando a cidade inteira – 3 milhões de habitantes – pelos próximos 15 anos.

A única explicação apresentada por um parlamentar da base hoje foi: "Pode ser que, daqui a 2 anos, 3 anos, nós tenhamos o dinheiro. Vamos confiar!"

Quem votou "sim" está dando ao governo um cheque em branco. Está autorizando esta cidade a não contratar mais servidor público. Está autorizando esta cidade a não ter mais nenhum hospital – nenhuma escola, nenhuma creche – construído pelos próximos 15 anos.

Não haverá mais serviços nem ampliação dos serviços públicos. Isso é o que a assessoria e a consultoria desta casa apontaram. Nós conseguimos provar isso e tentamos fazer um debate nesta casa, mas ninguém do governo teve coragem de vir a esta tribuna rebater. Nenhum parlamentar da base conseguiu explicar. Só disseram: "Talvez, em 3 anos, nós recuperemos o dinheiro. Quem sabe? Talvez quem roubou devolva, e aí nós conseguimos pagar o empréstimo antes." Isso não vai acontecer, infelizmente, porque o governo Celina-Ibaneis está, mais uma vez, vendendo a cidade e o BRB.

O relatório do deputado Chico Vigilante mostra que o projeto dá a possibilidade, se esse governo continuar, de privatizar o BRB. Por isso, presidente, eu encerro dizendo que a nossa bancada do PT vai seguir defendendo a cidade, o BRB e os serviços públicos.

Nós vamos, saindo daqui, diante da gravidade da situação – porque o governo não tem maioria e pelos motivos apresentados por nós neste debate –, judicializar a decisão desta casa. Faremos isso a fim de tentar impedir, também na justiça, deputado Ricardo Vale, que o governo Celina-Ibaneis venda de novo a cidade e o futuro do Distrito Federal para tentar acobertar um crime. Nós não podemos esquecer que o presidente do BRB está preso. Mais pessoas deste governo serão presas.

Nós não compactuamos com o crime, não compactuamos com o ataque aos direitos da população do Distrito Federal. Nós não vamos assinar o cheque em branco que esta casa está dando de novo para o Ibaneis, para a Celina e para aqueles que roubaram o BRB e o Distrito Federal.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Continua a discussão.

Concedo a palavra ao deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para discutir.) – Presidente, eu quero dialogar com os deputados da chamada base do governo. Vejam o quanto esse governo é perverso com vocês, vejam a perversidade que ele está fazendo com vocês.

Deputado Wellington Luiz, no projeto de lei dos lotes – que combatemos aqui, que dissemos que estava errado; depois, o governo foi tirando alguns –, está dada autorização para tomar empréstimo. O que não está lá é autorização para fazer arrocho com os servidores. Mas o governo, por meio de uma pessoa que eu respeito – o Gustavo Rocha –, entrou com ação no Supremo Tribunal Federal – a ação é do GDF! – para que o ministro Fux fizesse algo que também não é legal, que é esse acordo. O tribunal assim decidiu, e se fez o acordo para incluir o maior arrocho da história nas contas dos servidores, na vida dos servidores e na vida desta cidade. E estão mentindo, dizendo que estão salvando o BRB.

Eu vou dizer algo de novo. Que isto fique escrito e que a população tome conhecimento, deputada Dayse Amarílio. O que o ministro Fux está fazendo é salvar o pescoço dos presidentes de 5 tribunais que botaram bilhões no BRB, para o Paulo Henrique fazer essa maracutaia com o Vorcaro.

Afirmar aqui que o Vorcaro vai devolver R\$60 bilhões e que esse dinheiro vem para o BRB é uma fantasia. Para aqueles que ficam aqui dizendo que o banco tem toda condição de pagar, pergunto algo. Se o banco hoje vale R\$4 bilhões e toma um empréstimo de R\$8,6 bilhões, como ele paga isso? E há mais. Vocês foram olhar o que é passado de dividendos para o GDF ano a ano? Olharam? Pergunto isso porque o dividendo está muito abaixo do que o valor que banco vai pagar de empréstimo.

Vocês que estão nos vaiando vão ver, lá na frente, quem estava com a razão. Eu vou continuar tendo orgulho do voto que eu estou proferindo hoje, porque estou votando a favor da população do Distrito Federal, dos trabalhadores e das trabalhadoras, dos pagadores de impostos.

Quero dizer, ainda, presidente, que hoje à tarde eu tive um prazer enorme. Eu estive, deputada Dayse Amarilio, numa solenidade no Palácio do Planalto, onde o presidente Lula, num gesto de reconhecimento pela pessoa que eu sou, me chamou para discursar da tribuna presidencial – não daquela tribuna à parte. Foi para mim um momento de glória, de felicidade. Mas agora eu estou tendo, presidente, a noite mais triste da minha vida, ao ver ser autorizada a dilapidação das finanças do Distrito Federal.

Obrigado, deputado.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra à deputada Dayse Amarilio.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB. Para discutir.) – Presidente, eu acho que a questão está sendo invertida. Alguns colegas falaram que nós somos mentirosos quando dizemos que vão ser congelados os concursos, as reestruturações e a construção de hospitais, por isso não estar na LDO.

Então, eu queria ler novamente, presidente, um trecho do acordo, na parte que fala das contrapartidas. “Compromete-se, a partir da celebração do presente acordo, a adotar as seguintes medidas de ajustes fiscais...” Isso se refere a um artigo que diz que não será possível concurso público, exceto para reposições de vacâncias. Que fique claro esse registro aqui.

Sabe o que é mais triste? É ouvirmos aqui, a tarde inteira, piadas que não têm graça. São piadas, inclusive, de colegas que dizem apoiar os servidores e ser defensores da saúde.

Não tem graça o que nós estamos vivendo na saúde. Não tem graça os nossos colegas trabalharem adoecidos. Não tem graça trabalharmos com o dimensionamento atual. Não tem graça trabalharmos sem condição nenhuma de trabalho. Não tem graça nós sofrermos, à porta dos hospitais e das UPAs, violência como estamos sofrendo todos os dias. Isso não tem graça, isso não é piada.

Graças a Deus, o tempo realmente dirá, deputado Chico Vigilante. E está próximo, porque não há mal que dure para sempre. A resposta vai ser dada.

Eu queria registrar algo aqui, presidente. Com a aprovação do projeto, precisamos ter a responsabilidade de esperar que seja encaminhada uma nova LDO, com o governo admitindo que não há como fazer nada e que estarão zeradas as nomeações.

Além disso, eu quero saber o que faremos com o déficit de 30 mil servidores na saúde. Estarão zeradas as remunerações e tudo o mais. Cadê o dinheiro para construir e terminar de construir as UPAs e os hospitais? Pergunto cadê, porque não há; e não vai haver. Eu duvido que haja dinheiro na LDO para tudo aquilo por que lutamos para a cidade ter.

Vocês estão batendo palmas para emendas sobre as quais nem procuraram saber. Muitos não sabem do que elas tratam. Tenho certeza de que vocês têm parentes que precisam da saúde pública. Vocês têm familiares, têm parentes que usam a saúde, usam a educação. Eu sei que estão defendendo o trabalho de vocês, mas isso vai além. Não quero acreditar que estejam pensando apenas nisso.

Que fiquem esses registros.

Estou muito consciente, porque, graças a Deus, tenho independência. Não é ideologia. É independência para votar naquilo que é meu dever. Meu dever é defender quem mais precisa. Hoje o DF precisa é de saúde e educação. É disso que o DF precisa.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputada.

Continua a discussão.

Concedo a palavra ao deputado Fábio Félix.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL. Para discutir.) – Presidente, confesso que estou um pouco envergonhado hoje de votar este projeto dessa forma.

Fico um pouco envergonhado porque penso que, quando a população do DF elege parlamentares para representá-la na Câmara Legislativa, ela também cria a expectativa de que nós vamos nos dedicar a cada projeto e nos debruçar sobre cada uma das matérias que votamos.

Sei que muitas proposições precisam ser votadas com certa rapidez em razão de sua importância. Mas a independência política deve trazer para o parlamento a função de fiscalizar, de buscar informações e dados sobre como os procedimentos serão realizados posteriormente – especialmente em contextos tão adversos quanto este.

Isso me envergonha porque estamos falando de um empréstimo de R\$6 bilhões, de algo muito alto com o FGC, sem sequer sabermos que taxa de juros será praticada. Uma coisa é a taxa que o BRB pediu, IPCA mais 4,5%. Mas os bancos sequer responderam, e os sinais que estão sendo enviados são de que querem uma taxa de juros muito maior, de que teremos que pagar muito mais do que isso.

Acontece que quem vai pagar muito mais do que isso é o GDF. Quando falamos em orçamento público, parece algo genérico, mas o orçamento público é o orçamento do povo do Distrito Federal. O povo precisa ser consultado.

Sabem quantas audiências públicas com a população houve, para que este projeto fosse votado? Zero audiências públicas. Sabem quantos debates foram realizados para que os sindicatos e os empregados do BRB se posicionassem e para que houvesse discussão nesta casa? Zero debates foram feitos aqui. Sabem qual é a transparência das informações em relação a esse caso? Zero.

Mais uma vez, um projeto é votado dessa forma na Câmara Legislativa do DF. Não havia como ser diferente. Nós apontamos os problemas em relação à compra do Banco Master desde o primeiro dia; no segundo dia, em relação aos terrenos; e, agora, no terceiro dia, mantemos a coerência e nos posicionamos com independência, para que as informações cheguem antes desta votação.

Obrigado, deputado.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Continua a discussão.

Concedo a palavra à deputada Paula Belmonte.

DEPUTADA PAULA BELMONTE (PSDB. Para discutir.) – Primeiramente, quero pedir a gentileza de vocês para que me compreendam. Eu compreendo cada um de vocês como cidadão, cidadã, trabalhador, querendo defender o BRB.

Presidente deputado Wellington Luiz, quero pedir reposição de fala se houver necessidade. Se eu continuar ouvindo pessoas conversando, rindo e falando comigo, vou interromper a minha fala. Quero que haja respeito com a minha fala, que é muito importante.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Eu gostaria de pedir respeito e garantir a palavra da deputada Paula Belmonte.

Deputada Paula Belmonte, vou zerar o tempo para que vossa excelência comece novamente.

DEPUTADA PAULA BELMONTE (PSDB. Para discutir.) – Quero que vocês me escutem, porque estamos tratando aqui de 5 mil famílias. Tenho certeza de que são pais, mães, trabalhadores. Há também pessoas que cuidam de seus pais, não apenas de seus filhos.

Estamos falando de uma situação que envolve o BRB e que ocorre há muito tempo. Vejo que este parlamento precisa se lembrar de algumas coisas. Se formos lembrar, o BRB, há muito tempo, vem fazendo patrocínio de esporte em Dubai. Parlamentares estão indo a Dubai para tratar de patrocínio.

E quero dizer...

Podem ficar de costas, porque vocês estão de costas para Brasília, para o Distrito Federal.

(Manifestação na galeria.)

DEPUTADA PAULA BELMONTE (PSDB. Para discutir.) – O BRB fez patrocínio bilionário. O BRB começou a financiar uma série de pessoas. Quem está garantindo esse financiamento também é o Bradesco.

Quero contar uma história. A primeira vez em que estivemos juntos neste plenário foi quando trouxemos a esta tribuna um banco de plástico, afirmando que o Banco Master era um banco de plástico. Banco de plástico significa que o Banco Master não tinha lastro, não tinha estrutura. Muitos riram de mim, porque eu trouxe um banco de plástico para ilustrar o que significava o Master.

Nós já havíamos alertado nesta tribuna que aquilo era crédito *fake*. Não é crédito podre, é crédito *fake*. Não existem os créditos que foram comprados. Então, o BRB foi operar com o Banco Master. Depois, o presidente do BRB veio a esta casa, junto com outros parlamentares, dizer que foram enganados, mas entregaram como garantia 9 terrenos nossos, que hoje valem R\$11 bilhões.

Nós denunciemos essas garantias. Dissemos que era um cheque em branco, mas esse cheque em branco foi entregue para o BRB. Foi dito que isso salvaria o BRB. No entanto, a fraude foi descoberta. A fraude deste governo não apenas retirou a confiança da população brasileira, como também acabou com a nossa esperança de termos um banco transparente que realmente desenvolva a sociedade de Brasília.

(Manifestação na galeria.)

DEPUTADA PAULA BELMONTE (PSDB. Para discutir.) – Vou ficar em silêncio, presidente.

Fazemos uma pergunta. Quem vai pagar a conta? Quem vai pagar a conta desse empréstimo, que pode chegar a quase R\$20 bilhões?

Quem vai pagar essa conta será a saúde, a educação, a segurança pública.

Há mais uma coisa, deputados. O que está faltando no Distrito Federal...

Vou ficar em silêncio.

(Manifestação na galeria.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputada Paula Belmonte.

Para concluir, por gentileza, deputada.

DEPUTADA PAULA BELMONTE (PSDB. Para discutir.) – Presidente, eu quero concluir, mas não estou conseguindo.

Para concluir, quero dizer que o que está sendo votado hoje é uma enganação para o Distrito Federal e, infelizmente, representa a inviabilidade para o desenvolvimento social da nossa cidade.

É triste, como disse o deputado Chico Vigilante, o que está sendo votado hoje.

(Manifestação na galeria.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Continua a discussão.

Concedo a palavra ao deputado Hermeto.

DEPUTADO HERMETO (MDB. Para discutir.) – Presidente, todos sabem que tenho o maior carinho e respeito pelo deputado Chico Vigilante e pela esquerda. Sempre os respeitei. Nunca fui de direita, não sou de esquerda, sou de centro.

Quero dizer uma coisa, deputado Chico Vigilante, olhando nos seus olhos, nos olhos do

deputado Gabriel Magno e de todos os presentes. Uma reportagem do *Poder 360* diz o seguinte: "Tomara que o dinheiro do BRB não tenha caído na cúpula do PT". Olha o que está aqui, como vossa excelência fala: "Em delação, Vorcaro diz que o PT de Lula recebeu milhões do Banco Master em troca de favores".

Com todo o respeito a vossas excelências, tomara que, daqui a algum tempo, os senhores não vão à tribuna dizer: "Ó, o dinheiro do BRB alimentou o Jaques Wagner". Calma, isso está aqui. Com todo o respeito que eu tenho por vossas excelências que são de esquerda, o *Poder 360* de hoje diz o seguinte: "Na delação do Vorcaro, pode acontecer de o PT..."

Eu vou ler. Todo mundo leu, gastou tempo. Eu não sou líder do governo. Não sou mais. Apenas não quero que, amanhã, os meus colegas do PT – por quem eu tenho tanta consideração – tenham que passar por constrangimento.

Continuando: "Novas informações atribuídas à proposta de delação premiada do empresário Daniel Vorcaro, ex-controlador do Banco Master, coloca o PT e integrantes do governo federal no centro das discussões sobre o caso. Segundo o relato divulgado pela imprensa, o documento cita contratos, pagamentos e articulação envolvendo pessoas próximas à cúpula petista. Entre os episódios mencionados, estão a contratação do ex-ministro Guido Mantega... (Ininteligível.) A delação também relata reuniões e negociações ocorridas..."

Está aqui, vejam. Não sou eu que estou falando. Isso saiu no *Poder 360*.

Com todo respeito ao deputado Chico Vigilante, por quem tenho grande admiração, eu espero que o dinheiro do BRB não tenha alimentado essas pessoas que a imprensa está apontando hoje e que a delação do Vorcaro não envergonhe o PT do Distrito Federal.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado.

Concedo a palavra ao deputado Max Maciel.

DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL. Para discutir.) – Presidente, a discussão do projeto já está exaustiva. Nós sabemos um pouco do cenário.

No meu breve tempo, quero fazer um histórico.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Gostaria de garantir a palavra do deputado Max Maciel, por gentileza.

DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL. Para discutir.) – Presidente, como fica gravado, quero relembrar alguns dados para que, lá na frente, possamos ter a tranquilidade de voltar a fita – como diziam antigamente – e rever o que se diz hoje.

Em 2024, quando aqui chegou o projeto para a compra do Banco Master, nós denunciemos que havia uma coisa mal explicada. Aconteceu o que está acontecendo agora, quando ninguém consegue debater conosco o projeto. Ninguém consegue apresentar contra-argumentos, dados sobre quanto dinheiro vai voltar para o Distrito Federal ou garantias, de fato, de que os concursos não serão paralisados e o banco será salvo. Ninguém fala sobre isso, nenhum dado assim chegou para nós. Nós é que estamos no esforço pedagógico de tentar buscar isso.

Em 2025, quando viram que não deu certo, vieram com outros projetos para tentar salvar o banco. Quiseram comprar o banco por R\$2 bilhões, deputado Chico Vigilante. Depois descobrimos que havia R\$30 bilhões de negócios feitos com o Master; desses, no final das contas, recuperaram R\$20 bilhões e R\$12 bilhões estão a fundo perdido. Ninguém sabe o que vai ser feito a respeito disso.

Chegaram com outra proposta – eu me lembro do sindicato me vaiando por isso – em que apresentaram terrenos como salvaguarda. Nós falamos que havia problema com os terrenos. O terreno resolveu o problema do BRB-Master?

O sindicato tinha que exigir explicações do governo, uma vez que os terrenos servirem como garantia foi aprovado nesta casa. Eles não foram dados como garantia para que não se precisasse de outros recursos? Sabem por que foi diferente? Porque o mercado sabia que os terrenos tinham problemas – e nós avisamos desses problemas.

Mais uma vez, chega aqui um projeto, senhores. Eu estou falando com bancários. Se eu for à agência dos senhores, vocês vão me apresentar um empréstimo sem me dizer a taxa de juros? Vocês vão me apresentar um empréstimo sem me dar a oportunidade de ver a garantia? Se vocês que estão rindo fazem isso, eu vou tirar a minha conta do BRB, aberta desde 2010, por não ter mais confiança na equipe e na gerência do meu banco. Por quê?

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL. Para discutir.) – Eu não vendi nada, meu amigo.

O que estou dizendo é – colocando-me no lugar dos senhores – que, quando vou a uma agência do BRB pedir um empréstimo, vocês me concederiam sem informar a taxa de juros? Ou, ao solicitarem um empréstimo em qualquer banco, inclusive consignado no próprio banco dos senhores, vocês não querem saber o prazo? Mas os funcionários do BRB querem que eu vote um projeto que não apresenta o prazo nem a taxa de juros desse empréstimo para o Distrito Federal? Desculpem-me, eu não assino, e essa responsabilidade não vai cair sobre nós. Sabem por quê? Anotem. Eu disse isso, presidente, há um mês e vou repetir para o sindicato anotar.

Vocês vão voltar aqui – eu disse isso quando da votação dos terrenos – e sabem quem estará defendendo vocês? Aqueles que vocês estão vaiando hoje, porque somos nós que estamos na rua, lado a lado, quando vocês são atacados.

O que estamos dizendo é que vocês deveriam pedir ao Governo do Distrito Federal um projeto que resguardasse de fato os seus empregos. O projeto atual não garante isso. Sabem por quê? Porque, quando o Distrito Federal não conseguir pagar e recorrer ao STF – como outros estados já fizeram, ao tentarem evitar a perda da própria liquidez e tirar o estado da dificuldade –, sabem quem serão os primeiros sacrificados? Os trabalhos de vossas senhorias. Podem anotar isso no papel e deixar registrado.

O governo deveria apresentar a esta casa um projeto que prevísse que, caso o banco seja liquidado ou federalizado, os empregos sejam garantidos dentro da estrutura do Governo do Distrito Federal ou em cartório. Quem tem que dizer isso é o governo de Brasília.

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL. Para discutir.) – Nós pedimos isso, mas fomos derrotados nas emendas, meu amigo. Você não viu.

Esse é o problema de vocês. Vocês estão nos vaiando e apoiando o João de pé de barro. Pesquisem essa história. Os senhores estão alimentando o João de pé de barro, que vai pisar nas suas cabeças.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado Max Maciel.

Continua a discussão.

Concedo a palavra ao deputado Gabriel Magno, que foi citado anteriormente.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT) – Presidente, fui citado pelo deputado Hermeto e responderei brevemente.

Estou muito tranquilo em relação à delação de Vercaro e de Paulo Henrique. Sempre tive uma posição nítida e transparente sobre o caso Master. Quem roubou deve pagar.

Primeiro, estou tranquilo porque não existe nenhuma investigação que envolva meu nome

na Polícia Civil ou na Polícia Federal, relacionada a desvio de emenda, aluguel de escola ou qualquer outro tipo de irregularidade. Não há investigação sobre meu mandato ou minha pessoa. Estou muito tranquilo.

Em segundo lugar, quem está sem dormir e com muito medo é o governador Ibaneis. Ele está desesperado porque pode ser preso e teme a delação. Quem defendeu o Ibaneis – “meu grande amigo, a quem sou muito leal” – não foi a bancada do PT e não fui eu. Quem, em reunião a portas fechadas na salinha, no ano passado, afirmou que Paulo Henrique era o melhor presidente da história do BRB não fui eu. Portanto, há deputado que pode ter medo. Eu não tenho, o PT não tem.

Convido quem deseja investigar a assinar o requerimento de abertura da CPI. Quem tem medo da investigação e da CPI não é o PT nem o nosso mandato.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado Gabriel Magno.

Continua a discussão.

Concedo a palavra ao deputado Chico Vigilante, que foi citado anteriormente.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, tenho bastante respeito pelo deputado Hermeto. Quem deve estar preocupado com o desvio é Ibaneis Rocha.

O Vorcaro, presidente, tem que dizer o valor liberado para a compra daquela fazenda no Paraguai. O Vorcaro tem que dizer como ele transferiu R\$150 milhões para o Paulo Henrique.

O Partido dos Trabalhadores está bastante tranquilo em relação à delação de Vorcaro. Não temos nenhuma preocupação. No entanto, inserir esse tema nesta discussão não tem absolutamente nada a ver, presidente. O senhor Ibaneis é quem deve estar preocupado. Ele deve estar preocupado!

Portanto, nós do Partido dos Trabalhadores – deputado Wellington Luiz, vossa excelência me conhece bastante – nunca andamos nos aviões do Vorcaro, não fumamos aqueles charutos do Vorcaro e não estivemos em Dubai.

Sabe o que me deixa triste mesmo, presidente? É trabalhador bancário ser emprenhado por discurso da extrema-direita e vaiar trabalhador neste plenário. Isso é o que me deixa triste.

Presidente, eu solicito votação nominal deste projeto para que fique registrado nos anais da casa.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Continua a discussão.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados que aprovam o projeto que votem “sim” e aos que o rejeitam que votem “não”.

(Realiza-se a votação nominal.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Votação encerrada.

O projeto foi aprovado, em primeiro turno, com 11 votos “sim”, 9 votos “não” e 1 abstenção. Esse é o resultado da votação.

DEPUTADA DOUTORA JANE (REPUBLICANOS) – Presidente, solicito a palavra para declaração de voto.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADA DOUTORA JANE (REPUBLICANOS. Para declaração de voto.) – Boa noite a todos.

Presidente, preciso fazer esta declaração de voto. Eu não fico em cima do muro. Nunca fico. Até porque dizem que o muro é do capeta. Eu tenho que estar de um lado ou do outro, e o meu

voto foi pela abstenção.

Quero começar dizendo algo à governadora Celina Leão – tenho certeza de que ela está acompanhando a votação. Eu conheço o trabalho dela, confio no que ela faz e acredito na boa vontade dela na tentativa de salvar o BRB.

A minha abstenção foi porque, em momento nenhum, presidente, senti segurança para votar. Eu não consegui dissociar este momento de todo o processo, que, para mim, começou quando o presidente Paulo Henrique veio a esta casa pedir que o Banco Master fosse comprado. O valor era de R\$2 bilhões. Ele disse que seria uma ampliação para o BRB e que o DF teria ganhos. Naquele momento, não havia um único documento escrito, mas ele tinha a seu favor, sendo presidente do banco, a boa-fé, que está nas palavras de cada servidor público. Então, nós acreditamos nele e votamos favoravelmente ao projeto.

Posteriormente, veio a público – todos estão acompanhando – a notícia de que ele pediu autorização para comprar o banco por R\$2 bilhões e já havia feito negócios em torno de R\$30 bilhões. Não vou dizer que fui enganada, mas, naquele momento, eu me senti traída. A despeito disso, dei o meu voto consciente, acreditando que estava votando pela população de Brasília, a favor do DF e para que o BRB crescesse e se fortalecesse. Isso não aconteceu.

Veio a quebra, o Paulo Henrique foi preso, e hoje qual é a situação que temos? Ainda não foram recuperados esses ativos. Se tivessem sido, com certeza a situação seria diferente. O presidente Nelson não veio a esta casa, como foi ao Senado Federal hoje se explicar. Eu assisti a tudo o que foi dito por ele lá e também a uma entrevista. Ele falou que há uma auditoria independente, feita por Machado Meyer e pela Kroll, e que não disponibilizará o resultado dessa auditoria para a governadora, muito menos para esta casa, e citou os 5 órgãos que irão recebê-la. Se os resultados dessa auditoria chegassem até nós, poderíamos fazer uma avaliação e, neste momento, votar.

Como delegada de carreira que sou, se eu fizer um paralelo com um inquérito policial, por exemplo, e, ao final, não me sentir segura, vou pedir mais informações. E foi exatamente assim que me senti hoje.

Então, eu sinto muito, acredito nos colegas parlamentares, não vou questionar o voto de ninguém, nem pelo “sim” nem pelo “não”, mas preciso ter coerência com a minha postura e com tudo que fiz e faço nesta casa.

Hoje nós não temos certeza de que esses R\$6 bilhões – isto foi dito pelo Valdivino, na terça-feira passada, quando veio a esta casa – serão suficientes para salvar o BRB e que faltariam alguns condicionantes. Então, são muitos os “se” que precisam se perfazer para que o salvamento aconteça.

Quero dizer aos servidores do BRB que tenho o mais absoluto respeito por vocês, por ser servidora pública e saber que são famílias e que precisam, com certeza, garantir os seus empregos, mas, hoje, infelizmente, a situação ficou muito maior do que a vida de vocês, que é muito importante. É uma situação muito maior e com muitas implicações.

Eu quero dizer que o meu voto foi por falta de condições, de elementos mínimos para que nós pudéssemos votar.

Eu espero – confio muito – que as apurações punam quem realmente praticou isso contra o Governo do Distrito Federal.

Parabenizo a governadora Celina Leão, porque ela teve coragem de tomar uma decisão que acredita que vai salvar o BRB. Desejo que esses R\$6 bilhões sejam suficientes, mas, infelizmente, eu não tive condições hoje de garantir esse voto junto com a base do governo.

Obrigada, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputada.

DEPUTADA PAULA BELMONTE (PSDB) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADA PAULA BELMONTE (PSDB) – Presidente, eu quero que vossa excelência tenha a mesma benevolência de tempo conforme foi assegurada agora.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Nenhum parlamentar pode reclamar do tratamento que eu dou a vocês.

DEPUTADA PAULA BELMONTE (PSDB) – É só um pedido.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – É dispensável o pedido de vossa excelência, porque eu trato todos da mesma maneira, deputada.

DEPUTADA PAULA BELMONTE (PSDB) – É porque eu não fui tratada da mesma maneira, presidente. Eu quero pedir essa benevolência. Por quê? Porque nós estamos tratando de uma situação muito séria. Eu sei que o senhor sabe da seriedade dessa situação, e este parlamento sabe. É importante deixar registrado.

Foi muito boa a fala da deputada que me antecedeu, porque ela é uma deputada da base e trouxe questões importantes. Quais são elas? Nós não sabemos o quanto de juros vamos pagar. A proposição do governo é de 4,5% mais IPCA, mas isso não está escrito em lugar nenhum! Pode ser 4,5%, pode ser 5%, pode ser 10%. Não está escrito!

Com relação à assinatura do contrato. Como nós estamos votando um compromisso em que não há assinatura? Eu achei muito boa a fala do deputado Max Maciel: "Como eu vou ao banco pegar um empréstimo se eu não tenho a assinatura do contrato?". É isso o que está acontecendo. A Câmara Legislativa e os parlamentares estão votando um projeto que não tem assinatura, não tem juros! Quem vai pagar essa conta?

Outra coisa é a postura do presidente do BRB. Muitos de nós falamos que esta casa tem legitimidade para votar, mas o presidente do BRB não deu atenção para esta casa, para os senhores. Ele não veio defender os senhores. Ele foi defender os senhores lá no Senado Federal. E sabem o que o Senado Federal, neste momento, pode fazer? Nada! Nada, porque a conta do GDF quem vai pagar somos nós.

Hoje, não há 2 governos. Não há o governador – segundo o próprio ministro da Economia, ele vai ser preso – e não há a governadora. Há um governo só. Esse governo foi atuante, porque, várias vezes em que nós votamos projetos do BRB, nós tínhamos a presença do Governo do Distrito Federal. Não existe um governo separado, existe um só governo! Com todo respeito, a governadora Celina – com quem exerci meu mandato na Câmara dos Deputados – vir dizer que ela não sabia, que não estava sabendo parte disso, não é verdade ou ela não sabe governar. Como é que você é uma vice que não acompanha o governo?

Eu quero dizer à população que os deputados da Câmara Legislativa – eu não, porque eu tenho aqui registrado o meu voto – estão votando um contrato que não tem assinatura, que não se sabe quanto será pago de juros e não temos a presença do BRB. Além do que, não sabemos qual é o prejuízo. O senhor sabe qual é o prejuízo, deputado Chico Vigilante? O senhor sabe qual é o prejuízo, líder do governo? Ninguém sabe. Tanto é que há deputados que fazem felicitações à governadora, mas não assinam embaixo o que ela está fazendo.

Muito obrigada, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputada Paula Belmonte.

(Manifestação na galeria.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito aos policiais legislativos que retirem os 2 da galeria. Podem retirar todos eles, imediatamente, por gentileza. Não há diálogo, é para retirar. Aqui não é casa de mãe joana, não. É para retirar. Aqui é a casa do povo.

(Manifestação na galeria.)

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, solicito a palavra para declaração de voto.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para declaração de voto.) – Presidente, confesso que estou muito triste com tudo que está acontecendo aqui. Eu estive na celebração de *Corpus Christi*, na Esplanada dos Ministérios, e ouvi a fala do dom Paulo pedindo respeito e dizendo que estava na hora de nós acabarmos com a divisão neste país e de termos respeito às pessoas – eu estava lá. Depois, ouvi a fala do papa Leão XIV, dizendo que o mundo precisa de unidade, não dá para continuar desse jeito.

Presidente, ver aqui, na sede do parlamento, tanta intolerância das pessoas, é algo que me deixa realmente triste, deputada Paula Belmonte, porque são pessoas que têm de estar preparadas para atender demandas nas agências bancárias, aonde chegam pessoas desesperadas.

(Manifestação na galeria.)

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para declaração de voto.) – Olhem a resposta que elas dão. Por que eu estou votando contra? Eu estou votando contra, presidente...

(Manifestação na galeria.)

(Assume a presidência o deputado Ricardo Vale.)

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para declaração de voto.) – Enquanto não pararem, eu não prossigo. Quero a restituição do meu tempo, deputado Ricardo Vale.

(Manifestação na galeria.)

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Por favor, deixem o parlamentar terminar, depois vocês se manifestam. Isso é questão de respeito. Vocês falam de respeito? Respeitem o parlamentar, deixem-no falar. Ele está com a palavra.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para declaração de voto.) – Presidente, restitua o meu tempo, por favor.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Pois não, está garantido o tempo.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para declaração de voto.) – Presidente, enquanto o Paulo Henrique estava aqui mentindo, dizendo que precisava de autorização para a compra do Banco Master por R\$2 bilhões, ele já havia comprado R\$30 bilhões.

O BTG Pactual havia oferecido R\$1 pelo Banco Master. Eu subi a esta tribuna naquele dia, presidente, e disse que estava disposto a ser banqueiro; eu pagaria R\$2. Vossa excelência se lembra disso. Eu pagaria R\$2. Só que o Paulo Henrique mentiu.

Deputado Fábio Félix, enquanto era feita essa negociata, servidores do Governo do Distrito Federal se suicidavam porque não conseguiam mais pagar as contas dos superendividados. São dezenas de pessoas que se suicidaram. Nós não vamos ter compaixão por essas pessoas? Enquanto nós estávamos aqui fazendo essa entrega, o banqueiro bandido fazia degustação de uísque e charuto que custam 10 milhões de dólares. Enquanto nós estávamos aqui entregando o BRB para essa camarilha de bandidos, deputado Gabriel Magno, era patrocinado campeonato de vela em Dubai. Enquanto denunciávamos isso, o governador do Distrito Federal recebia uma fazenda no Paraguai – a Polícia Federal está chegando.

Portanto, presidente, o que está sendo votado hoje não salva o BRB. Afundaram o BRB, quebraram o BRB e roubaram o Distrito Federal! Esse é o resultado dessa negociata. Por isso, votei contra.

(Assume a presidência o deputado Wellington Luiz.)

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP) – Presidente, solicito a palavra para

declaração de voto.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Para declaração de voto.) – Presidente, algumas coisas me trazem certa apreensão. Peço que tenhamos calma, porque as vaias que os deputados da esquerda estão recebendo aqui hoje nós também já recebemos por defender o nosso posicionamento. Lembro-me de uma vez em que fiquei até nervoso por causa de uma vaia dessas, e houve um deputado – não vou citar o nome dele, para não lhe dar direito de resposta – que falou: “Calma, pastor, é assim mesmo.” Isto aqui é o parlamento. Aqui se exerce a democracia, o seu direito. Mas respeitem: aplaudam ou vaiem depois que o parlamentar falar. Nós precisamos entender isso.

Só não consegui entender – e também não vou citar nome da parlamentar, para não lhe dar direito de resposta – uma deputada que falou ainda há pouco, jogando a culpa na Celina. Dizer que ela sabia é muita maldade. Desculpe-me, é muita maldade falar que ela sabia. Já tive a oportunidade de trabalhar com um vice-governador que acabou virando oposição ao governador – seu avô, você se lembra disso, deputado Joaquim Roriz Neto? –, o Benedito Domingos. Houve toda uma dificuldade e eles romperam. O vice não tem acesso, o vice não tem comando, o vice não tem caneta. Ninguém vota em vice, vota no governador. Afinal, votaram no 15, não votaram no 11. Ela é 11. Isso não é justo!

Vossa excelência, que me antecedeu, sempre, quando imagina que é atacada, evoca: “É só porque eu sou mulher!”. A senhora está atacando uma mulher, uma mulher honrada – não uma mulher qualquer. É uma mulher que tem história, que foi deputada distrital, que foi assessora e chefe de gabinete – da sua mãe, deputado Joaquim Roriz Neto. Olhem o histórico dessa governadora! Ela só chegou agora ao Palácio do Buriti.

Celina, deputado Pepa, é do nosso partido. O líder do governo nesta casa foi meu líder até ainda há pouco. Nós sabemos quem é essa mulher. É uma mulher simples. Eu sou pastor dela e me estresso com ela, como fiz estes dias, na tribuna, porque isto aqui é o parlamento. Mas liguei para ela, pedi desculpas, pedi perdão. Esta noite, eu e minha família estávamos de joelhos, orando, pedindo a Deus tranquilidade para esta cidade, para a governante e para todos nós também.

Não vai adiantar fazer discurso para, daqui a pouco, ele já estar na internet. Isso é discurso para foto! Sejam sinceros: nós estamos precisando de paz nesta cidade. Nós estamos precisando olhar para esse pessoal, para socorrer esse pessoal. Gente, isto aqui não é teatro, não é teatro!

Meu coração, deputados, era por não votar. Acho que há muito erro, sim, nesse projeto que veio para cá. Mas nós estamos exercendo um direito que nos é inerente: votar ou não votar. Dei meu voto com extrema tranquilidade e estou pronto para pagar o preço dele. Estou tranquilo com isso. Garanto uma coisa a Brasília: não sou bandido, não sou leviano, não ganhei R\$1, nunca ganhei, trabalho toda a minha vida, com muita tranquilidade.

Ontem, minha esposa falava: “Faça esse discurso na Câmara Legislativa, faça esse discurso”, e eu o estou fazendo por ela. Estou fazendo isto pela minha esposa, pelas minhas filhas. Votei com a minha consciência, tranquilo. E estou pronto para pagar pelo meu voto. Votei porque estou dando um crédito de confiança para a governadora, que acabou de assumir e que está pagando todo o preço para consertar esta cidade.

Espero que todos os bandidos que assaltaram o BRB, que fizeram isso com Brasília, vão para trás das grades e apodreçam lá!

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL) – Presidente, solicito a palavra para declaração de voto.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL. Para declaração de voto.) – Presidente, eu queria fazer um apelo aos parlamentares para nós fazermos uma discussão sobre a investigação desse tema.

O deputado que me antecedeu, o deputado Pastor Daniel de Castro, falou sobre a apuração rigorosa de quem roubou o Distrito Federal e roubou o BRB. Todo mundo tem feito discursos sobre isso. Eu acho que nós precisamos construir um grande movimento nessa cidade, suprapartidário, para que os agentes políticos do Distrito Federal, os agentes administrativos, aqueles que operaram esse esquema sejam punidos.

Não é natural o que está acontecendo agora. Nós estamos passando aqui já por uma terceira etapa de votação sobre o tema, isso não é razoável. Isso não deveria estar em debate no parlamento. Nós queremos a investigação sobre isso. Nós precisamos da comissão parlamentar de inquérito instalada.

Presidente, se há uma unidade da Federação com responsabilidade sobre esse tema é o DF, porque ele é o centro da discussão. E nós precisamos nos comprometer com isso. Esse dinheiro foi para algum lugar, foi para onde? Se o governador Ibaneis Rocha foi convencido a mandar o projeto de lei e atuou diretamente com os parlamentares para aprovarem o projeto de lei a toque de caixa, por que ele fez isso? Quem aconselhou ele? Se ele se reuniu com o Vercaro para tomar vinho do bom e do melhor, qual foi o assunto dessa reunião? Como foi o papo? Nós queremos saber o que aconteceu. Nós queremos saber para onde foi o dinheiro. Este é o nosso papel: cobrar.

Então, acho que nós temos que fazer um pacto, independentemente do resultado do que aconteceu hoje, um pacto pela investigação. Esse dinheiro precisa voltar para o BRB. E é isso que nós queremos, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado Fábio Félix.

Não há mais assunto a tratar. Nos termos do Regimento Interno, convoco sessão extraordinária com início imediato após o encerramento desta sessão para apreciação dos seguintes projetos:

- Projeto de Lei nº 1.910/2025;
- Projeto de Lei nº 2.330/2026;
- Projeto de Lei nº 2.363/2026.

Está encerrada a sessão.

Observação: nas notas taquigráficas, os nomes próprios são reproduzidos conforme informados pelo Cerimonial ou pelos organizadores dos eventos.

Todos os discursos são registrados sem a revisão dos oradores, exceto quando indicado, nos termos do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Siglas com ocorrência neste evento:

ACO – Ação Cível Originária
Caesb – Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal
Capag – Capacidade de Pagamento
CAS – Comissão de Assuntos Sociais
CCJ – Comissão de Constituição e Justiça
CEB – Companhia Energética de Brasília
CEOF – Comissão de Economia, Orçamento e Finanças
CLDF – Câmara Legislativa do Distrito Federal
CNF – Confederação Nacional das Instituições Financeiras
Cras – Centro de Referência de Assistência Social
Creas – Centro de Referência Especializado de Assistência Social
FGC – Fundo Garantidor de Créditos
FPE – Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal
FPM – Fundo de Participação dos Municípios
GDF – Governo do Distrito Federal
GMD – Gabinete da Mesa Diretora

Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias
LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PAF-DF – Procedimento Administrativo Fiscal do Distrito Federal
PDAF – Programa de Descentralização Administrativa e Financeira
PDPAS – Programa de Descentralização Progressiva de Ações de Saúde
PEC – Proposta de Emenda à Constituição
Pelo – Proposta de Emenda à Lei Orgânica
PLe – Processo Legislativo Eletrônico
PPGG – Políticas Públicas e Gestão Governamental
Prat – Programa de Assentamento de Trabalhadores Rurais
Seagri-DF – Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal
Sindireta – Sindicato dos Servidores Públicos Civis da Administração Direta, Autarquias, Fundações e Tribunal de Contas do Distrito Federal
SINDPPGG – Sindicato dos Servidores da Carreira de Políticas Públicas e Gestão Governamental do Distrito Federal
Sindser – Sindicato dos Servidores e Empregados da Administração Direta, Fundações, Autarquias e Empresas Públicas do Distrito Federal
STF – Supremo Tribunal Federal
SUS – Sistema Único de Saúde
UBS – Unidade Básica de Saúde
UPA – Unidade de Pronto Atendimento
UV – Unidade de Venda
ZEE – Zoneamento Ecológico-Econômico

As proposições constantes da presente ata circunstanciada podem ser consultadas no [portal da CLDF](#).



Documento assinado eletronicamente por **ALESSANDRA RODRIGUES BARBOSA - Matr. 24419**, Chefe do Setor de Registro e Redação Legislativa, em 12/06/2026, às 18:12, conforme Art. 30, do Ato da Mesa Diretora nº 51, de 2025, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 62, de 27 de março de 2025.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
Código Verificador: 2706696 Código CRC: 40796687.

Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, Piso Inferior 1, Sala TI.3 - CEP 70094-902 - Brasília-DF - Telefone: (61)3348-9241
www.cl.df.gov.br - serel@cl.df.gov.br

00001-00023097/2026-48

2706696v16

Ata Circunstanciada da 51ª Sessão Ordinária



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA SECRETARIA
Diretoria Legislativa
Setor de Registro e Redação Legislativa



ATA DE SESSÃO PLENÁRIA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA ATA CIRCUNSTANCIADA DA 51ª SESSÃO ORDINÁRIA, DE 10 DE JUNHO DE 2026.	
INÍCIO ÀS 15H10	TÉRMINO ÀS 16H04

PRESIDENTE DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Como não se verifica o quórum de presença, suspendo os trabalhos até que ele se complete.
(Os trabalhos são suspensos.)

PRESIDENTE DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Reinício os trabalhos. Está aberta a sessão.

Dá-se início ao comunicado de líderes.
Concedo a palavra ao deputado Pastor Daniel de Castro. (Pausa.)
Concedo a palavra ao deputado Iolando. (Pausa.)
Concedo a palavra deputado Thiago Manzoni. (Pausa.)
Concedo a palavra ao deputado Max Maciel pela liderança do PSOL-PSB.

DEPUTADO MAX MACIEL (Bloco PSOL-PSB. Como líder.) – Presidente deputado Chico Vigilante, antes de fazer meu pronunciamento, peço a vossa excelência 1 minuto de silêncio, pois, infelizmente, nós perdemos o Vitinho, o professor Vitor, do PT de Ceilândia. Eu o conheci quando estava no PT. Nós fizemos vários trabalhos em conjunto pela cidade. Ele era membro e foi diretor do samba da Guariba. Vitinho nos deixou no dia de hoje, então, peço que façamos 1 minuto de silêncio em memória desse amigo e companheiro.

PRESIDENTE DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Esta presidência acata a solicitação de vossa excelência.
(Observa-se 1 minuto de silêncio.)

PRESIDENTE DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Concedo a palavra ao deputado Max Maciel.

DEPUTADO MAX MACIEL (Bloco PSOL-PSB. Como líder.) – Obrigado, deputado Chico Vigilante. Boa tarde a todos e a todas que nos acompanham pela TV Câmara Distrital, bem como aos presentes no plenário.

Deputado Chico Vigilante, a câmara federal pode aprovar na data de hoje a redução da maioria penal. Colocaram de novo esse projeto na pauta, mais uma vez sem debatê-lo com a

sociedade, usando argumentos rasteiros, que provocam, sim, debates polêmicos. Eles usam dados inflados para colocar a população a favor dessa pauta, achando que isso vai resolver o problema da violência no país.

O que quero, no início desta fala, denunciar é que, na verdade, a extrema-direita coloca essas pautas polêmicas exatamente como cortina de fumaça para não fazer o debate sincero sobre a delação do Vorcaro, na qual estão envolvidos vários personagens.

Para falar sobre a redução da maioria penal, quero lembrar uma fala que fiz nesta tribuna há algum tempo, quando o então governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro, realizou, como vários governos da extrema-direita, uma ação que ele achava que reduziria a violência. Ele colocou a polícia em um confronto direto nas comunidades do Rio de Janeiro. A polícia subiu o morro, e mais de 80 pessoas morreram. Ninguém foi preso, embora o Ministério Público estivesse buscando responsabilizações. Houve pânico moral, drama na comunidade, mas o tráfico continua naqueles territórios.

E sabem qual foi o *plot twist* disso tudo? Foi que o mesmo Cláudio Castro renunciou ao cargo para tentar evitar sua cassação, mas foi cassado pelo Tribunal Superior Eleitoral por abuso de poder. O mesmo Cláudio Castro é alvo de investigação da Polícia Federal por supostos desvios. E ontem saiu a notícia de que a possível delação do Vorcaro o inclui como um dos que receberam mesada.

O crime, então, não estava no morro que a polícia subiu. Morreram policiais, infelizmente, e morreram também dezenas de pessoas, que sequer saberemos se tinham algum tipo de envolvimento com o crime, se estavam devendo à justiça. Enquanto isso, o crime ocorria dentro do palácio, ao fazerem articulações, ao combinarem jogadas em benefício próprio, visando interesses escusos.

Quando o Congresso Nacional não quer debater os temas sérios da população e não quer chamar a população para um debate sincero, com dados, coloca-se uma cortina de fumaça para se tentar, mais uma vez, encobrir o que está para vir à tona.

Ontem, nós tentamos exaustivamente resolver esse problema. Deputado Gabriel Magno, nós até sofremos ataques nas nossas redes sociais com a acusação de que somos contra o banco. Nós fomos acusados de sermos contra o banco – justamente nós, que não queríamos que o BRB fosse vendido para o Banco Master, que não queríamos a negociação de R\$30 bilhões, que estamos pedindo punição, que estamos pedindo a CPI nesta casa. Para eles, somos nós os que querem ver o banco falir.

Felizmente, o tempo dirá quem estará certo. O nosso lamento é que a população do DF talvez venha a viver, de fato, o drama que será a ausência de investimento massivo do Estado, devido ao rombo que esse banco e suas ações deixaram para a população.

Encerro minha fala com muita tranquilidade. Podem inventar mentiras, podem me atacar. Pessoal, a melhor coisa que eu tenho é a tranquilidade de sair, andar pelas ruas, sentar-me em qualquer lugar, convicto das minhas posições. Prefiro ser sincero e tomar vaia a mentir, e depois fingir que nada aconteceu.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Passo a presidência ao vice-presidente desta casa, deputado Ricardo Vale. Peço a vossa excelência que siga a ordem dos inscritos e me conceda a palavra para falar em nome da liderança do Partido dos Trabalhadores.

(Assume a presidência o deputado Ricardo Vale.)

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Concedo a palavra ao deputado Chico Vigilante, líder do PT nesta casa e meu companheiro de bancada.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Como líder.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, quero dialogar com os senhores e, inclusive, com as pessoas que estão assistindo a esta

sessão pela TV Câmara Distrital e com a imprensa presente. Eu quero fazer uma cobrança.

Nós já estamos na chamada segunda versão de proposta de delação premiada do bandido chamado Daniel Vorcaro. Está em curso também uma suposta delação do Paulo Henrique.

Os meios de comunicação, de maneira restrita, deputado Ricardo Vale, começam a dizer que há deputados desta casa mencionados na delação do Paulo Henrique. Sabe, deputado Gabriel Magno, estão dizendo que há 3 deputados envolvidos e estão citando até o valor que teriam recebido, R\$150.000 cada um.

Portanto, eu exijo que a Câmara Legislativa se dirija à Procuradoria-Geral da República e à Polícia Federal para requisitar os autos dessa proposta de delação premiada do Paulo Henrique.

Eu tenho o direito e quero saber quem são os deputados envolvidos. Nós somos 24. Alguém se sente bem sabendo que soltam de maneira muito vaga que há 3 deputados que teriam andado nos aviões do Vorcaro e teriam recebido R\$150.000? Quem são os deputados? Eu tenho a consciência limpa, absolutamente tranquila de que eu não recebi nada, de que eu nunca vi o Vorcaro na minha frente, de que eu não recebi nenhum centavo. Mas eu quero saber quem recebeu. Se não receberam, que fique claro que ninguém recebeu. O que não pode é ficar circulando entre os 24 deputados a informação de que alguém recebeu dinheiro do Vorcaro, porque, se recebeu, tem que ser aberto o processo disciplinar de cassação do mandato. As coisas não podem ficar pairando no ar desse jeito.

Portanto, eu estou exigindo da Câmara Legislativa que faça isto: dirija-se à Polícia Federal e ao Ministério Público e requirite esse esclarecimento.

Deputado Pastor Daniel de Castro, não aceito que fique pairando sobre nós 24 deputados essa dúvida, e que as pessoas fiquem olhando e se perguntando: "Será que foi fulano? Será que foi beltrano?" Não. Quem recebeu? Se não recebeu, que se diga de uma vez por todas que ninguém recebeu.

O segundo ponto que eu quero abordar no dia de hoje é com relação à campanha salarial dos vigilantes do Distrito Federal. Nós estamos no dia 10 de junho. A data-base é 1º de janeiro, e até hoje o sindicato patronal não teve a dignidade de apresentar uma proposta digna para que seja negociada e assinada uma convenção coletiva. Os vigilantes hoje farão uma assembleia. Eu tenho certeza de que será uma assembleia gigante. Os vigilantes vão caminhar para a organização de uma paralisação geral da categoria no Distrito Federal; e o responsável por essa paralisação chama-se Luis Gustavo, que é o presidente do sindicato patronal e não tem nenhum respeito e nenhum apreço pelos profissionais vigilantes do Distrito Federal.

Por falar em vigilantes, quero dizer do prazer, da alegria que eu tive ontem quando da assinatura do decreto de regulamentação do Estatuto da Segurança Privada pelo presidente Lula. Uma das coisas que mais me emocionou e me deixou feliz ontem – eu fiquei realmente emocionado, eu conheço o presidente Lula há quase 50 anos, ele esteve nos apoiando na primeira greve que fizemos em 1979 –, deputado Ricardo Vale, foi que o presidente Lula, na hora da assinatura, me chamou e falou: "Chiquinho, hoje você vai falar da tribuna presidencial. Não é daquela tribuna lá, não. Você vai falar aqui da tribuna presidencial, para demonstrar que você sempre esteve do lado certo, na defesa que faz dos trabalhadores e das trabalhadoras do Brasil, especialmente dos terceirizados."

Aquele momento me tocou profundamente, porque foi o reconhecimento do meu trabalho pela maior liderança política que temos hoje no Brasil e no mundo, que é o presidente Lula.

Depois, quando terminou, ele falou: "Você nem disse que eu sou seu compadre". É que eu não fico espalhando por aí que o Lula é meu compadre, mas ele é meu compadre, padrinho do meu filho mais velho.

Obrigado, Lula. Um abraço.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Parabéns por esse momento com o presidente Lula, deputado Chico Vigilante, pelo reconhecimento do presidente Lula pela sua trajetória política, pela sua história em defesa dos trabalhadores, em especial a dos vigilantes e dos terceirizados do nosso país. Realmente, imagino a alegria que o senhor deve ter sentido ali, ao lado do presidente, no palácio, ao receber essa homenagem. Não é qualquer pessoa que o Lula coloca para falar na tribuna do palácio. Portanto, parabéns! O senhor merece. Conheço sua trajetória, tive a oportunidade de trabalhar com você por praticamente 2 mandatos e sei da sua seriedade e do seu comprometimento com os trabalhadores, especialmente com os vigilantes. Parabéns! Justa homenagem.

Quem sabe um dia eu consiga também chegar lá, deputado Chico Vigilante, e ser homenageado pelo presidente Lula. Vamos continuar trabalhando. Um dia nós chegamos lá.

Lula é o cara!

Concedo a palavra ao deputado Gabriel Magno.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (Minoria. Como líder.) – Obrigado, presidente, deputado Ricardo Vale. Boa tarde a todas as pessoas.

Deputado Ricardo Vale, quero iniciar também prestando homenagem e registrando minha solidariedade à família, aos amigos, companheiros e companheiras do Vitinho, dirigente sindical e professor da rede privada. Ele era dirigente do Sinproep, Sindicato dos Professores em Estabelecimentos Particulares de Ensino do Distrito Federal, e faleceu ontem. Era militante do Partido dos Trabalhadores, do PT de Ceilândia, era militante da corrente sindical da qual também fiz parte durante a minha atuação no movimento sindical, a CSD.

Quero deixar registrada a nossa homenagem à história, à vida e à luta do Vitinho, bem como nossa solidariedade a todos aqueles e aquelas que sofrem muito no dia de hoje, após a perda de uma jovem liderança da nossa cidade.

Presidente, o que me traz aqui é a abordagem de alguns temas.

O deputado Max Maciel fez esse alerta necessário sobre mais um retrocesso e um golpe que o Congresso, a parte inimiga do povo no Congresso Nacional, a bancada da extrema-direita e a do centrão, que querem, mais uma vez, atacar os direitos fundamentais do povo brasileiro com a redução da maioria penal.

A CCJ aprovou a PEC que reduz a maioria penal para 16 anos. Esse é um debate civilizatório, que precisamos fazer com muita coragem, transparência e honestidade. A redução da maioria penal não resolve o problema da violência. A estrutura carcerária e penal brasileira não tem resolvido o problema da violência. Pelo contrário, cria, mais uma vez, distorções socioeconômicas e raciais estruturais nas condições e oportunidades para a juventude brasileira; distorções estruturais que tentam criminalizar uma parte importante dessa juventude.

Aqueles que defendem essa lógica vangloriam-se do discurso de que bandido bom é bandido morto, de que não se deve passar pano para bandido. Isso quando se trata, deputado Chico Vigilante, de um jovem negro da periferia. Porém, quando o bandido é um amigo, um governador ou um banqueiro que rouba bilhões de reais, o discurso muda, não é bom que esse bandido seja morto nem preso; é melhor proteger esse bandido. Surge, então, a PEC da Blindagem, a passagem de pano para deputados que fugiram do Brasil – recentemente foi revelado o caso da família Bolsonaro, que recebeu 24 milhões de dólares pagos pelo Vercaro e pelo Banco Master para a produção de um filme. Para essa turma, o discurso muda: o bandido bom passa a ser aquele que se protege, por ser amigo e financiador de interesses.

É lamentável o que está acontecendo, mais uma vez, no Congresso Nacional, em vez de se fazer o que deveria ser feito.

Nós trouxemos esse debate, deputado Ricardo Vale e, ontem, mais uma vez, denunciamos o

golpe que essa turma que roubou o Distrito Federal, agora, pretende aplicar na população.

Quero dialogar com aqueles que colocaram na mesa que a única solução para o BRB seria condenar o Distrito Federal e seus 3 milhões de habitantes. Não é essa a solução. Defendemos e cobramos que a governadora Celina Leão faça os movimentos necessários para prender os que roubaram e afaste do comando do BRB os que contribuíram para sua quebra. Porém, é óbvio que ela não fará isso, porque faz parte do mesmo grupo político. Quem quebrou o BRB e roubou Brasília não tem condições de apresentar soluções.

Esta é a solução: prender quem roubou; bloquear bens e recursos; ir atrás do dinheiro para que ele seja devolvido; mudar a gestão do banco – que continua patrocinando times de futebol, festas e eventos, sem sequer publicar balanços, deputado Ricardo Vale –; e fazer o que nós estamos propondo, inclusive no âmbito da LDO em debate nesta casa, a revisão da política de renúncia fiscal do governo.

A proposta de renúncia fiscal – o bolsa empresário dos amigos da Celina e do Ibaneis – para o ano que vem, deputado Ricardo Vale, é de R\$10.400.000.000! Qual é o saldo econômico, social e político para a cidade dessa renúncia para os amigos empresários? Não houve geração de empregos, não houve desenvolvimento, não houve melhora dos índices sociais da cidade. Por que essa conta não é cobrada dessa turma? Queremos fazer esse debate na LDO.

Em vez de contrair um empréstimo de R\$6,5 bilhões, que será pago por professores, médicos, enfermeiros, policiais, bombeiros, artistas e pela população, por que não cobrar esse mesmo valor da renúncia fiscal, do andar de cima? Porque falta coragem a este governo, e nós continuaremos defendendo essa posição.

Por fim, deputado Ricardo Vale, trago um assunto importante sobre a educação. Hoje, mais uma vez, o deputado federal Nikolas, do PL – o partido que está envolvido em esquemas de corrupção Brasil afora –, disse que os pais teriam o direito de não enviar seus filhos à escola. O Nikolas não entende nada de educação, nada de constituição, nada de leis; aliás, ele entende de outras coisas.

Trago esse debate a esta casa, como presidente da Comissão de Educação e Cultura, porque não podemos cair nessa mentira e nesse ataque à escola pública e ao sistema educacional brasileiro. Não se trata de um direito, mas de um dever; não enviar os filhos à escola é crime.

A previsão de que a educação é um direito de todos e todas e um dever do Estado foi conquistada com muita luta na Constituição de 1988. E a extrema-direita agora ataca a escola, quer tirar os filhos, as crianças da escola. A escola é o espaço de proteção contra o assédio sexual, contra a violência, contra o racismo. Querem atacar a universidade para que os filhos da classe trabalhadora não acessem o ensino superior. É esse o papel da extrema-direita, e eu lamento essa declaração, porque ela tem eco nesta casa. Há parlamentares desta casa que defendem a educação domiciliar e atacam a escola.

Deputado Ricardo Vale, eu vou encerrar. Vimos, recentemente, a propagação do discurso de que os pais têm direito de tirar os filhos da escola ou questionar o conteúdo, o currículo que está sendo ensinado na escola. Não é um direito das famílias debater essa questão, é um direito das crianças, dos estudantes ter acesso ao currículo e à educação.

Semana passada, no Varjão, um grupo de pais irresponsáveis protestaram na frente de uma escola com frases racistas, criminosas, porque a escola estava ofertando uma oficina cultural, de um projeto cultural do FAC, resguardada pela legislação brasileira, a Lei nº 10.639/2003, que obriga a educação antirracista dentro das escolas públicas e privadas do Brasil inteiro.

Nós acionamos a Polícia Civil, deputado Ricardo Vale, para investigar e prender, porque pai ou responsável não tem o direito de entrar numa escola e atacar o professor, a professora, porque ele acha que aquele conteúdo, protegido por lei, não pode ser dado. O professor e a professora entram numa escola, muitas vezes sem condição, para cumprir o seu ofício; e a família não tem o

direito de invadir a escola, neste caso, com ataques racistas, nem de promover qualquer tipo de constrangimento ao trabalho dos profissionais de educação. Nós acionamos a Polícia Civil do Distrito Federal para fazer uma investigação, identificar esses pais, que foram à frente de uma escola tentar constranger o profissional de educação que está cumprindo o seu dever, o seu ofício e responsabilizá-los por crime de racismo.

Educação antirracista, educação sexual, educação inclusiva, educação para os direitos humanos é um direito das famílias e, fundamentalmente, dos estudantes, as crianças e os adolescentes.

Quero deixar registrado, mais uma vez, não só o nosso repúdio, mas a nossa atuação na Comissão de Educação e Cultura em defesa da escola, em defesa dos profissionais da educação, em defesa do direito das crianças, dos jovens, dos adolescentes e dos adultos, em defesa dos estudantes terem acesso a uma educação de qualidade e em defesa dos profissionais terem a garantia de condições estruturais para poder realizar o seu trabalho.

Obrigado, deputado.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Obrigado, deputado Gabriel Magno.

Encerrado o comunicado de líderes.

Dá-se início ao comunicado de parlamentares.

Antes, quero fazer um comentário muito importante. Vocês estão vendo, trabalhadores da Câmara Legislativa, terceirizados, a luta do presidente Lula para acabar com a escala escravista 6 por 1 em todo o país.

Para a minha alegria, eu acabei de receber uma informação. Nós solicitamos nesta casa o fim da escala 6 por 1, o que vai beneficiar o pessoal da limpeza, o pessoal da manutenção predial, o pessoal da manutenção de ar-condicionado, as coqueiras, os garçons, o pessoal da recepção.

Havia um grupo de trabalho de terceirizados que concluíram hoje os seus trabalhos e já mandaram o processo para o gabinete da Mesa Diretora. Portanto, esse processo já está na Mesa Diretora. Com isso, deputado Max Maciel, deputado Chico Vigilante, nós fizemos esse pedido para que pudéssemos implementar a escala 5 por 2 na Câmara Legislativa.

O grupo propôs, primeiro, a adoção da escala 5 por 2, com redução das 44 horas semanais para 40 horas. Agora, no lugar de 9 horas diárias, os trabalhadores passarão a trabalhar 8 horas na Câmara Legislativa. Não haverá mais o desconto do auxílio-alimentação nos dias de ponto facultativo e recesso. Já está tudo pronto no processo SEI desta casa e ele será submetido hoje à assinatura da Mesa Diretora. Trata-se de um gesto muito importante da Câmara Legislativa do Distrito Federal com os trabalhadores terceirizados desta casa que, enfim, terão mais tempo para chegar mais cedo em casa e conviver com suas famílias.

Isso não é nada mais justo, porque defendemos a escala 5 por 2 no Brasil inteiro, e o Lula tem feito um esforço muito grande quanto a isso. Graças a Deus, esse projeto já foi aprovado na Câmara dos Deputados e agora está em discussão no Senado Federal.

Portanto, a Câmara Legislativa dá um exemplo para todos os órgãos do Distrito Federal. Inclusive, espero que o Governo do Distrito Federal também adote, o mais rápido possível, o fim da escala 6 por 1 e a implementação da escala 5 por 2.

Quero parabenizar o grupo de trabalho da Câmara Legislativa, o Willemann e os demais que trabalharam nisso. Agradeço ao presidente deputado Wellington Luiz, que, desde o início, concordou com a realização desse estudo. O documento está pronto para a assinatura da Mesa Diretora. Serei o primeiro a assinar, por ser membro da Mesa Diretora, e pedir que essa escala seja implementada na Câmara Legislativa. Parabenizo também o deputado Max Maciel e o deputado Chico Vigilante, que se mobilizaram e defenderam o fim da escala 6 por 1 na Câmara Legislativa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Concedo a palavra.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, essa notícia é altamente importante. Tão logo o presidente Lula tomou a decisão de estabelecer a jornada de 40 horas semanais para todos os trabalhadores terceirizados da União, qualquer órgão federal no Brasil passou a adotar essa carga horária.

Propus nesta casa que recepcionássemos aquele decreto. Vossa excelência, à época, juntamente com o nosso presidente, deputado Wellington Luiz, comprometeram-se a encaminhar o estudo, que agora está sendo concretizado. Também propusemos que o Governo do Distrito Federal recepcionasse esse decreto para que ele seja estendido a todos os trabalhadores terceirizados do Governo do Distrito Federal. Isso é importante e fundamental. Porém, o mais importante e fundamental é saber que não haverá redução de salário desses profissionais. Eles passarão a trabalhar de segunda-feira a sexta-feira, cumprindo 40 horas semanais. Quando houver ponto facultativo, assim como não há cobrança para o servidor de carreira, também não haverá cobrança de complementação de horas dos terceirizados.

A Câmara dos Deputados já aderiu a essa mesma proposta. Assim, a Câmara Legislativa do Distrito Federal dá o exemplo e espero que o Governo do Distrito Federal o siga para todos os trabalhadores terceirizados que prestam serviço ao governo. Fizemos a proposição para que o GDF recepcione esse decreto. Espero que a governadora aceite adotá-lo. É o mínimo que podemos fazer pelos trabalhadores terceirizados do Distrito Federal.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Obrigado, deputado Chico Vigilante.

Concedo a palavra ao deputado Fábio Félix.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL. Para comunicado.) – Presidente e deputados, primeiro, quero parabenizar vossa excelência pela tramitação do fim da escala 6 por 1 na Câmara Legislativa do Distrito Federal. Esse é um passo importante e faz parte de uma luta nacional que temos feito pela redução da jornada de trabalho. Temos muito orgulho, deputado Max Maciel, de fazer parte do PSOL, em que a primeira autora da PEC, a deputada federal Erika Hilton, e o vereador Rick Azevedo foram os protagonistas nacionais dessa pauta, que balançou o Brasil na discussão da jornada de trabalho nesse contexto. Temos orgulho desse desdobramento do debate nacional, que agora chega à Câmara Legislativa do Distrito Federal aos seus trabalhadores.

Presidente, subi a esta tribuna hoje para falar de um tema que é sempre muito delicado. Há pautas sobre as quais ninguém quer falar, ninguém quer discutir. Muitas vezes, o pessoal acaba cumprindo essa tarefa de fazer a discussão, de enfrentar o debate sobre essas pautas. Assim, as pessoas buscam caminhos fáceis, o senso comum, para resolver problemas que não serão resolvidos. Mesmo assim, elas acham que a solução de tudo são aquelas soluções mirabolantes, e, no Legislativo, isso acontece muito.

Hoje foi discutida e aprovada, na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados, a redução da maioria penal de 18 para 16 anos. Isso acontece, porque esse é um tema que, ideologicamente, se martela tanto na sociedade, sem dado algum, como se isso fosse resolver a questão da segurança pública, como se o problema fosse a impunidade dos adolescentes.

Meus amigos, quem minimamente conhece a área da infância e adolescência sabe que o problema da criminalidade do Brasil não está nos adolescentes de 16 a 18 anos. Houve, inclusive, uma diminuição da internação de adolescentes no sistema socioeducativo brasileiro, com diminuição de processos judiciais e de cometimento de atos infracionais. O problema da criminalidade do Brasil não está aí. Já chegou, deputados, a haver 25 mil adolescentes internados no Brasil; hoje, há menos de 8 mil adolescentes internados por cometimento de ato infracional, crime, neste país.

A Constituição brasileira, do meu ponto de vista, tem, como cláusula pétrea, a defesa dos direitos de crianças e adolescentes neste país. Imaginem o tamanho da burrice, da idiotice, que é

colocar adolescentes de 16 e 17 anos dentro do sistema prisional, um sistema que já não ressocializa, que não funciona, que não reeduca. Porém, agora, a ideia mirabolante que vai salvar a segurança pública do Brasil é colocar adolescentes no sistema prisional superlotado. Pessoal, isso é uma ideia que não vai funcionar. Ela só viola direitos humanos e tratados internacionais. Ela não resolve o problema da segurança pública, não atende à questão da educação de adolescentes e jovens.

Pelo amor de Deus, de onde saem essas ideias absurdas? Geralmente, saem do esgoto da extrema-direita. Isso não vai resolver o problema. Eles pegam 1 caso isolado, de 1 crime que teve grande repercussão nacional, para justificar uma medida como essa, para enfiar milhares, centenas de adolescentes num bolo em que não deveriam estar. O adolescente precisa de cultura, de *hip-hop*, de lazer, de educação, de escola pública, de acesso à saúde, de esporte, de política pública. É disso que o adolescente precisa! O adolescente precisa do direito à vida com dignidade, de acesso a seus direitos; não de cadeia.

A extrema-direita quer impor cadeia a adolescente no Brasil ao aprovar isso na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania como solução para os problemas brasileiros. Os representantes da extrema-direita não vão resolver problema algum; só vão aumentar o número de pessoas no sistema prisional, violar direitos humanos, atacar a adolescência neste país. Pessoal, isso é inaceitável.

Eu sou do sistema socioeducativo. Eu trabalhava diretamente atendendo adolescentes que cometeram ato infracional. Sabe qual é a maior parte dessa juventude do sistema socioeducativo, presidente? Eu trabalhei no Caje quando havia 400 adolescentes internados. Sabe quantos adolescentes eram de classe média, à época, que moravam no Plano Piloto? Dos 400 adolescentes, havia 1 de classe média.

Sabe por quê? A única juventude que é presa neste Brasil, privada de sua liberdade, é a juventude pobre, geralmente negra e periférica. É essa juventude que chega ao sistema socioeducativo, pela falta de oportunidades, porque o tráfico realmente chega primeiro a ela. Isso acontece, porque falta esporte, centro olímpico, lazer, cultura, escola, tudo. Agora, a solução é reduzir a maioria penal.

Meus caros, isso não vai resolver o problema de lado nenhum. Não vamos vender solução fácil, em ano eleitoral, para problemas complexos, como o da infância e adolescência.

Então, eu queria trazer o meu posicionamento, porque vi que a deputada federal Erika Kokay teve uma posição muito firme contra essa PEC na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados, assim como a bancada do PSOL. As deputadas do PSOL estavam na linha de frente contra essa PEC, então nós somos contra a redução da maioria penal por motivos objetivos, racionais. Ela não resolve o problema da segurança pública e viola direitos humanos.

Então, essa é a posição do PSOL, essa é a posição que nós vamos defender na sociedade, inclusive nas disputas públicas. Essa questão não é fácil de explicar. Muita gente fala que é preciso reduzir a maioria penal mesmo.

Nós vamos fazer um debate pedagógico com a sociedade e mostrar que isso não resolve os problemas relativos aos temas importantes. Essa é mais uma tentativa da extrema-direita de criar uma cortina de fumaça, escamotear os problemas da sociedade e não encontrar saídas reais. Eles fazem isso e acabam, não como efeito colateral, mas como objetivo central, criminalizando ainda mais a nossa juventude das periferias, a nossa juventude negra. Isso é inaceitável. Que essa PEC não prospere! Essa vai ser a nossa luta. Espero que a população acorde e entenda que essa não é a solução.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Obrigado, deputado Fábio Félix.

Por falar em terceirizados, quero lembrar que amanhã, às 16 horas, a Primeira-Secretaria,

que tem o deputado Pastor Daniel de Castro como primeiro-secretário, realizará uma sessão solene em homenagem aos terceirizados desta casa.

Essa será uma sessão muito importante neste momento, tendo em vista esse estudo feito aqui e a vontade da Mesa Diretora da casa de acabar com a escala 6 por 1 dos terceirizados. Fica aqui o convite para todos os terceirizados desta casa participarem dessa sessão.

Concedo a palavra ao deputado Gabriel Magno.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT. Para comunicado.) – Presidente, volto à tribuna para registrar que nós estamos oficiando ao Governo do Distrito Federal, tendo em vista que a governadora Celina Leão emitiu um decreto de emergência ambiental determinando que, de abril a dezembro, o DF está em alerta de emergência ambiental.

Esse decreto resgata um outro decreto que organiza, desde 2016, instruções para vários órgãos do Distrito Federal. Todos os anos nós cobramos isso. Já fomos ao Tribunal de Contas do Distrito Federal solicitar um plano de emergências climáticas, de proteção das florestas e de combate às queimadas.

Este governo, esta gestão, abandonou o meio ambiente, até porque é aliado da grilagem, do negacionismo, da especulação imobiliária e da destruição ambiental. Temos visto que, quando chove no Distrito Federal, alagam-se principalmente as regiões mais periféricas. Na seca, quem sofre mais são os mais vulneráveis.

Estamos chamando a atenção para essas questões, mais uma vez, desta tribuna, deputado Ricardo Vale, porque de novo o governo esquece as escolas no decreto de emergência. Não consta, nas preocupações e nas medidas de enfrentamento à emergência climática, com o Super El Niño a caminho, qual será o papel e a atuação das escolas públicas e privadas desta cidade, do ponto de vista da educação ambiental e dos instrumentos da Secretaria de Educação. Precisamos disso para que haja quadras cobertas.

A Secretaria de Educação e o Governo do Distrito Federal não têm um plano para cobrir as quadras e permitir que a educação física aconteça durante a seca, debaixo do sol. Há escolas que ainda não têm bebedouro; outras não têm nem água e dependem de caminhão-pipa. Elas precisam de atenção, e estão fora do decreto. Qual é o plano de flexibilização do calendário escolar nos dias e nas semanas de maior incidência da seca, quando há ameaça à saúde dos estudantes e dos profissionais da educação?

Então, estamos acionando novamente a Governadoria para cobrar que no decreto de emergência ambiental publicado nesta semana conste também a rede de ensino. Estamos falando de mais de 470 mil estudantes matriculados nas escolas públicas do Distrito Federal, que dependem diariamente das escolas abertas, além dos mais de 50 mil profissionais que lá trabalham e que, a princípio, estão fora do plano de emergência climática e ambiental do Distrito Federal.

Deputado Ricardo Vale, mais uma vez, parabenoza vossa excelência pela importante iniciativa e pela luta em defesa do fim da escala 6 por 1. Espero que esta casa dê o seu exemplo e siga na vanguarda dessa disputa.

Nós apresentamos um projeto de resolução que trata do processo da garantia do direito dos trabalhadores terceirizados ao acesso à EJA, Educação de Jovens e Adultos. Então, quero pedir que os contratos terceirizados desta casa possam permitir, seja na flexibilização do horário, seja na flexibilização da carga horária, que esses trabalhadores terceirizados tenham acesso a condições de formação profissional e de formação educacional e à escola. A redução da jornada de trabalho e o fim da escala 6 por 1 podem dar aos trabalhadores mais tempo para fazer aquilo que eles quiserem, inclusive, se quiserem estudar, terem direito à escola. Então, eu deixo também esse pedido para que nós possamos avançar no projeto de resolução.

Vou comentar, deputado Ricardo Vale, algo que não poderia passar despercebido: chama a atenção a disputa política e pré-eleitoral do Distrito Federal.

Ontem, a governadora Celina Leão, vice-governadora de Ibaneis Rocha, declarou, em um evento, apoio à pré-candidatura de Michelle Bolsonaro e de Bia Kicis ao Senado Federal, uma aliança da Celina com o bolsonarismo e com a extrema-direita. O que chama a atenção é que parece que ela descartou, de uma vez por todas, o ex-governador e talvez ex-pré-candidato a senador, Ibaneis Rocha. Então, chama a atenção que o Ibaneis Rocha não tenha o apoio da atual governadora Celina Leão.

Do lado de lá, está muito difícil mesmo. Eles estão com dificuldade de ter candidato. Há um monte de pré-candidatos disputando quem é mais bolsonarista que o outro, quem é mais amigo da turma do Vercaro que o outro. Esse é um problema que a extrema-direita e o centrão desta cidade vão ter que resolver. Infelizmente, isso tem custado muito caro à população do Distrito Federal.

Quero encerrar dizendo que – sem deixar passar despercebido o que nós comentávamos há muito tempo – realmente parece que Ibaneis virou ativo tóxico na política do Distrito Federal: ninguém quer ficar perto dele.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Quero registrar a presença dos estudantes e professores do Centro de Ensino Fundamental 3 do Paranoá, participantes do programa Conhecendo o Parlamento, sob a coordenação da Escola do Legislativo do Distrito Federal. Peço à TV Câmara Distrital que filme os alunos. Deem um tchauzinho para a TV Câmara Distrital.

Agradecemos a presença dos profissionais, professores e professoras presentes na Câmara Legislativa do Distrito Federal. Sejam bem-vindos sempre. Esta casa pertence a vocês.

Pessoal, vamos nos animar, dar um tchau e sorrir para a televisão. Agora ficou bonito.

Comunicado da presidência.

Nos termos do art. 114, § 2º, do Regimento Interno, informo aos senhores deputados que não será designada a ordem do dia para a sessão ordinária de amanhã, quinta-feira, dia 11 de junho. Nesse sentido, a sessão será apenas discursiva e não será disponibilizada ordem do dia. Assinado deputado Wellington Luiz, presidente.

Encerrado o comunicado de parlamentares.

Dá-se início à ordem do dia.

(As ementas das proposições são reproduzidas conforme ordem do dia disponibilizada pela Secretaria Legislativa; as dos itens extrapauta, conforme PLe.)

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Não há quórum.

Mais uma vez, obrigado pela presença aos alunos e às professoras do Centro de Ensino Fundamental 3 do Paranoá.

Como não há mais assunto a tratar, declaro encerrada a sessão.

Observação: nas notas taquigráficas, os nomes próprios são reproduzidos conforme informados pelo Cerimonial ou pelos organizadores dos eventos.

Todos os discursos são registrados sem a revisão dos oradores, exceto quando indicado, nos termos do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Siglas com ocorrência neste evento:

Caje – Centro de Atendimento Juvenil Especializado
CCJ – Comissão de Constituição e Justiça
CSD – CUT Socialista e Democrática
EJA – Educação de Jovens e Adultos
FAC – Fundo de Apoio à Cultura
GDF – Governo do Distrito Federal

LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias
PEC – Proposta de Emenda à Constituição
SEI – Sistema Eletrônico de Informações
Sinproep – Sindicato dos Professores em Estabelecimentos Particulares de Ensino do Distrito Federal

As proposições constantes da presente ata circunstanciada podem ser consultadas no [portal da CLDF](#).



Documento assinado eletronicamente por **ALESSANDRA RODRIGUES BARBOSA - Matr. 24419, Chefe do Setor de Registro e Redação Legislativa**, em 12/06/2026, às 18:10, conforme Art. 30, do Ato da Mesa Diretora nº 51, de 2025, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 62, de 27 de março de 2025.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
Código Verificador: **2706750** Código CRC: **6523213C**.

Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, Piso Inferior 1, Sala TI.3 - CEP 70094-902 - Brasília-DF - Telefone: (61)3348-9241
www.cl.df.gov.br - serel@cl.df.gov.br

00001-00023100/2026-23

2706750v7

Ata Circunstanciada da 52ª Sessão Ordinária



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA SECRETARIA
Diretoria Legislativa
Setor de Registro e Redação Legislativa



ATA DE SESSÃO PLENÁRIA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA ATA CIRCUNSTANCIADA DA 52ª SESSÃO ORDINÁRIA, DE 11 DE JUNHO DE 2026.	
INÍCIO ÀS 15H01	TÉRMINO ÀS 15H02

PRESIDENTE DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP) – Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Está aberta a sessão.

Em virtude da não publicação prévia da ordem do dia para a data de hoje, a sessão ordinária se converte em sessão de debates, conforme art. 114, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

A não designação de ordem do dia foi informada em comunicado publicado no DCL de hoje, dia 11 de junho de 2026.

Sobre a mesa, expediente que será lido por mim.

(Leitura do expediente.)

PRESIDENTE DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP) – Dá-se início ao comunicado de líderes.

Não há inscritos.

Dá-se início ao comunicado de parlamentares.

Não há inscritos.

Como não há mais assunto a tratar, declaro encerrada a sessão.

Observação: nas notas taquigráficas, os nomes próprios são reproduzidos conforme informados pelo Cerimonial ou pelos organizadores dos eventos.

Todos os discursos são registrados sem a revisão dos oradores, exceto quando indicado, nos termos do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Siglas com ocorrência neste evento:

DCL – Diário da Câmara Legislativa

As proposições constantes da presente ata circunstanciada podem ser consultadas no [portal da CLDF](#).



Documento assinado eletronicamente por **ALESSANDRA RODRIGUES BARBOSA** - Matr. 24419, Chefe do Setor de Registro e Redação Legislativa, em 12/06/2026, às 18:09, conforme Art. 30, do Ato da Mesa Diretora nº 51, de 2025, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 62, de 27 de março de 2025.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
Código Verificador: 2706963 Código CRC: 7CC55D8B.

Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, Piso Inferior 1, Sala TI.3 - CEP 70094-902 - Brasília-DF - Telefone: (61)3348-9241
www.cl.df.gov.br - serel@cl.df.gov.br

00001-00023117/2026-81

2706963v5

Ata Circunstanciada da 13ª Sessão Extraordinária



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA SECRETARIA
Diretoria Legislativa
Setor de Registro e Redação Legislativa



ATA DE SESSÃO PLENÁRIA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA CIRCUNSTANCIADA DA
13ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA,
DE 9 DE JUNHO DE 2026.

INÍCIO ÀS 20H37

TÉRMINO ÀS 21H18

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Está aberta a sessão.

Solicito que os deputados registrem a presença nos terminais.

(Realiza-se a verificação de presença.)

(Assume a presidência o deputado Ricardo Vale.)

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Convido o deputado Wellington Luiz a secretariar os trabalhos da mesa.

Dá-se início à ordem do dia.

(As ementas das proposições são reproduzidas conforme ordem do dia disponibilizada pela Secretaria Legislativa; as dos itens extrapauta, conforme PLe.)

Item da ordem do dia.

Discussão e votação, em segundo turno, do Projeto de Lei nº 1.910/2025, de autoria do deputado Wellington Luiz, que *Inclui no Calendário Oficial de eventos do Distrito Federal o dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas no Distrito Federal*.

Aprovado em primeiro turno.

Em discussão, em segundo turno, o Projeto de Lei nº 1.910/2025.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados favoráveis ao projeto que permaneçam como estão e aos contrários que se manifestem.

O projeto está aprovado, em segundo turno, com a presença de 20 deputados.

Nos termos do art. 208, inciso II, do Regimento Interno, declaro aprovada a redação final.

Devolvo a presidência ao presidente desta casa, deputado Wellington Luiz.

(Assume a presidência o deputado Wellington Luiz.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado Ricardo Vale.

Item da ordem do dia.

Discussão e votação, em segundo turno, do Projeto de Lei nº 2.330/2026, de autoria do Poder Executivo, que *Abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, no valor de R\$ 69.277.912,00, e dá outras providências.*

Aprovado em primeiro turno.

Em discussão, em segundo turno, o Projeto de Lei nº 2.330/2026.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados favoráveis ao projeto que permaneçam como estão e aos contrários que se manifestem.

O projeto está aprovado, em segundo turno, com a presença de 20 deputados.

Nos termos do art. 208, inciso II, do Regimento Interno, declaro aprovada a redação final.

Item da ordem do dia.

Discussão e votação, em segundo turno, do Projeto de Lei nº 2.363/2026, de autoria do Poder Executivo, que *Altera a Lei nº 7.845, de 10 de março de 2026, que "dispõe sobre as medidas a serem adotadas pelo Distrito Federal, na condição de acionista controlador, para o restabelecimento e fortalecimento das condições econômico-financeiras do Banco de Brasília S.A. – BRB", ratifica os termos do acordo homologado pelo Supremo Tribunal Federal na Ação Cível Originária nº 3755, autoriza o Poder Executivo do Distrito Federal a celebrar operação de crédito com o Fundo Garantidor de Créditos – FGC, prestar contragarantias e dá outras providências.*

Aprovado em primeiro turno. Foi apresentada 1 emenda de plenário. As comissões deverão se manifestar sobre a emenda.

Solicito ao presidente da CEOF, deputado Eduardo Pedrosa, que designe relator ou avoque a relatoria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO) – Avoco a relatoria.

Solicito ao relator, deputado Eduardo Pedrosa, que apresente parecer sobre a matéria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO. Para apresentar parecer.) – Parecer da CEOF à emenda de plenário ao Projeto de Lei nº 2.363/2026, de autoria do Poder Executivo, que *Altera a Lei nº 7.845, de 10 de março de 2026, que "dispõe sobre as medidas a serem adotadas pelo Distrito Federal, na condição de acionista controlador, para o restabelecimento e fortalecimento das condições econômico-financeiras do Banco de Brasília S.A. – BRB", ratifica os termos do acordo homologado pelo Supremo Tribunal Federal na Ação Cível Originária nº 3755, autoriza o Poder Executivo do Distrito Federal a celebrar operação de crédito com o Fundo Garantidor de Créditos – FGC, prestar contragarantias e dá outras providências.*

Presidente, o parecer é pela admissibilidade da emenda.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado Eduardo Pedrosa.

Solicito ao vice-presidente da CCJ, deputado Chico Vigilante, que designe relator ou avoque a relatoria.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Primeiro, eu peço ao titular da CEOF que leia a emenda.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito ao deputado Eduardo Pedrosa, a pedido do deputado Chico Vigilante, que faça a leitura da emenda.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO) – Presidente, leitura da emenda.

Emenda de segundo turno, de autoria do deputado Roosevelt Vilela e outros, ao Projeto de Lei nº 2.363/2026, de autoria do Poder Executivo, que *Altera a Lei nº 7.845, de 10 de março de*

2026, que "dispõe sobre as medidas a serem adotadas pelo Distrito Federal, na condição de acionista controlador, para o restabelecimento e fortalecimento das condições econômico-financeiras do Banco de Brasília S.A. – BRB", ratifica os termos do acordo homologado pelo Supremo Tribunal Federal na Ação Cível Originária nº 3755, autoriza o Poder Executivo do Distrito Federal a celebrar operação de crédito com o Fundo Garantidor de Créditos – FGC, prestar contragarantias e dá outras providências.

Acrescente-se o seguinte § [xx] ao art. 2º do Projeto de Lei nº 2.363/2026:

"Fica excetuado das vedações constantes na Cláusula 3.1 do acordo homologado pelo Supremo Tribunal Federal na Ação Cível Originária (ACO) nº 3.755 o disposto no inciso I do *caput* do art. 167-A da Constituição Federal, atinente a recomposição da remuneração de membros de Poder ou de órgão, de servidores e empregados públicos e de militares."

É a emenda.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado Eduardo Pedrosa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, nós apresentamos uma emenda completa, retirando todos os servidores. Agora apresentaram um arremedo de emenda. Portanto, não vou proferir parecer.

Designo o deputado Iolando.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Solicito ao relator, deputado Iolando, que apresente parecer sobre a matéria.

DEPUTADO IOLANDO (MDB. Para apresentar parecer.) – Parecer da CCJ à emenda de plenário ao Projeto de Lei nº 2.363/2026, de autoria do Poder Executivo, que *Altera a Lei nº 7.845, de 10 de março de 2026, que "dispõe sobre as medidas a serem adotadas pelo Distrito Federal, na condição de acionista controlador, para o restabelecimento e fortalecimento das condições econômico-financeiras do Banco de Brasília S.A. – BRB", ratifica os termos do acordo homologado pelo Supremo Tribunal Federal na Ação Cível Originária nº 3755, autoriza o Poder Executivo do Distrito Federal a celebrar operação de crédito com o Fundo Garantidor de Créditos – FGC, prestar contragarantias e dá outras providências.*

Presidente, somos pela aprovação da Emenda, de plenário, nº 2. É o parecer.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Em discussão os pareceres.

Concedo a palavra ao deputado Gabriel Magno.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT. Para discutir.) – Presidente, o deputado Roosevelt Vilela, autor da emenda, pede para suprimir do acordo o inciso I do art. 167-A, aquele que trata de concessão de vantagem, aumento e reajuste dos servidores públicos. Isso significa que uma parte da base está apresentando uma emenda para retirar essa cláusula do acordo.

Eu fiquei na dúvida se era mentira ou não era mentira que haveria congelamento salarial por 15 anos dos servidores públicos. Parece-me que não é mentira, mas que é verdade, porque agora o deputado se mostrou preocupado e está apresentando a emenda para retirar o inciso I do art. 167-A. Porém, os outros 9 incisos – das redações, do concurso público, dos aposentados e do investimento nas políticas sociais – continuarão congelados e proibidos por 15 anos.

Então, o que a oposição disse no primeiro turno não era mentira, era verdade. A Câmara Legislativa está aprovando um projeto de lei que vai condenar a cidade por 15 anos. O deputado Roosevelt Vilela está tentando, ao menos, retirar o inciso I.

Nós apresentamos uma emenda – à qual ele mesmo votou contrariamente no primeiro turno

– que retirava as 10 redações. Nós concordamos com as 10 retiradas – não só com 1 retirada, mas com as 10 retiradas –, mas fica a pergunta, presidente: é verdade ou não o congelamento por 15 anos? Parece-me que é, até pela preocupação do deputado Roosevelt Vilela, que apresenta essa emenda para dizer que a oposição estava correta.

O governo, mais uma vez, não consegue ter a maioria entre os parlamentares e, mais uma vez, vai mentir para a cidade. Quem vai pagar a conta novamente é a cidade.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Continua a discussão.

Concedo a palavra ao deputado Fábio Félix.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL. Para discutir.) – Presidente, eu estou torcendo muito por essa emenda. Acho que a emenda, com certeza, é meritória, porque toca em um dos problemas que temos apontado. Portanto, espero que a governadora tenha o compromisso de sancioná-la.

Está escrito claramente na cláusula terceira do acordo – quem sabe ler viu – que pode haver congelamento de salário até que a Capag vá para a categoria A ou até que o empréstimo seja quitado. Isso está claro e não dá para negar. Há limite para todo tipo de negacionismo. Não à toa surgiu essa emenda no segundo turno, porque os servidores públicos têm peso nesta cidade.

Eu estou torcendo muito por essa emenda, deputados; estou torcendo para que isso não se torne uma encenação triste para tentar manter o projeto de pé, sabendo que, lá na frente, essa emenda não prosperará.

Eu espero muito que ela seja realmente sancionada pela governadora. Eu vou votar favoravelmente à emenda e espero que ela seja aprovada. Espero que ela não seja vetada, para que este momento não seja uma encenação ou um jogo de cena para uma parte dos servidores do DF.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Continua a discussão.

Concedo a palavra ao deputado Roosevelt Vilela.

DEPUTADO ROOSEVELT VILELA (PL. Para discutir.) – Presidente, quero ressaltar a habilidade negocial da nossa governadora Celina Leão, que está tratando um problema que ela não criou, assim como nós parlamentares, que estamos tendo maturidade para tratar de um problema, deputado Iolando, que não criamos. Nós precisamos apresentar solução à população. Simplesmente fechar os olhos, votar contra o projeto e fazer discurso não resolve o problema da população. (Palmas.)

Eu tenho certeza de que os deputados que, neste momento, se abstêm de enfrentar e resolver o problema, no fundo do coração, têm a certeza de que, graças a Deus, nós deputados de oposição não somos a maioria. Se não se resolvesse o problema do BRB e o banco se findasse, com mais de 6 mil famílias demitidas, como seria isso? Mas nós parlamentares temos responsabilidade. Somos deputados que têm compromisso, que andam nas ruas, conversam com as pessoas. Nós temos responsabilidade.

Eu tenho coragem de votar, tenho consciência do que eu estou fazendo e estou andando de cabeça erguida na rua. (Palmas.)

Falando tecnicamente, a nossa governadora Celina Leão conseguiu um acordo judicial, mas mesmo um acordo judicial feito com muita habilidade não tem o condão de ultrapassar o que está escrito na Constituição federal.

A nossa emenda, que foi subscrita pelo deputado Pepa, o deputado Wellington Luiz, o deputado Robério Negreiros, o deputado Eduardo Pedrosa e o deputado Hermeto, diz que o art. 167-A da Constituição traz uma série de vedações em casos de situação orçamentária e financeira dos estados e, no caso do Distrito Federal também, além de excepcionar as vacâncias.

O que estamos colocando é isto, deputado Pepa, nosso líder: que o acordo judicial não suprime o que está previsto na Constituição. A governadora pode, sim, usar a nossa emenda, uma vez aprovada, e recorrer ao Judiciário dizendo que o acordo foi muito bem-feito, mas, realmente,

nós estamos enfrentando uma questão constitucional. Então, temos o dever de nos atentar para isso.

Esse é o grande objetivo da emenda e, graças a Deus, nós da base somos a maioria e vamos aprovar a emenda agora e, na sequência, o projeto.

Obrigado.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Continua a discussão.

Concedo a palavra ao deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para discutir.) – Presidente, eu quero que as pessoas que estão assistindo à sessão pela TV Câmara Distrital prestem atenção. Não dá para ficarmos com fantasia, deputado Gabriel Magno.

O que é que diz o art. 167-A da Constituição, inserido pela Emenda Constitucional nº 109/2021, do governo do Capitão Capiroto, para arrocho nos salários? "I - concessão, a qualquer título, de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração de membros do Poder ou de órgão, de servidores [...]". O deputado está propondo a retirada tão somente desse inciso, mas há mais 9. O segundo inciso diz "criação de cargo, emprego ou função que implique aumento de despesa". Esse está mantido, deputado Gabriel Magno.

"III - alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;

IV - admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, ressalvadas:

a) as reposições de cargos de chefia e de direção que não acarretem aumento de despesa;

b) as reposições decorrentes de vacâncias de cargos efetivos ou vitalícios;

c) as contratações temporárias de que trata o inciso IX do caput do art. 37 desta Constituição;

d) as reposições de temporários para prestação de serviço militar de alunos de órgãos de formação de militares;

V - realização de concurso público, exceto para as reposições de vacâncias [...];

VI - criação ou majoração de auxílios, vantagens, bônus, abonos, verbas de representação ou benefícios de qualquer natureza [...];

VII - criação de despesa obrigatória;

VIII - adoção de medida que implique reajuste de despesa obrigatória acima da variação da inflação [...];

IX - criação ou expansão de programas e linhas de financiamento, bem como remissão, renegociação ou refinanciamento [...];

IX - concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária."

Presidente, nós apresentamos uma emenda completa, que retirava tudo isso; a base do governo não a quis – sabe, deputado Gabriel Magno? – e agora vem tirando um pedacinho para tentar dizer que está a favor de servidor público. Se querem fazer justiça, vamos apresentar novamente a emenda completa, a que retira os 10 incisos. É essa a sugestão que eu faço.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado.

Continua a discussão.

Concedo a palavra à deputada Dayse Amarílio.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB. Para discutir.) – Presidente, eu quero deixar bem claro que a emenda só retira essa parte da reestruturação. Eu não sei se há alguma negociação paralela, alguma relação, ou é um aceno ou um teatro. Eu não sei a que se refere. Mas eu queria perguntar

aos deputados o que faremos com as nomeações, que não vão acontecer. Está no painel da Secretaria de Economia que faltam quase 30 mil servidores só na saúde. O que faremos com as UBS que possuem os laboratórios fechados e as farmácias fechadas porque não há concurso para carreira Gaps há mais de uma década?

O que vamos falar para uma mãe que leva uma criança vítima de estupro aos núcleos que atendem as vítimas de violência da Secretaria de Saúde, e o menor não recebe atendimento nem pelo psicólogo nem pelo assistente social porque não há concurso para essas áreas há mais de uma década? O que vamos falar para essas famílias?

Eu deixo um pensamento. Toda vez tentam nos colocar em caixinhas ideológicas – base e oposição. Foi falado: “Que bom que a oposição é a minoria”. Sabe o que eu falo? Quem bom seria se tivéssemos uma Câmara Legislativa que não tivesse nem base nem oposição. Talvez seja uma utopia minha, mas eu acredito que política é cuidar de pessoas. Quem dera tivéssemos uma Câmara Legislativa realmente independente, sem nenhum laço com o Executivo, para cumprirmos nosso dever constitucional de fiscalizar, contrapor e balancear.

Eu, graças a Deus, tenho essa independência e vou mantê-la com coerência e cabeça erguida, porque eu também tenho muito orgulho de andar pela cidade, honrando aquilo que defendo e aquilo em que eu voto.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputada.

Continua a discussão dos pareceres.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados favoráveis aos pareceres que permaneçam como estão e aos contrários que se manifestem.

Os pareceres estão aprovados com a presença de 21 deputados.

Em discussão, em segundo turno, o Projeto de Lei nº 2.363/2026.

Pego aos deputados que respeitem o tempo de 3 minutos para cada discussão.

Concedo a palavra ao deputado Hermeto.

DEPUTADO HERMETO (MDB. Para discutir.) – Presidente, eu estou recebendo muitas mensagens do CFP XIII em relação ao concurso já realizado. Aos policiais militares que possuem um PLN na Secretaria de Economia, que será encaminhado ao Congresso Nacional, asseguro o compromisso da governadora Celina e o nosso compromisso de convocar o restante dos policiais militares que estão aguardando.

Essa emenda, assinada pelo líder do governo juntamente com todos nós, é uma segurança para que todos os concursos, principalmente esse já realizado da Polícia Militar, o CFP XIII, possam ser efetivados. O CFP XII termina agora em setembro, o que garantirá que esses profissionais possam ingressar no final do ano.

É só isso, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado.

Continua a discussão.

Concedo a palavra ao deputado Gabriel Magno.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT. Para discutir.) – Presidente, é um dia, de fato, triste para o Distrito Federal. Nós tentamos, durante esses dias, entender a operação, mas não há número. Sabemos que o Tesouro do Distrito Federal vai se comprometer com um empréstimo de por volta de R\$6,7 bilhões. Não sabemos os juros. Nós podemos pagar R\$15 bilhões; podemos ter que pagar R\$20 bilhões. Algumas estimativas dizem que vamos pagar R\$30 bilhões.

Estamos falando que, por ano, estamos deixando de construir, pelo menos, 100 escolas novas; deixando de construir 40 hospitais, no mínimo; 200 UBS; 10 mil casas populares. O próprio secretário de Economia chegou a dizer que pode até acabar com a tarifa zero aos domingos, mas o dinheiro poderia garantir tarifa zero todos os dias. Estamos falando de uma cidade que vai sofrer muito pelos próximos 15 anos, inclusive, se continuar com essa turma no governo, que fez parte do processo do rombo do Distrito Federal e do roubo do BRB.

Por isso, vim à tribuna, presidente, para afirmar, mais uma vez, o nosso voto "não" hoje. O nosso voto "não" hoje é um voto para seguirmos na luta para que esta casa tenha uma CPI, para investigar o que aconteceu no Distrito Federal com o BRB, com o Master, com as contas públicas, com o descaso e com o caos que esta cidade virou. Nós queremos que haja investigação; queremos que quem roubou devolva o dinheiro. É por isso que reafirmamos, deputado Ricardo Vale, o nosso voto "não". Esse voto "não" é um voto junto com os professores e as professoras desta cidade, com os funcionários e as funcionárias de escola. É um voto pelos psicólogos, nutricionistas, enfermeiros, técnicos de enfermagem, cirurgiões-dentistas, médicos, fisioterapeutas, Avas, ACS, carreira Gaps, assistentes sociais, policiais civis e militares, bombeiros. Esse voto é com o conjunto das 3 milhões de pessoas que vivem no Distrito Federal, brasilienses que não merecem pagar a conta de quem roubou o Distrito Federal e o BRB. Esse voto é a favor dos bancários do BRB. Esse voto "não" hoje é contra os ladrões do banco.

Por isso, presidente, nós vamos votar "não". Neste dia triste e melancólico, em que a Câmara Legislativa assina um cheque em branco. Não foi enganada; a Câmara Legislativa, sem nenhum documento, sem nenhuma garantia, assina um cheque em branco para a população do Distrito Federal pagar uma conta altíssima. Em defesa de Brasília, do Distrito Federal, em defesa dos 3 milhões de habitantes, nós votamos, e eu voto, presidente, "não" ao projeto que não salva o BRB e condena o Distrito Federal.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado.

Continua a discussão.

Concedo a palavra ao deputado Fábio Félix.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL. Para discutir.) – Presidente, seria ingenuidade da minha parte acreditar que o mesmo grupo político que nos enfiou nessa lambança tem boas intenções para nos tirar dessa situação. O mesmo grupo político que apostou na compra do Banco Master, o mesmo grupo político que apostou em outras saídas que já naufragaram e não funcionaram.

Tenho uma preocupação muito grande, que sei que é a preocupação de todos os trabalhadores desta cidade, da população, dos cidadãos: que possamos estar sendo enganados de alguma forma e que haja uma estratégia de protelar o problema para depois do calendário eleitoral. Isso é grave, porque há muita gente que pode estar sendo enganada, e talvez por isso a omissão dos dados reais em relação tanto à situação do banco quanto ao impacto de cada um desses projetos.

A população quer e precisa saber a verdade, especialmente antes do período eleitoral. É óbvio! Nós não precisamos ter muito conhecimento para saber que um acordo firmado no Supremo Tribunal Federal, com a participação de altas autoridades da República e do Distrito Federal, tem impacto para a cidade. Um acordo que se compromete com o que há de mais duro de ajuste fiscal, previsto no art. 167-A da Constituição federal, assinado à mesa de um ministro do Supremo Tribunal Federal, tem impacto para a população. Eu não seria ingênuo de achar que a situação é diferente. Portanto, é preciso que nós tenhamos a responsabilidade de assumir aquilo que está sendo votado na Câmara Legislativa nesse contexto.

Eu desejo muito que todas as falas que foram feitas e que aquilo que está sendo proposto aqui solucionem os problemas. Contudo, uma situação é desejar; outra, muito diferente, é eu ter informações e dados para dar o meu voto, a minha credibilidade e a minha história a esse projeto. Estamos falando aqui de 3 erros anteriores que esta casa já cometeu, além de um quarto erro: o de

não ter instalado a CPI do BRB. Esta casa infelizmente não demonstra um compromisso rigoroso para que o dinheiro roubado do BRB volte. Esse compromisso não está colocado.

Então, quando nós votamos contra um projeto como esse, nós estamos votando, na verdade, contra um grupo que não se propõe a salvar o banco. Lá atrás, eu fiz uma proposta – e a repeti muitas vezes aqui – de que nós fizéssemos um grupo de alto nível do Distrito Federal, com o presidente do TJ, com o presidente da Câmara Legislativa, com um representante do Ministério Público, com um representante do Tribunal de Contas, para irmos a uma mesa de negociação buscar uma solução para o BRB.

O que eu posso dizer, para quem assiste a esta sessão, é que eu não acredito na solução apresentada hoje. Não se trata apenas de crer ou não crer na solução apresentada, trata-se de eu não ter sequer um subsídio para acreditar na proposta apresentada pelo grupo político que nos enfiou nessa lambança que nós vivemos hoje.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Continua a discussão.

Concedo a palavra à deputada Paula Belmonte.

DEPUTADA PAULA BELMONTE (PSDB. Para discutir.) – Presidente, mais uma vez, quero registrar a seriedade desta noite, deste momento que nós estamos vivendo aqui. Infelizmente, nós estamos tendo que nos deparar com pais de família e mães de família. Eu não tenho preocupação se estão me vaiando ou não, porque tenho a minha consciência e a minha coerência em relação a esta votação do BRB. Nós estamos muito preocupados com o que vai acontecer com Brasília.

Primeiro, há uma questão ético-moral. O que está acontecendo neste ano é algo que nos deixa até abismados. O governador sai, a vice-governadora assume, ela deixa de conversar com o governador, eles brigam, o ex-governador está quase sendo preso. É um prejuízo tal que eles conseguiram acabar com o BRB. É uma fraude financeira e um descaso muito sério com a população de Brasília.

Nesta noite – já são 21 horas –, eu quero dizer que esta casa legislativa deixa uma tristeza para Brasília, porque, além de não apresentar uma alternativa para salvar o banco, nós estamos comprometendo o desenvolvimento da nossa cidade. Eu ando por Brasília e pelo Distrito Federal inteiro. Infelizmente, ainda há crianças fora da escola, há pessoas sem emprego, há pessoas que ficam 2 anos na fila de um hospital, e nós estamos comprometendo o Distrito Federal. Quem vai pagar essa conta somos nós.

Eu quero me apresentar para quem assiste a esta sessão. Eu sou uma deputada de 52 anos, vou fazer 53 anos daqui a uns dias, sou mãe de 6 filhos e quero dizer aos senhores que a minha votação sempre foi coerente. Primeiro, eu mostrei o Banco Master; depois, eu trouxe o cheque em branco, porque nós entregamos os terrenos. Hoje, o que nós estamos entregando, além desse empréstimo, são os terrenos do Distrito Federal. Nós estamos entregando patrimônio que é nosso e que não é só nosso, é dos nossos filhos e dos nossos netos. É lastimável a capital do país estar passando por essa crise moral e ética da política brasiliense.

Eu fico constrangida, mas é esta a situação em que nos encontramos. Eu quero deixar registrada a minha posição de coerência desde o primeiro momento em que nós começamos a falar do BRB.

Obrigada, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputada.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP) – Presidente, peço que vossa excelência me entenda, pois é necessário eu fazer essa fala, que foge um pouco do tema. Eu preciso fazê-lo, porque eu estou recebendo muitas mensagens sobre o assunto. Estão vencidos todos os prazos de

um projeto meu, o Projeto de Lei nº 2.257/2026, que fala sobre a venda das áreas pelo preço de terra nua.

A liderança da cidade esteve conosco aqui, e lá atrás ficou a previsibilidade de vir para o Colégio de líderes na terça passada, além de uma discussão hoje, para terça-feira que vem ir a plenário. Nós não avançamos nisso, e eu estou sendo extremamente cobrado. Eu não posso deixar de fazer essa cobrança em nome da liderança e da comunidade que veio aqui e conversou comigo e com vossa excelência.

Então, quero pedir a vossa excelência a possibilidade de esse Projeto de Lei nº 2.257/2026 ir à votação o mais rápido possível, de preferência na próxima terça-feira, dia 16.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Continua a discussão.

Concedo a palavra ao deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para discutir.) – Presidente, quem está assistindo à sessão, assim como vossa excelência, que está presidindo – e me conhece há tempo suficiente – sabe que, se esse projeto efetivamente resolvesse o problema do BRB, todo mundo estaria votando a favor. O problema é que ele não resolve.

Quando veio a questão dos terrenos, e nós dissemos que não ia resolver, nós levamos vaia naquele instante, mas depois ficou comprovado que não iria resolver e não resolveu. Não resolveu, porque ninguém, em sã consciência, sabe o tamanho do rombo.

O presidente Nelson está dizendo que precisa de um empréstimo de R\$8,6 bilhões, mas a imprensa diz que a negociata toda envolve R\$30 bilhões. O banco vive de credibilidade. Quem é que acha que ainda tem credibilidade necessária? Até as paróquias retiraram o dinheiro do BRB. Vamos colocar as coisas claras aqui. Houve uma quinta-feira em que o BRB não tinha um centavo. O Banco Central teve muita boa vontade e paciência e não interveio naquele dia. Não tinha um centavo, um centavo sequer.

Portanto, esse projeto não vai resolver absolutamente nada, assim como nós falamos na época que a ideia dos terrenos não iria resolver. Não sei o que vão dizer nos próximos dias, qual vai ser a próxima proposta milagrosa ou milagreira. Repito: não fomos nós que levamos o Banco de Brasília a essa situação. Nós não participamos dessa lambança, dessa roubalheira.

Portanto, que a Polícia Federal investigue a fundo e coloque todos os ladrões na cadeia, porque esse é o maior assalto da história da humanidade. Nem o trem pagador lá de Londres teve um rombo desses. Aquele assaltzinho lá do Banco Central, no Ceará, era de R\$120 milhões. A bezerra de ouro virou um brinquedo de criança frente a esse assalto que foi cometido contra o BRB.

Portanto, nós votamos contra no primeiro e vamos votar contra no segundo turno.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Continua a discussão.

Como não há quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Solicito aos deputados favoráveis ao projeto que permaneçam como estão e aos contrários que se manifestem.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – É preciso pedir. Se não pedir – é preciso lembrar –, não é automático. Há um rito que precisa ser cumprido.

Agora será pelo processo nominal.

DEPUTADO PEPA (PP) – Presidente, solicito o uso da palavra para orientar a bancada.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO PEPA (Governo. Como líder. Para orientar a bancada.) – Oriento a base a votar favoravelmente e agradeço a toda a base presente pelo apoio a este projeto.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Em votação.

Solicito aos deputados que aprovam o projeto que votem “sim” e aos que o rejeitam que votem “não”.

(Realiza-se a votação nominal.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Votação encerrada.

O projeto está aprovado em segundo turno com 11 votos “sim”, 9 votos “não”. Houve 1 abstenção. Esse é o resultado da votação.

Nos termos do art. 208, inciso II, do Regimento Interno, declaro aprovada a redação final.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, apenas para que fique registrado que o projeto relativo aos terrenos teve 14 votos favoráveis. Este projeto teve apenas 11 votos; portanto, é um avanço da consciência que está tomando conta desta casa para não aceitar a roubalheira em cima da população do Distrito Federal.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado.

DEPUTADA PAULA BELMONTE (PSDB) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADA PAULA BELMONTE (PSDB) – Presidente, quero deixar registrada esta votação “não”. Nós votamos um projeto cujo contrato não tem assinatura, sobre o qual não sabemos quanto vamos pagar de juros. Queremos salvar o BRB e o Distrito Federal. É importante dizer, presidente, que essa garantia não será apenas o empréstimo do Fundo Garantidor, mas também os terrenos. Portanto, estamos fazendo duas garantias, e este projeto faz a modificação da lei dos terrenos, mas não retira os terrenos da garantia.

Hoje estamos entregando o patrimônio público do Distrito Federal. Por isso votei “não”.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputada.

Mais uma vez, agradeço a todos os bancários que se encontram presentes. Parabéns pelo trabalho e pela dedicação de vocês. Que Deus continue iluminando todos.

Como não há mais assunto a tratar, declaro encerrada a sessão.

Observação: nas notas taquigráficas, os nomes próprios são reproduzidos conforme informados pelo Cerimonial ou pelos organizadores dos eventos.

Todos os discursos são registrados sem a revisão dos oradores, exceto quando indicado, nos termos do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Siglas com ocorrência neste evento:

ACO – Ação Cível Originária

ACS – Agente Comunitário de Saúde

Avas – Agente de Vigilância Ambiental em Saúde

Capag – Capacidade de Pagamento

CCJ – Comissão de Constituição e Justiça

CEOF – Comissão de Economia, Orçamento e Finanças

CFP – Curso de Formação de Praças

FGC – Fundo Garantidor de Créditos

Gaps – Gestão e Assistência Pública à Saúde do Distrito Federal
PLe – Processo Legislativo Eletrônico
PLN – Projeto de Lei do Congresso Nacional
TJ – Tribunal de Justiça
UBS – Unidade Básica de Saúde

As proposições constantes da presente ata circunstanciada podem ser consultadas no [portal da CLDF](#).



Documento assinado eletronicamente por **ALESSANDRA RODRIGUES BARBOSA - Matr. 24419, Chefe do Setor de Registro e Redação Legislativa**, em 12/06/2026, às 18:11, conforme Art. 30, do Ato da Mesa Diretora nº 51, de 2025, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 62, de 27 de março de 2025.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
Código Verificador: **2706723** Código CRC: **F0C932BE**.

Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, Piso Inferior 1, Sala TI.3 - CEP 70094-902 - Brasília-DF - Telefone: (61)3348-9241
www.cl.df.gov.br - serel@cl.df.gov.br

00001-00023098/2026-92

2706723v16

